

Larissa Meira de Vasconcelos

Esculpindo corpos e formando hábitos: uma abordagem histórico-educacional sobre as construções de gênero na imprensa paraibana (1913-1932)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Charliton José dos Santos Machado

João Pessoa

2015

Larissa Meira de Vasconcelos

Esculpindo corpos e formando hábitos: uma abordagem histórico-educacional sobre as construções de gênero na imprensa paraibana (1913-1932)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Charliton José dos Santos Machado

João Pessoa

2015

V331e Vasconcelos, Larissa Meira de.

Esculpindo corpos e formando hábitos: uma abordagem histórico-educacional sobre as construções de gênero na imprensa paraibana (1913-1932) / Larissa Meira de Vasconcelos.- João Pessoa, 2015.

100f. : il.

Orientador: Charliton José dos Santos Machado

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE

1. Educação - história. 2. Gêneros. 3. Discursos impressos - Jornal União. 4. Imprensa paraibana.

UFPB/BC

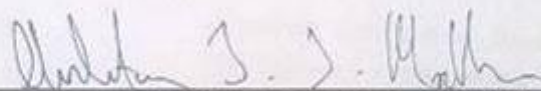
CDU: 37(091)(043)

Larissa Meira de Vasconcelos

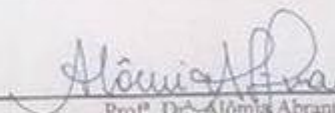
**Esculpindo corpos e formando hábitos: uma abordagem histórico-educacional
sobre as construções de gênero na imprensa paraibana (1913-1932)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação, na linha de História da Educação, da
Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^o Dr.^o Chariton José dos Santos Machado
Orientador - UFPB



Prof.^o Dr.^o Alômis Abrantes
Examinadora Externa - UEPB



Prof.^o Dr.^o Maria Lúcia da Silva Nunes
Examinadora Interna - UFPB

A Lucas,
leveza que lapida o peso da vida.

AGRADECIMENTOS

Reconheço que nutro verdadeiro fascínio por esta seção dos trabalhos acadêmicos: os Agradecimentos. É por meio dela que inicio a leitura - logo após o título e, muito frequentemente, antes mesmo do resumo - de todas as teses e dissertações as quais tive contato no decorrer da minha incipiente carreira acadêmica. Talvez este deslumbre seja justificado porque, ao contrário do que, outrora, já foi defendido em relação ao exercício científico – racional, objetivo e imparcial – é justamente nos Agradecimentos que se avulta a explosão de emoções comuns ao ciclo da pesquisa, nas quais destaco a ansiedade e angústia dos dissabores, dos contratempos, das descontinuidades e, enfim, a satisfação em lograr êxito ao final da investigação. Por conseguinte, embora a escrita acadêmica consista em uma atividade árdua, árida e, por vezes, penosa, jamais é inteiramente solitária. Destarte, aceito em absoluto a responsabilidade das escolhas teórico-metodológicas adotadas, das reflexões e argumentos que pululam nas páginas a seguir, mas agradeço imensamente a todos aqueles que tornaram possível, das mais diversas formas, a conclusão deste trabalho.

Agradeço a autonomia, os livros emprestados, os conselhos que levarei vida afora e, sobretudo, o incentivo incondicional (no momento em que pensei em desistir) do amigo e orientador Charliton Machado.

Agradeço aos meus tios/sogros Maria de Lourdes Vasconcelos Moraes e Pedro Roberto Nunes Moraes o incomensurável auxílio com o meu filho no decorrer de toda a pesquisa. Sem vocês, este trabalho jamais teria sido concluído.

Agradeço o apoio incontestado das minhas maiores referências de astúcia e sabedoria, meu pai Petrônio Meira de Vasconcelos e minha mãe Maria de Fátima Meira de Vasconcelos.

Agradeço a paciência, a parceria e a confiança do meu companheiro Thiago Moraes, com quem compartilho o que há de melhor e pior em mim.

Agradeço às professoras Lúcia Nunes e Alômia Abrantes por aceitarem o convite em participar da banca examinadora, pela leitura atenta, pelas observações prestimosas e por todas as sugestões feitas durante a qualificação.

Agradeço a cumplicidade e o apoio de Fabíola Andrade, Sara Knapp, Jaqueline Sales e Emilayne Souto, amigas de longas e pequenas datas.

Agradeço aos professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, sobretudo, da linha de História da Educação, pelos debates, empréstimos e críticas. Em especial, agradeço a Ingrid Biserra, por compartilhar as aflições e angústias acadêmicas, a Amanda Galvêncio, por gentilmente ceder fontes de pesquisa, e Ramon de Alcântara, pela solicitude em escanear referências bibliográficas.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a qual viabilizou financeiramente o desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

O principal objetivo desta pesquisa é compreender como os Gêneros foram construídos, na Paraíba, por meio dos discursos impressos no jornal A União, órgão oficial do Estado, entre os anos de 1913, data de publicação da conferência “Os Direitos da Mulher”, proferida pela educadora Catharina Moura, e 1932, ano do decreto 21.076, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, que tornou possível o estabelecimento do sufrágio universal. Para tanto, toma-se como ferramenta conceitual a noção de “Pedagogia Cultural”, uma vez que o campo educacional estende-se para além das práticas institucionais. Logo, parte-se da premissa de que a educação é uma prática social que se estrutura a partir do que é veiculado pela cultura e, por conseguinte, compreende-se a imprensa como uma das múltiplas instâncias educativas que contribuem para modelação de sujeitos e construção de subjetividades. Recorre-se, ainda, à categoria Gênero em seu sentido relacional, isto é, considerando as relações de poder que amparam as construções das feminilidades e masculinidades, esforçando-se em adotar uma perspectiva não polarizada que rompa com a visão maniqueísta de culpabilização dos homens e vitimização das mulheres. Enfim, empreende-se o diálogo com Michel Foucault e Michel De Certeau, no tocante às formas díspares, heterogêneas e microinfinitesimais do poder e da produção discursiva presente no periódico, bem como dos distintos contornos nos quais as resistências se manifestam. Investiga-se, pois, na perspectiva de compreender como certos discursos são cristalizados a partir de notícias corriqueiras e de como certas verdades são subjetivadas a partir de anúncios publicitários cotidianos. Contudo, ao perquirir as brechas e interstícios, entende-se que há espaços para insurreições nas práticas políticas da vida diária.

Palavras-chave: Gênero. História da Educação. Imprensa

ABSTRACT

The main objective of this research is to understand how Genders were constructed in Paraíba, through printed discourses in the newspaper "A União", The Union, the state official organ, between the years 1913, date of publication of the conference "Woman's rights", given by educator Catharina Moura, and 1932, the year the decree 21.076 was signed by president Getúlio Vargas, who made possible the establishment of universal suffrage. There fore, the notion of "Cultural Education" is taken as a conceptual tool, since the educational field extends beyond the institutional practices. There fore, starting from the assumption that education is a social practice that is structured from what is conveyed by culture, the press is understood as one of the multiple educational institutions that contribute to the modelation of subjects and the construction of subjectivities. The gender category is recurrent in its relational sense that is considering the different powers that support the constructions of femininity and masculinity, striving to adopt a non-polarized perspective that breaks with the manichean vision of blaming men and victimization of women. Finally, the dialogue is undertaken with Michel Foucault and Michel de Certeau, concerning the disparate, heterogeneous and microinfinitesimais forms of power and discursive production present in the journal, as well as the different contours in which the resistance is manifested. Investigation is done in order to understand how certain discourses are crystallized from ordinary news and how certain truths are subjectified from everyday advertisements. However, asserting the gaps and the interstices, it is understood that, there are spaces for uprisings in political practices in our daily life.

Keywords: Gender. History of Education. Press

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	12
 CAPÍTULO 1 – “É PAU, É PEDRA”, SÃO OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	13
1.1 Primeiras aproximações.....	13
1.2 Recortes metodológicos.....	15
1.3 Recortes teóricos.....	19
1.3.1 Michel Foucault e as relações de poder.....	19
1.3.2 Gênero enquanto categoria relacional.....	24
1.3.3 Notas para um debate entre Michel Foucault e Michel De Certeau.....	28
 CAPÍTULO 2 – TESSITURAS DE GÊNERO.....	33
2.1. Jornal A União como o lugar do qual se fala.....	33
2.2. “Os direitos da mulher”: o discurso como arma com a qual e pela qual se luta.....	36
 CAPÍTULO 3 – NOVOS CONTORNOS DA VIDA SOCIAL	46
3.1 “Porque Maria é sempre o nome que ellas têm”: a mulher-mãe.....	46
3.2 “Pelo cabello curto”: as melindrosas.....	53
3.3 “Homem da era moderna do automóvel, do avião, do arranha-céu e do rádio”: o almofadinha.....	59
3.4 “Moços, avante!”: metáforas de honra e virilidade.....	63
 CAPÍTULO 4 – A DIFUSÃO DA HIGIENE COMO SUPORTE À CONSTRUÇÃO DE GÊNERO.....	67
4.1 “A morte segue em seu rastro”: prescrições à população paraibana.....	67
4.2 “Cabellos Brancos? Signal de Velhice”: ode a juventude.....	73
4.3 “Irá elle beijal-a? NÃO!”: a interface entre beleza e saúde.....	77
4.4 “Acabemos com os apertos de mãos”: o papel da mulher na moralização das condutas.....	81
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86

REFERÊNCIAS.....89
FONTES.....99

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 – Massas Aymoré

Imagem 2 – Pneus Goodyear (1)

Imagem 3 – Pneus Goodyear (2)

Imagem 4 – Navalha Gillette

Imagem 5 – Inseticida Flit (1)

Imagem 6 – Inseticida Flit (2)

Imagem 7 – Loção Brilhantina

Imagem 8 – Comprimidos Adalina

Imagem 9 – Dentifrício Kolynos (1)

Imagem 10 – Dentifrício Kolynos (2)

Imagem 11 – Dentifrício Kolynos (3)

Imagem 12 – Emulsão de Scott

CAPÍTULO 1 - “É PAU, É PEDRA”, SÃO OS CAMINHOS DA PESQUISA

1.1. Primeiras aproximações

Pode-se dizer que grande parte da tensão que envolve os afazeres da/o mestrand(a) se refere à composição do primeiro capítulo da dissertação. Parece-me que depois de concluído este momento inicial, torna-se menos doloroso o ato de condensar o amplo volume de apontamentos bibliográficos e fontes coletadas em poucas páginas. Conforme nos lembra Graciliano Ramos (2005, p. 17) – aquele que conseguiu descrever, em menos de 200 páginas, um dos maiores dramas sociais brasileiros: a seca¹ – “a palavra não foi feita para enfeitar e brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer”. De fato, a aventura intelectual de um/a pós-graduando/a torna-se bem sucedida no enlace entre uso preciso dos pressupostos teórico-metodológicos e no olhar zeloso durante o contato com as fontes. Longe de ser uma tarefa fácil, a construção do ofício do/a pesquisador/a como “um artesanato intelectual” (MILLS, 2009) é envolta a processos de supressões, escolhas, recortes. É neste sentido que Mills (2009, p. 50), assim como Graciliano Ramos, propõe a superação da “prosa acadêmica”, em referência à “pose de intelectual acadêmico ininteligível”, uma vez que escrever de forma clara, concisa, sem aspirações falsas de academicismos é o próprio decurso do trabalho intelectual. A partir dessa perspectiva, esta dissertação almeja ser, ao mesmo tempo, rigorosa com as escolhas conceituais e acessível ao primar pela clareza e simplicidade, de modo a não cair na sempre problemática erudição supérflua. Tarefa difícil e desafiadora, sem dúvida, mas espero que as soluções encontradas no decorrer do texto tenham logrado êxito.

Após estes primeiros esclarecimentos sobre a conduta adotada no transcorrer de todo o trabalho, faz-se necessário apresentar o principal objetivo desta pesquisa: compreender como os Gêneros foram construídos, na Paraíba, por meio dos discursos impressos no Jornal A União, periódico oficial do Estado entendido, aqui, como uma das múltiplas instâncias educativas que contribuem para modelação de sujeitos e construção de subjetividades, entre os anos de 1913 e 1932. Durante este primeiro capítulo, discorrerei sobre as escolhas teórico-metodológicas adotadas na elaboração desta investigação, bem como a justificativa da escolha do marco temporal. Mas, antes disso, é preciso esclarecer de que maneira a minha experiência pessoal influenciou o processo de construção e desenvolvimento desta pesquisa, pois, ainda de acordo Mills (2009), a produção do “artesanato intelectual” é um processo que está intimamente associado à vida cotidiana do/a

¹ Referência às 176 páginas do livro “Vidas Secas” (RAMOS, 2003).

pesquisador/a. É justamente a cotidianidade que serve de húmus para a pesquisa, além de permitir ações contínuas de reflexão e interpretação da produção intelectual.

Logo, a escolha pelo jornal como fonte de análise foi largamente influenciada pela minha formação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Os incipientes contatos com as Teorias da Comunicação propiciaram-me verificar como as notícias são produzidas e, assim como os estabelecimentos educacionais, de que maneira contribuem para a modelação de sujeitos. Portanto, além das instituições situadas na transmissão de conhecimentos formais, como, por exemplo, a escola, destaco o jornal como ferramenta de conformação de hábitos e valores comportamentais. Conforme atesta Luca (2006), os jornais apresentam-se como um rico e fascinante universo simbólico e, neste sentido, pretendo empreender uma investigação acerca da imprensa como fonte por entender que esta não se produz desvinculada da sociedade na qual se insere, na medida em que, por meio dela, é possível apreender o lugar que fora reservado aos femininos e aos masculinos nos processos históricos da sociedade.

Além da formação inicial em Jornalismo, destaco como contributo importante às escolhas presentes nesta dissertação, a proveitosa experiência de 2 anos no projeto intitulado “Educação e educadoras na Paraíba do século XX: práticas leituras e representações”, no interior do grupo de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDEBR – GT/PB), do qual participei como bolsista PIBIC no início da graduação em Ciências Sociais. Foi no interior deste projeto que entrei em contato com as primeiras leituras voltadas à Educação e aos Estudos de Gênero.

Foi, no entanto, um evento absolutamente fortuito que me desafiou a mergulhar com mais intensidade nas leituras sobre as construções de Gênero: minha gravidez. A partir do momento em que descobri que estava grávida, percebi o quanto os discursos (da família, dos meios de comunicação, dos médicos etc.), sobretudo, os que constroem o instinto materno como uma tendência feminina inscrita na natureza, inventam maneiras de ser e estar no mundo. Foi em meio às trocas de fraldas, no intervalo das mamadas, no sufoco das madrugadas em vigília que questionei, não sem repulsa, a indefectibilidade do amor materno. É dolorido questionar o amor absoluto da “Mãe”, mas, ao mesmo tempo, é libertador admitir que a contingência é o apanágio do ser humano. Subscribo, portanto, as afirmações de Badinter (1985) quando sublinha que o amor materno é conquistado dia após dia, noite após noite, no devir cotidiano e, como qualquer outro sentimento, pode mostrar-se forte, profundo, incerto, frágil e imperfeito. Escolho, pois, a multiplicidade de experiências femininas (e masculinas) negociadas, claudicantes, contingentes, mais ou menos submetidas aos valores sociais de determinado contexto histórico, em detrimento de uma idéia de

“natureza” inerente aos Gêneros. Logo, diante do exposto, considero fundamental assumir o lugar de onde escrevo – e, conseqüentemente, justificar o uso do pronome pessoal na 1ª pessoa do singular (“eu”)² durante este trabalho - posto que qualquer pesquisa histórica, longe de ser uma arena neutra, reveste-se de caráter subjetivo, no sentido de selecionar e construir uma narrativa possível do objeto histórico investigado.

1.2. Recortes metodológicos

A partir deste breve prelúdio, posso adentrar nas questões propriamente metodológicas. Em primeiro lugar, ao optar por trabalhar com o jornal, reconheço a efemeridade e parcialidade que lhe é inerente. De acordo com Campos (2012), por serem consideradas fontes suspeitas e sem credibilidade, por possuírem caráter passional e tendencioso, justificou-se, durante décadas, a recusa em aceitar os jornais como documentos dignos à escrita da história. No entanto, ratifico a afirmação de Vieira (2007, p. 16), para o qual

(...) a tendenciosidade do veículo, evidentemente, não justifica a recusa dessa como fonte de pesquisa, uma vez que não partilhamos da crença de que existem documentos fidedignos, capazes de expressar objetivamente a realidade. Consideramos como ponto de partida que os documentos, as fontes, os vestígios do passado expressam pontos de vista daqueles que o produziram e/ou preservaram.

Reconheço, pois, que toda fonte é parcial e fragmentada. Portanto, trabalhar com jornais no interior da História da Educação é tomá-los mais como “fragmentos verossímeis da cultura de um tempo e de um espaço, do que pensá-los como provas fidedignas do passado” (CAMPOS, 2012, p.66). Assim, a pesquisa com a imprensa acompanha a postura epistemológica sugerida pelo paradigma indiciário preconizado por Ginzburg (1989), de modo que o referido modelo se justifica pelo tipo de aproximação que se faz ao objeto de estudo, seguindo “pegadas”, “rastros” e “indícios” dos testemunhos no cenário histórico investigado, tendo como desafio compreender o passado vivenciado por indivíduos e suas implicações políticas e educativas no âmbito das relações de gênero de uma dada época. Ao considerar essas afirmações, busco desenvolver minha análise a partir do pressuposto de que os jornais configuram-se como espaços de poder social estruturado pela linguagem. A construção do discurso jornalístico, dessa forma, ultrapassa o aspecto informativo, na medida em que “estrutura a percepção dos leitores e orienta as suas apreensões”

² Embora reconheça as limitações imbricadas na construção de “um autor”, que a si próprio se coloca numa espécie de zona limítrofe em que ele é “um” ou pode ser “vários”. Ver mais em: FOUCAULT, 1992.

(SOARES, 2010, p. 69). Não posso deixar de ressaltar ainda que a opção pelo jornal A União deu-se em decorrência de eu ter uma quantidade significativa de material já coletado e organizado ainda na pesquisa de iniciação científica.

De fato, as principais dificuldades em trabalhar com jornais do período histórico que compreende as três primeiras décadas do século XX, na Paraíba, resumem-se à má conservação dos documentos coletados. Os jornais estão em contínuo processo de degradação, vastamente fragmentados e algumas obras já não podem mais ser consultadas pelo público devido ao avançado estado de decomposição. No entanto, o jornal A União tem, ainda que de forma vacilante, um acervo acessível para consulta no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, localizado na Fundação Espaço Cultural (FUNESC), bem como na própria sede do periódico, atualmente, situada no Distrito Industrial, em João Pessoa, e, ainda, no Arquivo da Fundação Casa de José Américo (FCJA), também localizada na referida capital paraibana.

Embora esse jornal não seja estritamente direcionado ao público escolar ou aborde matérias relativas ao campo da pedagogia especificamente, parto da premissa de que o fenômeno educacional não se limita à escola, mas se encontra difundido na sociedade. Ratifico, portanto, as afirmações de Gonçalves Netto (2002), Araújo, Schelbauer (2007) e Campos (2012) para os quais os periódicos não especificamente pedagógicos devem ser analisados com zelo pelos historiadores da educação, na medida em que “a educação é uma prática social que se estrutura a partir do que é veiculado pela cultura e a imprensa tem seu lugar na educação dos homens em sociedade” (ARAÚJO; SCHELBAUER, 2007, p. 5). Conforme afirma Alós (2011), os estudos realizados no campo educacional estiveram por muito tempo voltados à instituição escolar como espaço privilegiado de gestão da pedagogia e do currículo. Entretanto, torna-se fundamental voltar-se para outros espaços que trabalham como produtores de conhecimentos e saberes. O campo educacional estende-se para além das práticas escolares, na medida em que “se aprende no cotidiano, conversando com outras pessoas, lendo livros, revistas, jornais ou, por mais herético que tal afirmação possa parecer, assistindo a programas televisivos” (ALÓS, 2011, p. 422).

Portanto, é necessário atentar-se para a continuidade do aprendizado para além das fronteiras da instituição escolar, uma vez que existe uma gama diversa de artefatos culturais que contribuem para modelação de sujeitos e construção de subjetividades. A este respeito, Silva (2000, p. 89) define “pedagogia cultural” como “qualquer instituição ou dispositivo cultural que, tal como a escola, esteja envolvido — em conexão com relações de poder — no processo de transmissão de atitudes e valores”. Na mesma linha, os norte-americanos Steinberg e Kincheloe (2004, p. 14) afirmam que a Pedagogia Cultural enquadra a educação numa variedade de áreas sociais, incluindo,

mas não se limitando, à escolar: “áreas pedagógicas são aqueles lugares onde o poder é organizado e difundido, incluindo-se bibliotecas, TV, cinemas, jornais, revistas, brinquedos, propagandas, videogames, livros, esportes etc”. Logo, é possível perceber o potencial pedagógico do jornal quando este ensina qual o comportamento é adequado ou não, o que é sagrado e o que é profano, o que constitui um delito grave ou uma ação heróica, como se comportar, qual o modelo de feminilidade e masculinidade mais apropriado³. A História da Educação, portanto, insere-se em um movimento mais amplo, na efervescente conjuntura historiográfica que, desde a *Escola dos Annales*, tem se voltado ao nível do cotidiano, do ordinário, de novas fontes, novas *abordagens*, novos *problemas*, novos *objetos* (PINHEIRO, 2011).

A restrição associada à oficialidade da fonte, o que poderia limitar o meu olhar para a esfera do “instituído” apenas, não se configura em uma dificuldade, uma vez que a minha preocupação é apreender como, em um espaço legitimado pelo Estado, os gêneros foram construídos. Mais do que isso, quais seriam os modelos validados? Quais seriam os modelos censurados? De que forma as resistências aparecem? Por conseguinte, malgrado o jornal A União seja compreendido, aqui, apenas como fonte, não posso me furtar em apresentar, ainda que de forma abrangente, seu nascimento e consolidação como periódico oficial, bem como se voltar para os profissionais envolvidos no jornalismo diário.

Portanto, sob uma perspectiva que foge das análises institucionais, objetivo debater questões históricas ligadas à educação, associando-a ao sistema cultural e político da sociedade. Assim,

(...) se buscam nas folhas impressas não apenas as questões educacionais literais. Antes disso, são esquadrihados os sentidos que os homens do passado conferiram ao mundo por meio de imagens, palavras, notícias, entrevistas e propagandas estampadas em páginas hoje amareladas. São procuradas as formas como os grupos que confeccionaram tais folhas as consumiram e as puseram em circulação. E mais: são perscrutadas as formas como os homens do passado olharam o mundo, construíram o mundo, se deram a ver no mundo, buscaram ensinar o outro a olhar este mundo de uma determinada maneira (CAMPOS, 2012, p. 62).

É importante reconhecer, ainda, que trabalhar com jornais deste período histórico específico significa considerar que o acesso ao conteúdo destes ficava restrito a uma parcela minoritária de letrados, ou seja, aquelas pessoas que, de maneira formal ou informal, tiveram acesso à instrução (CONCEIÇÃO, 2012). Por outro lado, devo salientar que por se caracterizar como periódico de produção diária, A União, ao ser descartado para outros usos, como para embrulhar objetos, passava

³ Ao destituir a instituição escolar como lugar exclusivo de operacionalização da pedagogia e do currículo, uma série de trabalhos no campo da História da Educação tem voltado às atenções para outros espaços que funcionam como produtores de conhecimentos e saberes. Ver mais em: CAMPOS (2012), SÁ (2009), ZICA (2011), LOURO (2000).

pelas mãos de diversas pessoas, despertando interesse e sendo lido de maneiras variadas: pelas imagens, pelos comentários de um leitor ou pela leitura em voz alta de um conhecido ou membro da família alfabetizado. Assim, os textos podiam ser aprendidos, compreendidos e manipulados de acordo com as situações de leitura, as aptidões e as expectativas dos leitores (CHARTIER, 1990).

Por fim, tão importante quanto as notícias, os artigos e colunas, imersas nas páginas do jornal A União encontram-se os anúncios publicitários⁴, que também serão explorados nesta dissertação como suportes de sentidos das práticas sociais e educacionais. Através de uma linguagem própria, as propagandas⁵ veiculam discursos que estão longe de ser desinteressados. Desde o clássico e pioneiro trabalho de Freyre (2010), os anúncios são tomados como uma importante ferramenta para ajudar a responder quais as orientações voltadas para um modo próprio de habitar determinado espaço social em um contexto histórico específico. Tendo em vista que a “publicidade precisa estar em sintonia com o grupo que pretende atingir, usando uma linguagem comum e imagens que remetam ao universo alegórico do grupo” (TELES, 2008, p. 2), proponho, a partir do repertório simbólico dos sujeitos presentes nos reclames, uma compreensão das relações sociais referentes aos masculinos e femininos durante o marco temporal escolhido. Partimos, todavia, do pressuposto de que além de regular condutas e modos de ser, a publicidade, também, ludibria os padrões já plenamente estabelecidos como uma estratégia de chamar a atenção para o produto que está sendo vendido (SABAT, 2001). Ora, como em qualquer relação que envolve *poder*, os anúncios não circulam em via de mão única. Isso significa dizer que além de ditar comportamentos legitimados, a propaganda aproveita-se de discursos que já circulam pela sociedade para tornar visíveis determinadas questões espinhosas para época. Ou seja, o anúncio faz transparecer, pois, uma

⁴ O anúncio publicitário não é um todo homogêneo, pois sob um mesmo rótulo são agrupados diferentes gêneros textuais ou subcategorias com suas especificidades. A saber: 1) venda ou aluguel (de casas, prédios, objetos, escravos); 2) classificados (prestação de serviço, oferta de emprego); 3) comunicado (de um evento, de casas lotéricas, de saída de barco); 4) “achados e perdidos” (perda de objeto, fuga de escravo, desaparecimento de pessoas); 5) propaganda (de um produto específico, de uma loja); 6) “Passo o ponto” (transferência de estabelecimento). Saliento que optei por trabalhar nesta dissertação apenas com os anúncios agrupados na subcategoria 5. Ver mais em: LIMA, 2013.

⁵ É preciso destacar que embora os termos “propaganda” e “publicidade” sejam comumente utilizados como sinônimos, possuem diferenças entre si. Enquanto a primeira estaria relacionada à esfera dos valores morais e sociais, podendo ser utilizada no interior de estratégias políticas, religiosas, institucionais e/ou comerciais, a segunda estaria restrita apenas à esfera comercial, ao explorar os desejos do indivíduo, de suas necessidades pessoais, utilizando-se, maiormente, da função conativa da linguagem (recurso amplamente utilizado em textos que têm como intenção convencer o destinatário da mensagem) para ativar o consumo em massa de produtos. A comunicação publicitária, por sua vez, justapõe a publicidade e a propaganda, tendo como produto final o anúncio publicitário, sendo este um texto que utiliza uma ou mais linguagens para estruturar-se. Malgrado a distinção mencionada acima, lançaremos mão de utilizar, nesta dissertação, tanto o termo propaganda, quanto anúncio, reclame ou publicidade, apresentando-os, aqui, como equivalentes para que o presente texto ganhe fluidez, além de reconhecer que, de certa forma, todos eles estão imbricados na constituição de um mesmo suporte histórico e social. Ver mais em: CARVALHO, 2004; MUNIZ, 2005.

multiplicidade de sujeitos em transição, dos quais tende a emergir novos modelos sociais e comportamentos diversificados.

Contudo, eleger os anúncios publicitários enquanto fonte para se escrever a História da Educação constitui um verdadeiro desafio metodológico, na medida em que devem ser perscrutados quais os significados que compõem a sobreposição de imagens, ilustrações e textos. A publicidade como fonte histórica constitui-se como um documento não-isolado que, à semelhança do que ocorre com a fotografia, configura-se como uma mediação, uma produção social, cujo conhecimento não se esgota na aparência imediata da imagem (MOURÃO, 2010). Isto é, o contexto da produção e da publicação, os espaços de circulação, a análise da página a que se apresentam formam um circuito histórico cujo conhecimento é fundamental para a compreensão do todo.

A utilização dessa ferramenta metodológica exige, portanto, procedimentos específicos que abarquem a associação sistemática da palavra com as imagens. Logo, ao optar por esta fonte, o pesquisador deve levar em consideração o princípio da intertextualidade, ao reconhecer a presença de vários “textos”, em simultâneo, além de considerar a contribuição de diferentes disciplinas sociais, apontando para a multidisciplinaridade da pesquisa (MOURÃO, 2010). Dessa forma, por limitações de tempo e espaço, os anúncios apresentados neste trabalho não são tomados como uma fonte propriamente dita, mas como um elemento a mais no interior do jornal, como um indício repleto de sentido que sugere, de certa forma, as referências culturais que podem traduzir determinado contexto histórico.

Deste modo, parto do pressuposto de que os discursos presentes no interior d’ A União definem papéis permitidos aos gêneros e abalizam as áreas de atuação dos sujeitos. Por conseguinte, as relações travadas pelos meios de comunicação são sempre *relações de poder*. Ou seja, os jornais configuram-se como porta-vozes autorizados a falar em nome da ordem e, por sua vez, gozam da legitimidade das imagens validadas socialmente. Todavia, conforme assegura Foucault (2001), existem multiplicidades de pontos de resistência. As possibilidades de criar espaços de luta e de agenciar transformações em toda parte é inerente ao exercício de poder. Não considero, pois, os leitores como simples receptáculos passivos a estereótipos, palavras e imagens. Interessa-me analisar o discurso como arma *com* a qual e *pela* qual se luta (FOUCAULT, 1996).

1.3 Recortes teóricos

1.3.1 Michel Foucault e as relações de poder

Ao referir-me a Michel Foucault, preciso tecer algumas considerações importantes, já que esta pesquisa toma como centrais termos exaustivamente trabalhados por ele, como *discurso* e

relações de poder. Reconheço que situar um autor é sempre um exercício de classificação, ou seja, uma tarefa perigosa, na medida em que implica estabelecer uma posição e cristalizar um pensamento. Eleger um autor-chave é ainda mais problemático quando os trabalhos acadêmicos consagram um autor como guru ou guia de uma religião. A partir disso, constrói-se uma teoria em cima de uma base redentora, onde este guru apontaria o caminho verdadeiro a seguir. Ao que parece, Foucault não almejava ser um modelo ou um fundador de uma escola, mas quis que suas contribuições fossem tomadas como uma *caixa de ferramentas*, “como um instrumento, uma tática, um coquetel molotov, fogos de artifício a serem carbonizados depois do uso” (SIMONS, 1995 apud VEIGA-NETO, 2011, p. 17). Então, como *seguir* Foucault se ele mesmo recusou ser seguido? Ora, isso significa que, a rigor, não existe um método foucaultiano, se entendermos por *método* um modelo fixo, rijo, hermético de analisar a realidade. Mas se tomarmos a palavra *método* em um sentido mais livre, “como uma certa forma de interrogação, uma perspectiva e um conjunto de estratégias analíticas de descrição flexíveis poderemos, sim, dizer que a arqueologia e a genealogia são mesmo métodos” (VEIGA-NETO, 2011, p. 17).

A mesma ressalva deve ser considerada quando se fala em *teoria foucaultiana*, expressão inadequada se entendermos por *teoria* “um conjunto de proposições logicamente encadeadas, que querem ser abrangentes, amplas e unificar tanto determinadas visões de mundo, quanto maneiras de operar nele e de modificá-lo” (VEIGA-NETO, 2011, p.18). É neste sentido que não há muita consistência em alguém se declarar *foucaultiano*, visto que “seguir-lo significa, necessariamente, tentar sempre usá-lo e ultrapassá-lo, deixando-o para trás”, e, ainda, “ser fiel à sua filosofia significa, ao mesmo tempo, ser-lhe infiel, sem que aí exista necessariamente uma incoerência” (VEIGA-NETO, 2011, p. 18). Este trabalho, portanto, não deve ser lido como uma celebração a Foucault e não pretende, de forma alguma, ser uma pesquisa foucaultiana. Almeja, sim, tomar o filósofo, bem como outros pesquisadores que se aproximam de sua analítica, como inspiração, como uma extrapolação das muitas possibilidades que o seu pensamento abre para analisar a interface entre Educação, História e Estudos de Gênero.

Outro ponto a ser considerado quanto aos usos de Foucault, diz respeito às proposições metodológicas que têm classificado a obra do filósofo em três fases: a Arqueológica, a Genealógica e a Ética⁶. Seguramente, como acontece com qualquer classificação, há uma utilidade, sobretudo, didática, mas também há desvantagens e limitações nas periodizações. A este respeito, alerta Veiga-Neto (2011, p. 38):

⁶ Para saber mais sobre as “fases” foucaultianas: DELEUZE, 2005.

Esta periodização foucaultiana induz a alguns equívocos. Ainda que bastante prática, tal periodização leva a pensar que cada fase encerre uma teoria e um conjunto de técnicas suficientes e independentes uma da outra – do discurso, do poder e da subjetivação. Mas, ao invés de separação entre elas, o que se observa claramente é uma sucessiva incorporação de uma pela outra, num alargamento de problematizações e respectivas maneiras de trabalhá-las.

Para evitar cair nas armadilhas que o termo “fase” encerra, entendido como sucessão ou como algo que existiu antes e não mais existe, subscrevo a sugestão de Veiga-Neto (2011, p. 42) e opto pela expressão *domínios foucaultianos*, subdivididos em “ser-saber (como nos constituímos como sujeitos do conhecimento), ser-poder (como nos constituímos como sujeitos de ação sobre os outros) e ser-consigo (como nos constituímos como sujeitos de ação moral sobre nós mesmos)”. Dessa forma, mantêm-se aglutinados os referenciais utilizados ao longo de toda a trajetória do filósofo. A opção de trabalho desta pesquisa utiliza como suporte teórico principal o *domínio ser-poder*, embora deslize com menos ênfase pelos outros domínios, afinal, os diálogos se retroalimentam.

Ainda sobre a operacionalização dos “conceitos-ferramenta” empreendida neste trabalho, a rigor, a analítica foucaultiana tem como especificidade a recusa aos binarismos herméticos que sustentam, de um lado, a discussão teórica e, de outro, a discussão sobre as fontes. A “teoria” não ajudaria, portanto, a simplesmente compreender o problema, mas a compô-lo. Neste sentido, um capítulo voltado à discussão meramente teórica ecoa de forma contraditória, uma vez que o diálogo entre as fontes históricas e a tessitura conceitual exige fluidez e constância no transcorrer dos horizontes de pesquisa. Justifico este capítulo, entretanto, como um exercício pessoal de compreensão teórico-metodológica, na medida em que esta dissertação se configura como um primeiro passo na construção de uma reflexão sobre o trinômio Gênero/Imprensa/Educação, não me furtando, porém, em articular ambas as dimensões no decorrer de todo o trabalho. Ademais, entendo que um capítulo específico de pormenorizações conceituais seja útil àqueles que não têm familiaridade com o tema ou com os autores trabalhados, contribuindo, dessa forma, para que esta pesquisa não permaneça circunscrita aos “guetos acadêmicos”.

Quando me refiro ao “poder”, esclareço que tomo como referência a analítica foucaultiana sobre as *relações de poder*, visto que o poder em si, entendido como privilégio de uns, algo unitário, global e homogêneo não existe. Portanto, o poder só existe em ação, em uma rede circular, e, ainda, “os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido de poder, são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 2012a, p.183). O poder, por sua vez, não deve ser considerado apenas em seu aspecto negativo, aquele que impede, nega, coíbe, reprime; mas, também, em sentido

positivo, aquele que produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos (FOUCAULT, 2012a). Segundo Louro (1997, p. 38), este autor desorganiza as concepções convencionais que usualmente remetem à centralidade ou a posse do poder a partir do Estado, na medida em que propõe a observação deste como sendo exercido em muitas e variadas direções, “como se fosse uma rede que capilarmente se constitui por toda a sociedade”. Pensar no exercício de poder implica, ainda, considerar que este se constitui por manobras, técnicas, disposições, as quais, por sua vez, podem ser resistidas, contestadas, respondidas, absorvidas, aceitas ou transformadas. Em vista disso, Foucault (2001, p. 96) afirma que

É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder. Também obstáculo, escore, ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita-o.

Por isso, Foucault distingue “relação de poder” e “relação de violência”, pois enquanto esta força, submete, quebra, destrói, fecha todas as possibilidades, a relação de poder, inversamente, articula-se sobre dois elementos indispensáveis, quais sejam, que “o ‘outro’ (aquele sobre o qual ela se exerce) seja reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo o campo de respostas, efeitos e intervenções possíveis” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 243).

É nesse ponto que pode ser vislumbrado o estreito vínculo entre as relações de poder e os efeitos da palavra. O discurso não pode ser considerado apenas como signo de alguma coisa, como uma seqüência de letras e palavras, mas um modo de pensamento sobre o qual o saber e o poder se articulam (FOUCAULT, 1996). Não se trata, pois, de identificar o sentido camuflado, distorcido, dissimulado, oculto por trás da palavra – prática bastante comum quando se fala em realizar uma Análise de Discurso. Pelo contrário, faz-se necessário permanecer apenas no nível da existência das palavras. Analisar o discurso seria, portanto, dar conta das relações históricas, de práticas muito concretas, que estão vivas nos discursos. Foucault, como um historiador do presente, convida-nos a compreender a realidade como belicosa, atravessada por lutas em torno da imposição de sentidos. “Analisar o discurso é, dessa forma, perguntar: por que isso é dito aqui, deste modo, nesta situação, e não em outro tempo e lugar, de forma diferente?” (FISCHER, 2001).

Diante dessa perspectiva, ao perquirir as notícias, artigos e anúncios impressos no jornal A União, não me encontro diante de um ato de fala individual, da manifestação de apenas um sujeito (ou de um veículo de comunicação), mas deparo-me com um lugar de dispersão e descontinuidade, “já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si idealizado, essencial, origem inarredável do

sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem” (FISCHER, 2001).

Finalmente, trabalhar com os discursos implica em considerar também distintos lugares e estratégias no interior dos quais o poder circula. E, conforme Foucault salienta (2012a), os corpos são lugares privilegiados nos quais as práticas discursivas se inscrevem. Isto é, instâncias de poder como a biologia, a medicina, o direito, a religião disputam o corpo, molduram-no, transforma-no, desenham-no, sugerem projetos de vida. Ora, conforme se verá no transcorrer desta pesquisa, produziu-se toda uma discursividade acerca da juventude e beleza, transformada em imperativo a todas as mulheres, durante as três primeiras décadas do século XX. Por sua vez, este discurso que se volta para o “sexo frágil” multiplica técnicas e procedimentos disciplinares, em interface com a publicidade, com a indústria da moda, a medicina cosmética, o cinema etc. Isso sugere que, conforme atesta Fischer (2001, p.219),

se a mulher fala e é falada, é porque, ela, de algum modo, se confronta com o poder. Não um poder que somente cerceia, desmantela, vigia, surpreende ou proíbe; mas um poder que suscita, incita e produz; um poder que não é apenas olho e ouvido, mas que, sobretudo, faz agir e falar.

Por conseguinte, quando utilizo o termo “discurso”, não pretendo empreender uma pesquisa arqueológica, no sentido clássico de sua acepção, mas operacionalizar este conceito-ferramenta em constante tensão com o exercício do poder e, acima de tudo, compreender de que forma o poder produz o saber e como os Gêneros são constituídos na articulação entre ambos. Para Foucault os discursos não descrevem simplesmente objetos que lhe são exteriores, mas também fabrica os objetos sobre os quais fala. Assim, os gêneros são efeitos de certos “saberes”, entendidos como formas particulares de discurso. O indivíduo é, pois, “produtor” e “produto” de um saber-poder, visto que “para exercer-se nestes mecanismos sutis, o poder é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber” (FOUCAULT, 2012a, p. 186). É nesta perspectiva que Foucault (1996, p. 49) afirma que “o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de nossos próprios olhos”. Para o filósofo, cada sociedade tem seu “regime de verdade”,

Isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro [...]. A ‘verdade’ é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante,

de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos: universidades, exército, escritura e meios de comunicação (FOUCAULT, 2012a, p. 12 e 13).

É neste sentido que “os gêneros se produzem *nas e pelas* relações de poder” (Louro, 1997, p.41), pois os sujeitos são construídos através de práticas, gestos, formas de falar e agir, modos de ser e estar e não apenas por meio de mecanismos de repressão ou censura. Enfim, o convite de Foucault é para que, por meio da investigação, defrontemo-nos com a história do nosso passado, aceitando pensar de outra forma o presente que nos parece ser tão evidente.

1.3.2 Gênero enquanto categoria relacional

Definitivamente, não é minha intenção fazer um apanhado histórico ou uma genealogia da categoria “Gênero”, mas com o intuito de dirimir possíveis incompreensões, faz-se necessário tecer algumas considerações em torno desse conceito, já que o termo encerra em si uma variedade de vertentes teóricas. Segundo Scott (1995), os estudos feministas incorporaram a categoria “Gênero” em suas análises, a partir da década de 1980, a procura do que se poderia chamar de legitimidade acadêmica. Além da limitação teórica da utilização dos termos “mulher” ou “mulheres” face as novas problematizações⁷, esta nova categoria

indicaria erudição e seriedade de uma pesquisa, uma tentativa de dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implicaria necessariamente numa tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designaria a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica (SCOTT, 1995, p. 75).

Foi justamente por esta especificidade no emprego do termo que a categoria Gênero tornou-se quase sinônimo de “mulheres”. No entanto, cabe ressaltar, nessa pesquisa, trabalho com a dimensão relacional do termo, o que implica considerar as relações de poder que fabricam condutas masculinas e femininas permitidas ou negadas. Ratifico, pois, o posicionamento de Scott (1995, p.

⁷ Joana Maria Pedro, no seu esforço de historicizar a categoria Gênero, disserta sobre as limitações teóricas envolvendo a utilização do termo “mulher” – na medida em que não há “a mulher” universal –substituída, posteriormente, pela categoria “mulheres” – respeitando, dessa forma, o pressuposto das múltiplas diferenças que se observa dentro da diferença – ao chegar, finalmente, no uso da categoria “Gênero” na narrativa histórica – o que permitiu às pesquisadoras e pesquisadores focalizarem as relações entre femininos e masculinos, discernindo como as tensões e acontecimentos foram produtores de gênero. Seguramente, estas categorias de análise não formam uma evolução na direção da “categoria mais correta”, mas co-existem sendo apropriadas de diferentes formas em contextos específicos. Ver mais em: PEDRO, 2008.

82), quando afirma que “masculino e o feminino não são características inerentes e sim edificações subjetivas (ou fictícias) que se encontram num processo constante de construção” ou, ainda, “são categorias vazias e transbordantes, sem significado definitivo e transcendente”. Amparando-se na analítica foucaultiana sobre o poder, Scott questiona a afirmação de que as posições normativas são um produto da natureza, um *a priori* histórico, e não de conflitos, sedições e insurreições cotidianas. “O gênero é, portanto, um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88).

Apenas no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, entretanto, aproveitando-se do espaço promovido pela categoria “Gênero” surgem, timidamente e de forma esparsa, os, antes olvidados, estudos voltados às “masculinidades”. Esta dissertação insere-se no rol de pesquisas que se esforçam em adotar uma perspectiva relacional, não polarizada, que rompa com a visão maniqueísta de culpabilização dos homens e vitimização das mulheres. Conforme atesta Medrado e Lyra (2008, p. 820):

reconhecer a dimensão relacional do gênero possibilita desconstruir principalmente os argumentos culpabilizantes sobre os homens que demarcam o discurso de parte do movimento feminista e que ainda se faz presente, direta ou indiretamente, nas produções acadêmicas contemporâneas. Ao invés de procurar os culpados, é necessário identificar como se institucionalizam e como se atualizam as relações de gênero, possibilitando efetivamente transformações no âmbito das relações sociais “generificadas”, ou seja, orientadas pelas desigualdades de gênero.

Assumo, portanto, a responsabilidade de trafegar em uma terceira via, o que significa considerar os conflitos, tensões e acordos, consentindo insurgir masculinos e femininos múltiplos, cada vez mais complexos e plurais. É neste sentido que esta investigação (re)pensará as versões e sentidos dos discursos veiculados na imprensa paraibana ao discutir os estereótipos da “rainha-dolar”, da “mãe-beligerante”, do “pai-de-família”, do “jovem almofadinha”, “da jovem melindrosa”.

Ainda é importante salientar que as discussões contemporâneas envolvendo os Estudos de Gênero transcendem o entendimento de que o Gênero seja uma interpretação sociocultural do sexo, compreendido como biologicamente calcado na ordem da “natureza”. Pelo contrário, convergem na compreensão de que o comportamento e a sexualidade, independente dos órgãos genitais, dizem respeito à construção social e histórica do *estar* masculino e do *estar* feminino – além dos interstícios sobre os quais a sociedade tem dificuldade de nomear - ou seja, às características e atitudes atribuídas a cada um deles em determinada sociedade. Parte-se do postulado de que agir e

se sentir como homem e/ou como mulher depende de cada invenção sociocultural. Portanto, não há, como afirma Butler (2003), uma essência biológica, metafísica ou psíquica do que é ser homem ou mulher, mas construtos no interior das relações de poder.

Sexualidade, aliás, é um campo de interesse comum a Foucault e Butler (LOURO, 2009). Embora esta pesquisa não almeje trabalhar diretamente com o tema, considero a discussão instigante e pertinente. Em linhas gerais, sexualidade pode ser compreendida como um prazer desejado e vivenciado pelo corpo, mas - e isso é importante a ambos os filósofos – esse prazer é sempre orquestrado por um conjunto de fatores. Foucault, durante os três volumes que compõem a História da Sexualidade (FOUCAULT, 1985; 1990; 2001), desenvolve uma genealogia do homem de desejo, desde a antiguidade até os tempos presentes. Ele afirma, diferentemente do que em geral se pensa, que “a sexualidade não foi reprimida por motivos econômicos (isto é, não teria sido reprimida para que a força de trabalho não se dissipasse nos prazeres) depois de gozar de liberdade de palavras e atos” (FOUCAULT, 2001, p. 10). Com o advento do capitalismo, não se fala menos sobre o assunto. Pelo contrário, fala-se mais. Contudo, fala-se de outra maneira, pela boca de outras pessoas, sob outros pontos de vista e para obter outros efeitos (FOUCAULT, 2001). A história da sexualidade, ou melhor, esta série de estudos a respeito das relações históricas entre o poder e o discurso sobre o sexo, assinala uma importante contribuição à reflexão de como nos tornamos sujeitos de nós mesmos, sobre como nos subjetivamos, a partir das relações de poder, bem como da circulação e distribuição de conhecimento que reforça as normas a todos nós. Dessa forma, os discursos sobre a sexualidade são múltiplos, entrecruzados, sutilmente hierarquizados e estreitamente articulados em torno de um feixe de relações de saber-poder.

Se Foucault vê a sexualidade articulada em termos de saber-poder, Butler (2003) a considera como efeito da performance⁸, da encenação. Quando o médico diz à gestante “é um menino” ou “é uma menina”, ou seja, quando a autoridade que lhe recobre o jaleco enuncia a identidade⁹ do feto, este ato de fala produz uma série de efeitos, de expectativas acerca de como esta criatura deverá agir, vestir-se, comportar-se, quem deverá desejar e quem deverá repelir. Mais do que uma diferença anatômica, esta primeira definição indica qual será a pertença da futura criança dentro de dois grupos identitários distintos carregados de significação: o grupo dos homens e o grupo das

⁸ Em suas palavras: “as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço do imperativo heterossexual” (BUTLER, 1999, p. 154).

⁹ Ratifico as reflexões de Stuart Hall (2000, p.104) quando ele afirma que *identidade* “é uma dessas categorias que a perspectiva pós-moderna colocou “sob rasura”; isto é, um conceito que, em sua forma original, talvez não seja mais apropriado para pensar”. Porém, consoante o próprio Hall, já que conceitos como este não foram efetivamente ultrapassados, temos, de algum modo, de continuar pensando com eles, embora agora em suas formas destotalizantes.

mulheres. O que está em jogo, afinal, são categorias que tomamos como naturais, como um conjunto de roupas velhas e confortáveis (LOURO, 2009). É neste sentido que as performances das *Drag Queens*, tão recorrentes nos textos *Queer*, denunciam as construções de gênero. Com seu exagero e extravagância de gestos, trajes e acessórios, as *drags* parodiam a feminilidade. Mas não é só isso: mais importante e mais relevante ao propósito imediato de minha argumentação é salientar que ao imitar o gênero feminino, esta personagem “estranha”, que provoca desconforto, curiosidade e/ou fascínio, além de demonstrar o caráter imitativo dos gêneros de uma forma geral, desnaturaliza a associação direta entre sexo e gênero que é, comumente, tomada como evidente.

Desta forma, Butler (2003) desestabiliza a norma heteronormativa¹⁰, negando a autenticidade ou originalidade dos papéis de gênero privilegiados. Em outras palavras, quem assegura que a heterossexualidade precede a homossexualidade? Quem disse que a família nuclear é natural? Quem decide como a sexualidade pode ser expressa? Ora, não é possível conceber o “heterossexual”, sem construir, concomitantemente, o “homossexual”. Ambos são interdependentes, nascem juntos. A afirmação de que o hetero é normal/natural e que o secundário, derivado, imitativo é o homossexual é desmentida pelo fato de que você não pode ter um sem conceber o outro.

Ora, o que isto tem a ver com este trabalho especificamente? No transcurso desta pesquisa, deparei-me com uma quantidade significativa de discursos cujo sentido geral era o de promover a perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições associadas à feminilidade. Contudo, a idéia de que a mulher seria definida a partir de sua natureza (corpo) aparece em aparente contradição com outra idéia, bastante recorrente, de que a “natureza feminina” precisaria ser domada pela sociedade, pela educação, para que as mulheres pudessem cumprir o destino a que estariam naturalmente designadas. Isto é, deveriam *aprender* a construir sua identidade feminina. As *drags*, afinal, nos lembram o quão estranho é desempenharmos o papel de nós mesmos, a que chamamos de identidade. Os gêneros são, portanto, constantemente (auto)construídos e para mantê-los, deve-se perpetuamente encená-los.

Neste ínterim, Foucault afirma ser impossível estar fora ou acima das relações de poder que constroem os gêneros. Deve-se entendê-las como uma luta, um confronto permanente em um

¹⁰Heteronormatividade é um termo comumente encontrado no interior das investigações *queer* para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas. Parte-se da premissa de que os seres humanos recaem em duas categorias distintas e complementares, macho e fêmea, e que relações sexuais são normais somente entre pessoas de sexos diferentes. Portanto, sexo físico, identidade de gênero e papel social de gênero deveriam enquadrar qualquer pessoa dentro das normas denominadas masculinas ou femininas e a heterossexualidade é considerada como sendo a única orientação sexual normal. Em outras palavras, a partir de uma linearidade/binaridade entre sexo e gênero, obriga-se o sujeito a ter determinada conduta que corresponda ao seu “verdadeiro” sexo. Ver mais em BENTO, 2006.

contexto onde a liberdade existe e resiste sempre. Logo, liberdade e poder não são termos antitéticos, na medida em que as relações de poder só se processam quando existe algum grau de liberdade e resistência entre as pessoas envolvidas (FOUCAULT, 2011). A partir dessa perspectiva, Certeau (1994) trava um diálogo interessante com Foucault (2012b), na medida em que sugere que as resistências ou *táticas* são ações calculadas por aquele que “não tem por lugar senão o do outro e por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto, tal como o organiza a lei de uma força estranha” (CERTEAU, 1994, p. 100).

1.3.3 Notas para um debate entre Michel Foucault e Michel De Certeau

É conhecido o capítulo do volume 1 d’A Invenção do Cotidiano (1994)¹¹, no qual Michel De Certeau empreende um interessante diálogo com Michel Foucault e Pierre Bordieu. Neste trabalho, porém, interessa-me focalizar apenas o embate envolvendo os dois primeiros filósofos. Pode-se dizer que ambos se preocuparam com a dimensão micropolítica das articulações sociais. No entanto, enquanto Foucault, em Vigiar e Punir (2012b)¹², privilegia a reflexão sobre formas específicas de relações de poder, a exemplo das práticas disciplinares que permitem o controle metódico do corpo, por meio de técnicas sutis e precisas, objetivando uma relação de docilidade e utilidade dos sujeitos, Certeau destaca a capacidade de dispersão das práticas cotidianas em relação à esfera normativa da sociedade. Ou seja, ele enfatiza as formas de mobilização que, aproveitando-se dos hiatos da normatividade social, também podem, até mesmo sob a aparência de reprodução da ordem, perturbar, transgredir ou estabelecer outras formas de organização social. As “práticas cotidianas” são, portanto, as “maneiras de fazer” pelas quais os sujeitos se apropriam do espaço social. Por sua vez, possuem um triplo caráter (CERTEAU, 1985): o estético, determinado pelo estilo de fazer dos sujeitos sociais; o ético, em que recusa a identificação com o lugar estabelecido e abre espaços para criações nas ações; o polêmico, caracterizado pelas intervenções nas relações de forças. Certeau, por conseguinte, não destaca a produtividade das *estratégias* do poder, mas das microresistências mobilizadas a partir das *táticas* cotidianas. Lembrando que estas não são consideradas apenas como uma negação do poder ou contra-produções disciplinares. Pelo contrário, este autor destaca a capacidade criativa, afirmativa e fundante das resistências.

Para fins didáticos, pode-se dividir a abordagem teórica d’ A invenção do cotidiano em dois pares de conceitos fundamentais (LEITE, 2010): espaço/lugar e estratégia/tática. Enquanto o *espaço* corresponde à ausência de posições cristalizadas e, justamente por ser instável, propicia entrever

¹¹ Publicado originalmente, em 1990, pela editora francesa Gallimard, sob o título L’ invention du quotidien – 1^a arts de faire.

¹² Publicado originalmente, em 1975, pela editora francesa Gallimard, sob o título Surveiller et punir.

distintas experiências espaciais da vida cotidiana; o *lugar* corresponde, inversamente, a certas configurações mais definidas de posições, “algo que resulta de uma demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas reflexivamente delimitado (LEITE, 2010, p. 748)”. Ou seja, o que o primeiro (*espaço*), tem de provisório, o segundo (*lugar*), tem de permanente. Assim, enquanto o *lugar* corresponde às práticas do tipo *estratégicas*, o *espaço* corresponde às práticas *táticas*. Em outras palavras isso quer dizer que a *estratégia* é fundada sobre um “lugar próprio” que autoriza uma variedade de formas de domínio de saberes, conhecimentos e verdades, permitindo atribuir ao “outro” uma situação de dependência, estranheza, ausência de autonomia. A *estratégia*, portanto, é organizada sobre as relações de poder. A *tática*, por sua vez, é uma ação calculada determinada pela ausência de um “lugar próprio” e é justamente a carência dessa condição que permite transformar sua máxima debilidade em sua potencial condição de fortaleza. São as táticas que infiltradas na heterogeneidade social, esquivam-se, insinuam-se, contrapõem-se. Por conseguinte,

Determinada pela ausência de poder, a tática é a arte do fraco, por isso as opera golpe por golpe: a tática tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 1994, p.101).

Ora, este arcabouço teórico não foi escolhido aleatoriamente, mas definido a partir do contato com as fontes, uma vez que é possível entrever as *estratégias* e *táticas*, “as bricolagens de inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei” (CERTEAU, 1994, p. 40), enfim, as disputas e negociações travadas nas páginas do jornal A União entre os modelos de gênero aceitos e os rejeitados. É interessante notar como, em um lugar estrategicamente controlado pela norma e pelo discurso oficial, as táticas se movimentam, improvisam, operam golpe por golpe, lance por lance. Dessa forma, é possível perceber, por exemplo, que ao mesmo tempo em que ratificavam a primazia da maternidade como a declaração mais alta da feminilidade, evocando características “naturais” ao *sexo frágil* como paciência, desprendimento e caridade, determinados discursos presentes no periódico valeram-se da *tática*, a fim de subverter, para seus próprios fins, uma representação imposta. Ou seja, com o objetivo de produzir “bons cidadãos”, deslocavam a prática da maternidade do âmbito exclusivamente doméstico para o público, na medida em que defendiam a instrução igualitária para ambos os Gêneros. Esse deslocamento, portanto, estava sob constante tensão, pois,

ao passo que atualizava um discurso fundamentado na natureza, abria brechas para novos comportamentos femininos e masculinos.

Medina (2007), por sua vez, critica uma eventual exaltação ou supervalorização da noção de *tática* por Certeau, o que, em certa medida, poderia implicar em um duplo risco: esvaziar conceitualmente a noção de resistência por saturação ou derivar leituras políticas ingênuas. Em consonância com esta ressalva, novamente, retomo o diálogo com Foucault, pois para este filósofo a resistência não é determinada pela ausência ou suspensão de poder, mas consiste em um elemento *constitutivo* das relações de poder. As possibilidades de táticas – subterfúgios, interstícios, fugas – se dão, portanto, no interior das práticas sociais constituída historicamente e exercida em diferentes formatações. Podem, dessa forma, ser cristalizadas, negadas e/ou incorporadas pelas estratégias.

É preciso salientar que se em Vigiar e Punir, Foucault concentra-se nas práticas disciplinares e suas formas de extensão, em outros trabalhos (FOUCAULT, 2001; 2012a), constrói a vinculação entre tática/resistência. Seus estudos apontam, portanto, para o limite do poder, da disciplina, da ordem e destaca a incompletude de qualquer estratégia, não as desvinculando de forma alguma. Como interpretar a consagrada afirmativa “Onde há poder, há resistência” (2001, p. 91), se não compreendendo que as resistências são coextensivas e rigorosamente contemporâneas das relações de poder? Estas reflexões provocaram, inclusive, modificações na estrutura dessa dissertação. A princípio, para dar conta de organizar didaticamente as fontes coletadas, o capítulo dois seria dividido entre “Estratégias de Sujeição” e “Táticas de resistência”. No entanto, ao verificar a incoerência metodológica desta divisão, uma vez que não há uma relação de externalidade que possibilite estudar, por um lado, as práticas de poder do sujeito dominante (estratégias) e, por outro lado, as suas contrapartidas (táticas), o capítulo foi reformulado. Essa cisão entre um primeiro modelo forte (o dominante) e segundo fraco (o dominado) não é interessante, na medida em que as resistências estão sob a mesma ordem estratégica das relações de poder. Assim, as estratégias e táticas não estariam em pólos separados. Logo, enquanto Certeau proporciona novos olhares sobre os horizontes da aparente reprodução da norma, Foucault não nos deixa olvidar que as estratégias podem incorporar as dissidências, apropriá-las e ressignificá-las.

Entretanto, malgrado exista um desacordo teórico entre ambos os autores é possível vislumbrar um consenso em defesa da resistência enquanto combate particular:

Em caso extremo, a resistência pode tomar o feitiço de uma retirada, de uma desistência, resistência passiva, quando a resistência parece resignação. Ela não afronta o inimigo para infligir uma derrota, o que ela pretende é enfraquecê-lo e fazê-lo bater em retirada. Ela não busca a vitória definitiva, ela não se lança em

uma batalha final, ela desarma o inimigo com suas próprias armas ao desorganizar a guerra que ele havia imposto (GARCIA, 2013, p. 109).

Deste modo, as relações de poder que, no Jornal A União, inscrevem masculinidades e feminilidades são entendidas como metáforas tecidas na intersecção entre os modelos legitimados e aqueles que dispersa, fragmentaria e artesanalmente constroem maneiras de fazer e de estar. Por sua vez, o recorte temporal definido a partir do contato com as fontes utiliza como marco inicial a data de publicação da conferência da advogada e educadora Catharina Moura¹³, intitulado “Os Direitos da Mulher”, pronunciado na 8.ª conferência sobre a “Universidade Popular”¹⁴ e publicado na íntegra, em 1913, no jornal A União. Embora existam autores (MACHADO; NUNES; MENDES, 2013) que defendam este discurso como inaugural, como a primeira manifestação feminista escrita e publicada em um periódico paraibano, procuro descentrar o debate do ponto de vista da “origem”. Por conseguinte, não se trata de buscar um momento de origem ou solenidade de fundação (FAVACHO, 2010), mas reconhecer que este documento se configura como uma ruptura nas formas de pensar as relações de Gênero, na Paraíba, dentro das primeiras décadas do século XX. Em seu discurso *tático*, Catharina enfatiza a importância da educação como requisito à emancipação de homens e mulheres, além de problematizar a condição humana para além da sacralizada visão biológica das funções sexuais. Por fim, adoto como marco final de análise o ano de 1932, no qual, por meio do decreto 21.076, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, o sufrágio universal foi estabelecido. Este fato não traria apenas um novo papel a ser exercido pelas mulheres, seja de eleitora ou elegível, mas a possibilidade de novas dinâmicas entre os Gêneros em âmbito público.

Portanto, além desse capítulo inicial, no qual apresento as primeiras aproximações com o objeto de estudo e os recortes teóricos e metodológicos escolhidos, esta dissertação possui ainda mais 4 capítulos. No segundo capítulo, intitulado “Tessituras de Gênero”, proponho uma reflexão acerca da já referida conferência da advogada e educadora Catharina Moura, compreendendo este

¹³ As fontes acerca da biografia de Catharina Moura são escassas nos arquivos oficiais do Estado, o que dificulta, sobremaneira, o acesso às informações sobre a trajetória intelectual e educacional da referida personagem. Sabe-se que Catharina Moura nasceu na capital da Província da Parahyba, em 20 de dezembro de 1882, tendo como pais Misael do Rego Moura e Francisca Rodrigues Chaves Moura. Recebeu o diploma de professora normalista na 11ª turma de concluintes, em 26 de abril de 1902, matriculando-se, em 1908, na Faculdade de Direito do Recife, de onde saiu formada, em 1912. Na Escola Normal desta Capital, lecionou as cadeiras de Português, Desenho, Francês e História da Civilização, sendo nomeada, em 1917, professora efetiva da cadeira de Português. Ver mais em: MACHADO, NUNES E MENDES, 2013.

¹⁴ Movimento liderado pelo presidente paraibano João Pereira de Castro Pinto, em 1913, na Paraíba. Ler mais em: ESPINDOLA, 2012.

discurso tático como arma com a qual e pela qual se luta. Este ponto de partida, como já salientado anteriormente, não se configura em uma origem, mas traz elementos que compõem a rede das condições de produção de um discurso que ali, no jornal A União, estabelece uma ruptura, produz um acontecimento díspar, uma descontinuidade. No terceiro capítulo, denominado “Novos contornos da vida social”, apresento sujeitos em transição, discursos distintos que modelam o feminino sacralizado da “mulher-mãe”, sabedora de sua função como pedagoga do lar; bem como, a emergência de dois personagens representativos da Primeira República: a “melindrosa”, a mulher mundana preocupada com a moda, o luxo e os requintes proporcionados pelos “novos tempos”; e o “almofadinha”, aquele que, segundo Albuquerque Júnior (2013), é o símbolo da desvirilização do homem moderno, do abandono da macheza e masculinidade próprias do Império. Por sua vez, no quarto capítulo, “‘A morte segue em seu rastro’: a difusão da higiene como suporte à construção de gênero”, privilegio o diálogo com os anúncios publicitários presentes nas edições de A União, compreendendo-os como recursos pedagógicos na construção de uma Paraíba saudável e asseada, promovendo, sobretudo, uma reflexão sobre o trinômio juventude/beleza/moralização. Por fim, apresento nas “Considerações Finais” um balanço das discussões suscitadas na presente dissertação, reflexões que, seguramente, não se encerram neste trabalho, mas, pelo contrário, lançam provocações, demandam outros olhares, pretendem, enfim, trazer à tona questionamentos para que estes possam ser ampliados, revistos, problematizados e entrecruzados com outras fontes.

CAPÍTULO 2 - TESSITURAS DE GÊNERO

2.1. Jornal A União como o lugar do qual se fala

Em edição comemorativa aos 120 anos do Jornal A União, Rodrigues (2013) reconstrói o contexto que tornou possível a criação, em 1893, deste periódico no estado da Paraíba. Na transição do século XIX para o XX, puxada ainda a bonde de burros, no “tempo em que se rompia a escuridão à luz de mamona ou bebia-se água impaludada da cacimba, a imprensa era, por excelência, a fonte de informação que alcançava o mais alto prestígio entre as classes letradas” (RODRIGUES, 2013, p.4). Dificilmente, chegava-se ao pódio político ou reconhecimento intelectual se não fosse pela esteira do jornalismo, uma vez que os jornais eram fundamentais na disseminação de projetos políticos. O recém-instalado regime republicano, por conseguinte, associou a força das espadas à eficácia da imprensa na instauração do regime republicano.

Aproveitando-se dos discursos circulantes sobre a modernização, regeneração de costumes e mudança de hábitos, é fundado em 2 de fevereiro de 1893, no governo de Álvaro Lopes Machado, A União¹⁵. Essa permanência, até os nossos dias, de um periódico centenário, provoca uma interrogação: como foi possível, a reboque das dezenas de periódicos criados na Paraíba oitocentista, a maioria, com vida bastante efêmera (ARAÚJO, 1983), A União conservar-se durante tanto tempo, ocupando, atualmente, o cargo de terceiro jornal mais antigo ainda em circulação no Brasil? Uma resposta viável seria a de que A União surge sobre a égide da política. Todavia, a despeito de outros periódicos que também nasceram sob este signo, A União foi concebida não para atender uma demanda político-partidária, mas uma política de Estado. Embora houvesse uma verdadeira confusão – ontem e hoje – entre governo, Estado e partido de governo, na Primeira República essa questão era ainda mais emblemática, devido à quase condição de partido único da estrutura republicana brasileira. Ora, considerar este aspecto é fundamental para se entender a importância deste periódico para a História da Paraíba, bem como suas limitações e potencialidades de pesquisa.

¹⁵ Desde sua fundação, A União passou por mudanças significativas em seu formato o que me impede de reduzir sua materialidade histórica a um modelo apenas. Em suas primeiras edições, o jornal adotou um formato semelhante ao tablóide, com 4 colunas e 4 páginas, reservando a última para os anúncios publicitários. No final da década de 1910 e no decorrer dos anos de 1920, o formato modificou-se sobremaneira. Mais próximo do modelo *standart*, a mancha gráfica da página aumentou e possibilitou dobrar o número de colunas. Nas 8 colunas e 4 páginas podem-se encontrar os anúncios (não mais circunscritos a uma página apenas, mas alocados de forma homeopática durante todo o periódico), os atos oficiais, telegramas importantes, notícias sobre política, economia, religião e cultura. No início dos anos de 1930, novas mudanças gráficas diminuíram a página do jornal. Dessa vez, adotou-se um modelo intermediário entre o tablóide e o *standart*, aumentou-se o número de páginas para 8 - nas quais os anúncios publicitários, notícias locais/nacionais/internacionais, artigos e avisos diversos concorrem no mesmo espaço - e reduziu-se o número de colunas para 5.

Com o intuito de republicanizar a Paraíba, Álvaro Lopes Machado não só elaborou nova Constituição Estadual – a de 1892 – como criou o jornal incumbido de propagar o regime de 1889. O nascimento d’ A União, portanto, estava sob a conjuntura liberal conservadora que tomava pra si a missão de oferecer feição republicana para o estado, anunciando a ordem, o progresso, a urbanização e as ideias higienistas (RODRIGUES, 2013). Malgrado Martins e Luca (2008) apontem para o pequeno número de leitores em potencial¹⁶, subscrevo as afirmações de Barbosa (2010, p. 125), para a qual “o fato de haver alto índice de analfabetismo não quer dizer que, também, nesses momentos, não houvesse leituras plurais e leitores múltiplos”. Ou seja, as leituras de jornais no início do século XX não eram restritas ao âmbito privado ou absolutamente silenciosas, mas caracterizavam-se pelas leituras em voz alta, proclamadas tanto em rodas familiares como em ambientes públicos. Dessa forma, é possível entrever uma significativa circulação desses impressos, bem como das idéias ali propagadas, na sociedade paraibana.

Oficialmente, o primeiro diretor de A União foi Carlos Dias Fernandes¹⁷, que comandou o jornal de 1913 a 1925, além de, simultaneamente, dirigir a Imprensa Oficial do Estado. Logo, grande parte do marco temporal, aqui, escolhido (1913-1932) refere-se aos anos em que o poeta Carlos D. Fernandes, como assinava em seus textos, esteve à frente do periódico. Segundo Gouvêa (2013), o poeta, também ensaísta e teatrólogo, ofereceu ao jornal uma feição literária. Logo, de linguagem calcada no preciosismo, ele selecionava, com rigor, as colaborações para o jornal, o que, por sua vez, induzia os seus redatores e colaboradores a reforçarem o cuidado com a gramática e a estilística na preparação das matérias. É também de Carlos D. Fernandes a iniciativa de, ao assumir a direção do periódico, introduzir, de forma pioneira, as manchetes de primeira página e a seção Última Hora, com telegramas da Europa e do Rio de Janeiro que chegavam à redação, no dia anterior, pelo cabo telegráfico submarino (GOUVÊA, 2013). Afinal de contas,

na qualidade de jornal mais importante do Estado e colocado, então, entre os cinco maiores do país, o presidente Castro Pinto acatou as idéias evolucionistas de Fernandes que, além de introduzir novas técnicas na sua diagramação também criou um serviço de instalação domiciliária e boas relações econômicas com os seus clientes (GOUVÊA, 2013, p. 5).

¹⁶ Em 1890, estimava-se em apenas 15% o montante da população brasileira alfabetizada, porcentagem que timidamente se elevou para 25% no censo de 1900 e que não sofreu alterações significativas em 1920. Ver mais em MARTINS; LUCA, 2008.

¹⁷ Poeta, escritor, romancista, contista, biógrafo, jornalista e pedagogo. Natural de Mamanguape (PB), Carlos Augusto Furtado de Mendonça Dias Fernandes foi diretor de A União por 12 anos (1913 a 1925). Nasceu em 20 de setembro de 1874 e morreu no Rio de Janeiro em 9 de dezembro de 1942, aos 68 anos de idade. Ver mais em: GALVÍNCIO, 2013.

Este “homem de mil atividades”, como o caracterizam seus contemporâneos (GOUVÊA, 2013), já possuía larga experiência quando aceitou, aos 39 anos, dirigir a União. Iniciou sua carreira jornalística no Rio de Janeiro em A Gazeta da Tarde e, em seguida, n’A Cidade do Rio e na Revista Rosa Cruz. Destacou-se, sobretudo, pelo tom satírico de sua prosa e da sua poesia, onde buscava provocar seus compatriotas em editoriais políticos. Diante do exposto, é possível afirmar, portanto, que Carlos D. Fernandes teve participação fundamental nas questões que agitavam o debate público nas primeiras décadas do século XX, na Paraíba. Entusiasta da modernização e imbuído do sentimento de missão pedagógica, ele também

tinha interesse em colocar em pauta as questões que embalavam as movimentações feministas, anunciando em suas páginas que a Paraíba também incluía na sua agenda política a questão da mulher, mostrando seu envolvimento com os acontecimentos do mundo moderno (GALVÍNIO, 2013, p. 128)

É importante ressaltar que embora defendesse o direito ao voto e a educação às mulheres, tendo, inclusive, publicado um livro intitulado “Feminismo”, em 1923, Carlos D. Fernandes não negava as características entendidas como naturais ao “sexo frágil”, ou seja, os sentimentos associados à compaixão com os desvalidos, crianças e animais. Ratificava, desse modo, a essencialidade do instinto feminino em detrimento das contingências históricas e sociais. No entanto, a simpatia e apoio à causa feminista podem ser compreendidos, neste contexto, como uma postura progressista, haja vista a publicação integral, no mesmo ano do ingresso de Carlos D. Fernandes à direção do jornal, em 1913, da 8ª Conferência sobre a “Universidade Popular”, intitulada “Os Direitos da Mulher”, proferida por Catharina Moura. É importante ressaltar que segundo Machado, Nunes e Mendes (2013), as aproximações entre ambos extrapolariam as afinidades intelectuais envolvendo a causa feminista, uma vez que eles se formaram bacharéis na Faculdade de Direito do Recife¹⁸, em 1912, além de aproximarem-se em torno da organização da Associação de Proteção aos Animais, em 1914, que teve como fundadora a mãe da Catharina Moura, a educadora paraibana Francisca Moura¹⁹. Ao militar em prol da proteção aos animais, Carlos D. Fernandes identificava na sensibilidade “natural” das mulheres, as agentes civilizadoras da bondade, por excelência (GALVÍNIO, 2013).

¹⁸ Catharina Moura foi a única mulher a se formar naquela instituição, numa turma de 48 bacharéis, sendo 13 paraibanos, entre eles Carlos D. Fernandes. Ver mais em: MACHADO; NUNES; MENDES, 2013.

¹⁹ Atuou por mais de meio século na educação paraibana, tanto como professora efetiva da Escola Normal, como no seu próprio curso particular, o Curso Francisca Moura, bastante procurado e frequentado na capital paraibana. Além disso, escreveu as obras: Compêndio de Geografia e Pontos de Português. Ver mais em: MACHADO; NUNES; MENDES, 2013.

Deste modo, se por um lado, o discurso predominante na Paraíba – e compartilhado por Carlos D. Fernandes - normatizava mentes e corpos ao identificar determinadas características historicamente construídas como naturais, por outro lado, o discurso de Catharina Moura, em *A União*, possibilita entrever fissuras, brechas, interstícios displicentes, por meio dos quais as resistências são possíveis, abrindo, assim, espaços para que os indivíduos não se submetam completamente às regras de conduta. Sugeridas as condições de possibilidade e emergência da publicação da Conferência “Os Direitos da Mulher”, encontrá-la-emos nas páginas a seguir.

2.2. “Os direitos da mulher”: o discurso como arma com a qual e pela qual se luta

Foi numa tarde de domingo, especificamente no dia 30 de março de 1913, que palestrou, no Teatro Santa Roza, a única mulher conferencista a integrar as trinta exposições orais previstas em torno da construção da “Universidade Popular”, na Paraíba, promovido pelo então presidente provincial João Pereira de Castro Pinto²⁰. Segundo Machado, Nunes e Mendes (2013), o referido presidente foi reconhecidamente simpático aos ideais modernos de educação propagados pelos liberais na Primeira República e entre as iniciativas ditas modernizadoras encontram-se, justamente, as “Conferências da Universidade Popular”, tendo como partícipes intelectuais e educadores capazes de preparar a Paraíba para a modernidade. Ora, proferir uma palestra sob o título “Os Direitos da Mulher”, torna-se, neste contexto, elemento absolutamente tático, na medida em que Catharina Moura utiliza seu prestígio e inserção nas esferas institucionais para chamar a atenção de seus patrícios a um tema espinhoso à época: a luta sufragista. Empreender a discussão sobre o terreno alheio, entretanto, impõe-lhe certas restrições, o que pode ajudar a compreender a recusa sistemática à alcunha “feminista”, tão reprovável à época²¹:

Não sou infelizmente uma feminista, (...) não sou uma dessas mulheres sublimes que denodadamente se batem pela elevação, pela emancipação do seu sexo, (...) não sou dessas mulheres admiráveis que affrontam impávidas os risos de escarneo, as pesadas ironias, os malevolos dichotes com que as mimoseiam os ferozes inimigos do progresso feminino, aqueles que, ou por temerem a competencia do sexo que chamam fraco ou por não quererem que lhes fuja o imperio até aqui exercido sobre elle, lutam com o ridiculo, a mais vil de todas as armas, para a todo custo conserval-o (*A União*, Parahyba do Norte, 1 de abril de 1913, ano XXI, p.1).

²⁰ Vale destacar que apenas duas mulheres fizeram parte da comissão organizadora da referida Universidade Popular, Ângela Moreira Lima e Catharina Moura, sendo que apenas esta última esteve entre os conferencistas. Ver mais em: MACHADO; NUNES; MENDES, 2013.

²¹ Optei por manter a grafia original do texto na transcrição de todas as fontes.

Percebam, contudo, que embora recuse veementemente o epíteto “feminista”, Catharina Moura tece verdadeiros elogios às mulheres que lutam pela emancipação de seu sexo, mulheres sublimes, admiráveis, que afrontam impávidas os risos de escárnio e ironias ferozes dos inimigos do progresso. Neste momento, antevejo a astúcia, a tática, a arte de lutar em terreno alheio. Talvez²², o maior desafio numa pesquisa histórica seja não cometer o equivocado anacronismo, ou seja, avaliar um determinado tempo histórico à luz de valores atuais. Logo, o que significava autodeclarar-se “feminista”, na Paraíba, durante a década de 1910? A carga pejorativa sobre a palavra era tão ampla que afastava qualquer possibilidade de diálogo com uma instância institucional qualificada, lugar estrategicamente controlado pela norma e pelo discurso oficial, como era o jornal A União. Logo, Catharina aproveita-se de sua distinta posição social e infiltra taticamente o contraponto às críticas àquelas que não deveriam ser dignas de pena, repulsa ou ódio, mas respeitadas pela sua pujança, determinação e resiliência.

Logo, a recusa sistemática em auto-declarar-se “feminista”, embora o conteúdo de sua fala esteja em consonância com os ideais enalçados pelas sufragistas, desvelam-se em, pelo menos, dois caminhos possíveis de compreensão. Em primeiro lugar, o feminismo era - e continua sendo - caracterizado por uma heterogeneidade de feminismos, bem como por uma pluralidade de maneiras de se movimentar por entre as trincheiras das esferas públicas. É neste sentido que Pinto (2003) mapeia, no interior da denominada Primeira Onda²³, três vertentes ou tendências por meio das quais se expressaram os feminismos no Brasil recém-republicano: o bem-comportado, forte e organizado o suficiente para empreender um debate nacional, chegando a uma institucionalização surpreendente, tendo em Bertha Lutz a personalidade mais conhecida; o mal-comportado, que, ao defender a libertação da mulher de uma forma mais radical, articula as teses feministas aos ideários anarquistas, tendo em Maria Lacerda de Moura o seu expoente mais conhecido; e o feminismo difuso, o qual se expressaria por meio das múltiplas manifestações na imprensa – feminista ou não –

²² As expressões que abundam no texto, como “talvez”, “ao que parece”, “possivelmente” são sinais, não de uma análise titubeante ou pouco rigorosa, mas ao contrário, o uso de uma “linguagem de probabilidade”, no qual se tenta, explicitamente, enfatizar a natureza *sui generis* das ciências humanas. Pra saber mais: LIMA, 2006.

²³ Como consequência de uma proposição metodológica, a história das lutas feministas costuma ser periodizada em três etapas principais: 1) a “Primeira Onda”, do século XVIII ao início do século XX, consiste na luta à participação política, na qual o direito pelo sufrágio universal se destacou como principal tema. 2) A “Segunda Onda”, pós-segunda guerra mundial, criticava a suposta harmonia espontânea dentro das relações familiares. Com o slogan “O pessoal é político”, questionava-se a dicotomia entre público e privado. Entendia-se que a equidade na esfera pública estava condicionada à equidade na esfera doméstica. 3) A “Terceira Onda”, contextualizada em meados da década de 1980, intitulada Pós-Feminismo, subverte o sentido de “Identidade Feminina”, desconstruindo-a, a fim de revelar as contingências e discontinuidades no processo de sua construção histórica. Ver mais em: PINTO, 2003.

e pelo vasto campo de debates cultivados, tais como o interesse pela educação, política, reflexões sobre o divórcio, moda e comportamento.

Parece-me, pois, que seria coerente identificar a conferência de Catharina Moura, senão na primeira, na última vertente, posto que seus questionamentos estavam longe, como afirma no decorrer de sua palestra, de subscrever as formas de agir “do feminismo irrefletido e tolo que abraça o amor livre e outras idéas de igual monta”, isto é, das anarquistas “mal-comportadas”. Em segundo lugar, a negação ao epíteto “feminista” pode ser compreendida como uma forma de defesa, já que, aquelas que eram inscritas nos corpos das feministas, eram localizadas em

um espaço oposto, senão ao feminino, mas aos atributos da feminilidade, experimentando assim uma situação dúbia, ocupando um espaço de hiato entre fronteiras, que muito serviu para alimentar o estereótipo da “mulher-macho”, sobretudo no espaço urbano, como sendo mulheres que, indo contra sua natureza, ao reivindicar para si lugares tidos como legitimamente masculinos, acabavam por adquirir traços fisionômicos, estéticos e comportamentais virilizados. Isso as situava fora, por exemplo, das possibilidades de uma vida amorosa, sexual e familiar consideradas normais (SILVA, 2008, p. 77-78).

Segundo Soihet (2006), uma das explicações possíveis para a hesitação ou mesmo rejeição das mulheres, sobretudo as de prestígio social, em assumir o feminismo está enraizada no discurso médico que associava a inversão dos “princípios naturais” à atrofia uterina. As feministas, pois, eram entendidas como “incapazes da abnegação, da paciência e do altruísmo que caracterizam a maternidade, função primordial das mulheres e garantia de sobrevivência da espécie humana” (SOIHET, 2006, p. 384). Por conseguinte, o estereótipo da feminista viril, masculinizada, mal-amada e solteirona, que circulou de forma abrangente pelos periódicos da época, configurava-se numa tentativa de esvaziamento e desmoralização das reivindicações das sufragistas identificadas como inimigas do homem. Dessa forma, a zombaria e o escárnio serviram para normatizar as condutas de mulheres que, conscientes e apoiadoras da causa feminista, permaneciam dentro dos limites aceitáveis socialmente, sobretudo, aquelas que almejavam destaque social. Estratégia que assentou, ainda, a construção de uma narrativa na qual a “mulher independente e moderna” não se associava à quebra de vidraças ou quaisquer outros embates violentos, mas às práticas da leitura, ao interesse pelas ciências, artes e política²⁴.

²⁴ ALVES (1980) afirma que o movimento sufragista brasileiro é herdeiro direto de uma vertente feminista norte-americana moderada. Trata-se da tradicional American Woman Suffrage Association (AWSA), fundada em 1869. A AWSA utilizava como tática os instrumentos políticos “legítimos”: reivindicações feitas pelos trâmites legais e o convite de personalidades ilustres para a causa, evitando-se toda e qualquer confrontação que pudesse vir a balar a frágil corrente favorável que começava a se formar na opinião pública.

No Jornal A União, o debate acirrava-se em torno da defesa ou ataque às sufragistas. Em texto intitulado “O feminismo nos Estados Unidos”, o correspondente Plácido Barbosa narra as conquistas do movimento feminista norte-americano, “uma verdadeira potência”, segundo ele, com um misto de desprezo e ironia:

(...) é apenas uma questão de tempo conseguir a mulher fazer as leis e obrigar os homens a fazer as camas. Estas feministas daqui querem verdadeiramente fabricar um novo homem e até uma nova raça, a seu modo de accôrdo com os seus principios. Como todo o feminismo, este tem a sua origem primeira num sentimento de revolta contra o homem. Sentimento falso sem duvida, porque nas sociedades civilizadas o homem não fez nunca outra coisa senão prezar a mulher, e o progresso da humanidade não tem sido feito senão abrangendo maior liberdade, maior cultura e cada vez maior apreço da mulher.

Porém ellas querem a experiência completa. Para ellas – é a <<leader>> sra. Margareth Sanger que o diz – a base da liberdade do mundo é a liberdade da mulher, o mundo tem que ser refeito, reconstruído e creado de novo pela mulher! Só isso...

Os homens americanos estão deixando que a experiência siga suas phases (...) mas eu creio que quando as cousas chegarem a um ponto insuportável elles corrigirão a travessura com a mão forte que se lhes conhece.

O ponto critico, porém, parece estar longe. As <<americangirls>> que são uma legião, ainda não se convenceram destes princípios (...) Afinal, a cousa é muito simples: as feministas nunca poderão tornar igual a anatomia, a physiologia e a psychologia do homem e da mulher. Sempre haverá entre elles aquella enorme <<pequenina differença>>, com todas as suas consequencias. Não se contorce a Natureza (...) As <<americangirls>> vencerão o feminismo exaggerado” (A União, Parahyba do Norte, 24/11/1921).

É compreensível, portanto, o comedimento de Catharina Moura, única mulher a proferir uma conferência em um evento agremiado pela elite política, intelectual e cultural do estado, na medida em que não queria se associar ao feminismo vilipendiado e irascível das sufragetes. No entanto, malgrado a prudência introdutória, a educadora desenvolve sua conferência de forma a desmontar os argumentos que impedem a participação efetiva da mulher nos rumos políticos do país:

Julgo tão incoherente, tão em desacordo com os progressos do seculo o modo por que entre nós é dado o direito de voto politico, que difficilmente contenho o riso quando em um dia de eleição observo de minha janella o movimento desusado das ruas, atulhadas de pobres matutos em cujas mãos introduziram os chefes locais a patente de eleitor, fazendo-os repetirem, como as crenças o padre-nosso, o nome do candidato a quem vão dar o seu voto consciente e ponderado (...) Nossa lei básica, a Constituição de 24 de fevereiro, estatuinto no seu Tit, IV, Seccão I, artigos 69 e 70, as qualidades necessarias para ser cidadão brasileiro e eleitor, não se refere ao sexo como provando que este não póde ser absolutamente considerado motivo justo de capacidade ou incapacidade physica ou moral para o livre exercicio do direito de voto. Donde nasce, portanto, a incapacidade da mulher se

a constituição não priva do voto em nenhum dos seus artigos? (...)Se a exclusão das mulheres não é uma das exclusões expressas na constituição, sendo condição essencial a toda a lei a clareza e precisão nos seus artigos, é evidente que nossa lei básica não nega à mulher o direito de voto político. Claro está que essa privação nasce exclusivamente do arbítrio dos interpretes da nossa lei, é mais uma exuberante prova de egoísmo masculino, quando não o for da ignorância que induz à crença absurda de que a mulher do lar doméstica desaparecerá no dia em que surgir a mulher política
(A União, Parahyba do Norte, 1/04/1913).

Bacharel em Direito, Catharina inicia sua exposição desarticulando os argumentos legais que a impedem de votar. Isto é, a restrição não seria de ordem jurídica ou constitucional, uma vez que não há lei que exclua a participação das mulheres, mas de ordem moral, fruto da interpretação de homens sobre a incapacidade intelectual das mulheres. Segundo Araújo (2003), nos primeiros anos da República, algumas mulheres, de forma esparsa e tímida, requereram o alistamento eleitoral em petição fundamentada no mesmo argumento de Catharina Moura, a constitucionalidade do voto, já que não havia impedimento explícito quanto à participação feminina. Conforme sugere Alves (1980) foi a professora Leolinda Daltro quem primeiro projetou no Brasil, de forma organizada, a defesa do sufrágio universal. Não logrando êxito em seu requerimento eleitoral, Daltro abandona o caminho longo e incerto da jurisprudência e volta-se para o campo político, fundando, em 1910, o Partido Republicano Feminino com o objetivo de pressionar o Congresso para o debate sobre o sufrágio universal.²⁵ A igualdade jurídica entre os sexos foi alvo de intensa batalha discursiva na imprensa, como demonstra a notícia intitulada “O projeto do alistamento eleitoral”, reproduzida do periódico carioca A Noite,

Ouvido pel’A Noite, sobre o projeto do alistamento eleitoral apresentado ao governo pela comissão de reforma eleitoral, disse o sr. Clovis Bevilacqua: “O ante-projecto que institue o registro cívico e providencia sobre o alistamento dos cidadãos com direito de voto, estabelece uma distincção entre os alistáveis dos dois sexos, que não me parece de accôrdo com a constituição vigente, se afasta da tendência o direito moderno e consagra, afinal uma injustiça. Digo que não está de acordo com a constituição, porque esta, quando se refere ao cidadão claramente, não estabelece diferença entre homem e mulher, salvo em favor desta, porque no artigo 69, nº 5, declara cidadão brasileiro o estrangeiro que se casar com brasileira, comtanto que resida o Brasil e aqui possua immoveis. Não attribue, porém, nas mesmas condições, a qualidade de brasileira á estrangeira que se casar com brasileiro. E’, pois, claro que, perante a constituição, a mulher casada possui qualidade de cidadã brasileira em toda a sua possível latitude. E se é cidadã, tem capacidade, alcançando a maioridade, para se alistar na forma da lei (artigo 70). Digo que o ante-projecto se afasta da tendência do direito moderno, porque é um dos princípios victoriosos, na mentalidade jurídica dos melhores mestres e da elite

²⁵ Segundo consta na exposição permanente do Memorial Parlamentar da Assembléia Legislativa da Paraíba, a primeira mulher a alistar-se eleitoralmente, na Paraíba, foi Isabel Iracema Feijó da Silveira, em fevereiro de 1929, na comarca de Santa Rita, tendo votado para Presidente da República nas eleições de 1930.

intellectual, a igualdade jurídica dos sexos e, em particular, é injustificável que se considere o casamento base da família e exigência da moral entre os povos cultos, uma diminuição para a dignidade da mulher. Assim, e vez das disposições dos artigos 8 e 9, que devem ser eliminados, subsista o artigo 7, accrescentando-se no fim: “O vocábulo cidadão compreende tanto o homem quanto a mulher”. Pelos mesmos motivos, suprimam-se os ns. 6 e 7 do artigo 11. Conserve-se, porém, o paragrapho 3, do artigo 208”. (A União, Parahyba do Norte, 05/12/1931).

A revisão da legislação e a elaboração de um novo código eleitoral, entretanto, foram possíveis apenas a partir do Governo Provisório de Getúlio Vargas, por meio do decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que, ao regulamentar o alistamento e o processo eleitoral no país nos âmbitos federal, estadual e municipal, trouxe uma série de inovações, dentre as quais, o estabelecimento do sufrágio universal e secreto. Dessa forma, outorgado o direito de voto a todos os brasileiros maiores de vinte e um anos, alfabetizados e sem distinção de sexo, ampliava-se o corpo político da nação. No entanto, além de criticar a desigualdade de uma cidadania sexuada e opor-se ao modelo de participação democrática apenas formal, que configurou a ordem política na Primeira República, ou seja, os poucos eleitores, a maioria, sem qualquer instrução, chamados para ratificar as escolhas previamente feita nos pactos oligárquicos de sucessão do poder, Catharina empreende argumento contra a denominada inferioridade intelectual feminina:

Os physicoslogos, os adeptos dessa sciencia que procuram ler na massa cerebral da mulher os limites do seu desenvolvimento, o acanhado de sua intelligencia, como as bohemias feiticeiras têm a sorte boa ou má, de quem quer que ellas para isso se offereça, querem affirmar ainda hoje que a mulher é physiologicamente um ser inferior ao homem, inapto para estudo sérios, incapaz de parallelamente a elle prestar á evolução o seu concurso, enveredando para a senda do progresso, da civilização (...) Se há realmente um inferioridade psychica esta será a consequência da inferioridade physiologica ou será o reflexo da inferioridade social a que tem sido a mulher condemnada, isto é, a consequência da atrophia resultante da oppressão hereditária? Acreditaremos que a inferioridade cerebral da mulher é cousa physiologicamente provada. Todos os traçados, todos os quadros comparativos feitos entre os cerebros masculino e feminino têm mostrado claramente que o volume cerebral da mulher é em cada um dos períodos da existência e durante toda ella inferior ao volume cerebral do homem. Acreditemos tambem que essa inferioridade physiologica dê origem á inferioridade phychica. Pobre ser escravizado desde os tempos primitivos como não atrophiar-se, como evoluir? Ora, impossível seria não soffrer atrophia um cérebro sómente influenciado por factores todos negativos ao seu desenvolvimento, não anniquilar-se uma vontade sujeita, desde as suas primeiras manifestações, á imposição de uma vontade opposta. Sómente educando, instruindo a mulher pode-se-á evitar que elle continue a propagar um typo psychico social inferior, fútil, quasi infantil. Sua elevação intellectual e moral pela instrucção e pela educação, num futuro, talvez não mui remoto, há de trazer-nos a prova de que essa inferioridade do cérebro feminino, se é que existe, não é uma qualidade inherente ao sexo, mas uma consequência necessárias das condições do meio. (A União, Parahyba do Norte, 1/04/1913).

Interessante notar como Catharina refuta a justificativa científica da inferioridade intelectual da mulher, discussão amplamente difundida na virada do século XIX para o XX, na qual se tentava identificar, respaldado por métodos científicos, características inatas, chamadas de estigmas atávicos, para classificar a natureza de cada sexo (LOMBROSO, 2013). Ora, ela não discorda dos estudos apresentados que evidenciam tal desigualdade, mas das causas pelas quais as mulheres não alcançam as mesmas capacidades dos homens. É a educação – ou a falta dela – que atrofia o cérebro feminino. Vejamos uma notícia aparentemente fortuita, a inauguração de um instituto de educação na cidade de Bananeiras, no interior da Paraíba, onde a distinção entre disciplinas ofertadas aos meninos e meninas tornar-se evidente:

O instituto bananeirense (...) conseguiu reabrir o educandário, que hoje conta com 56 alumnos e dispõe do seguinte corpo docente perfeitamente apto para ministrar o ensino aos meninos: português e história do Brasil, Synesio Guimaraes; francês e geografia, Francisco Coitinho; aritmética, álgebra e inglês, prof. Pedro de Almeida; latim, Conego Christovão Ventura; história natural, pharm. José Fábio; química e história universal, dr. Ascendino Filho; física, geometria e trigonometria, acadêmico Odon Bezerra Cavalcanti; música, professor Manuel Leite.

Tem Bananeiras outro importante estabelecimento de ensino destinado ao *bello sexo* e dirigido por Irmãos da Sagrada Família, onde as jovens da alludida cidade podem fazer um curso quase completo de línguas, economia doméstica e piano.

(A União, Parahyba do Norte, 10/05/1919)

O predomínio de uma concepção de educação desigual para meninos e meninas reforçava os pressupostos amplamente difundidos durante a época, no qual constituíam-se características do “*bello sexo*” a fragilidade, o recato, a ênfase das faculdades afetivas sobre as intelectuais e a subordinação da sexualidade à vocação maternal. A educação às meninas visava, sobretudo, a etiqueta dos salões, a maestria em um instrumento musical, a sofisticação de uma língua estrangeira, o consumo de literatura “suave” e o domínio sobre a economia doméstica. Em oposição, esperava-se que os meninos associassem uma natureza vigorosa à força física, empreendedora e, acima de tudo, racional. Ao discorrer sobre essa questão, Soihet (2006, p. 374) afirma que a inferioridade da razão das mulheres “era um fato incontestável, bastando-lhes cultivá-la na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais: obedecer ao marido, ser-lhe fiel, cuidar dos filhos”.

Dessa forma, faz-se pertinente a reflexão de Louro (2001), para a qual a ignorância não é “neutra” ou um “estado original” do qual todos os indivíduos partem. Pelo contrário, é uma

consequência ou *efeito* – e não uma *ausência* – de conhecimento. É mister, pois, “admitir que a ignorância pode ser compreendida como sendo um tipo particular de conhecimento ou produzida por um modo de conhecer” (LOURO, 2001, p. 551). Para o feminismo, portanto, a educação constituía-se em um fim a ser atingido pelas mulheres, uma vez que consistia em um instrumento para a conquista de outros direitos. No entanto, mesmo após o advento da República, em 1889, e a difusão de ares progressistas para o país, as mulheres foram alijadas da cidadania plena sob a justificativa de que não estavam preparadas para o mundo intempestivo da política. O temor de que o ingresso de mais elementos no universo dos eleitores acrescentaria um enigma à equação política, definia o alcance da cidadania na primeira República: “excluíram-se as mulheres, analfabetos, militares de patente inferior, negros, trabalhadores agrícolas e índios” (SOIHET, 2006, p.459). E é a partir da imagem do “progresso da civilização” que Catharina Moura defende a preparação da mulher como “educadora do lar”:

A civilização, o progresso exigem dia a dia maior preparo da mulher como educadora. A evolução da mentalidade feminina é condição necessária á vida da mulher na actualidade e por uma consequencia logica tornar-se-á cada vez mais necessaria, até imprescindível essa evolução. Impossivel será depurar-se uma sociedade, progredir, elevar-se, desenvolver-se um povo sem o concurso feminino no movimento social, concurso tão valioso qual desvalorizado até hoje (A União, Parahyba do Norte, 2/04/1913).

Compreende-se que ao reforçar a importância atribuída à mulher como “pedagoga do lar”, aquela que recebeu a função política de educar os filhos e transformá-los em cidadãos de sólida formação moral e ausência de vícios, constrói-se um argumento tático para defender a educação igualitária. A “salvação do povo” transformava-se, pois, em mais do que um dever do Estado, um dever da mulher. Por sua vez, esta primeira educadora dos filhos ou agente portadora da civilização deveria ser preparada a partir de conhecimentos científicos adquiridos por meio de uma concreta educação intelectual. É neste sentido que Soihet (2000) afirma que o movimento feminista valeu-se, por muitas vezes, da *tática*, a fim de subverter, para seus próprios fins, uma representação imposta, uma vez que estas são ações calculadas por aquele que “não tem por lugar senão o do outro e por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto, tal como o organiza a lei de uma força estranha” (CERTEAU, 1994, p. 100). Como demonstra o trecho a seguir do artigo intitulado “A educação da mulher”, assinado pelo educador e intelectual Carneiro Leão²⁶ a “educação racional e positiva” não

²⁶ Antonio de Arruda Carneiro Leão (1887-1966), nasceu em Recife, sendo seus pais Antonio Carlos Carneiro Leão e Elvira Cavalcanti de Arruda Câmara Carneiro Leão. Após a formatura na Faculdade de Direito de Recife, em 1911, passou a exercer o magistério e o jornalismo na cidade onde nasceu. Entre os anos de 1915 e 1916, realizou conferências no Rio de Janeiro, São Paulo, bem como em outros estados, assumindo que estava em campanha a favor

negaria o exercício das atribuições entendidas como naturalmente femininas, mas acrescentaria subsídios para transformar a mulher em colaboradora ativa da família e, por conseguinte, do Estado:

Melhor fôra porém que ao envez de formarem bonecas coquettes, aperfeiçoadas na arte de caçar maridos, servindo de excitação e aperitivo, fizessem criaturas um pouco mais úteis ao progresso, á elaboração de uma raça magnífica. Muito principalmente porque a educação racional e positiva não a impedirá de manter todos os seus velhos resquitos de mulher, fazendo-se ainda por cima, a colaboradora directa e efficaz da evolução de seu paiz. (A União, Parahyba do Norte, 10/03/1914).

Isto é, a mulher não abandonaria o lar, mas, ao contrário, estando mais bem informada e dotada de poderes para empreender as mudanças necessárias, ela poderia atender com maior eficiência aos seus deveres familiares. Segundo Priore, a Igreja também apostava no sucesso do papel feminino, pois “dentro de casa poderiam comandar alianças, poderes informais e estratégias. Mas apenas dentro de casa” (PRIORE, 2013, p.19). As sufragistas por sua vez, advogavam o voto feminino ao associar a administração urbana a uma ampliação das tarefas domésticas, consequentemente, campo específico de trabalho da mulher. Por conseguinte, embora existam críticas à atuação comedida de um “feminismo bem-comportado, católico, elegante, feminino” (MACEDO, 2003, p.100), reduzindo, dessa forma, a luta e os direitos conquistados a uma concessão, quando assim interessou à classe dominante (ALVES, 1980), subscrevo as reflexões de Costa (2006) quando afirma que estes atos políticos não podem ser considerados domesticados, ainda que bem-comportados.

Ora, as relações de poder não podem ser entendidas como imposições unilaterais de um grupo homogêneo ou uma “classe dominante”, mas fruto de uma atuação dinâmica entre múltiplos interesses sociais. Embora a “maternidade científica”²⁷ reforçasse uma suposta essência feminina, ratificando o papel da mãe como “Rainha do Lar”, acreditava-se que a adesão aos preceitos científicos seria um caminho conveniente na tentativa de alcançar uma ampliação na educação feminina e, conseqüentemente, outras possibilidades de existências. Trata-se, pois, de uma astúcia pela qual, “ao reforçarem as diferenças de gênero, as mulheres buscavam, justamente, alcançar a equidade; extraíam de sua aparente fraqueza, a sua força” (FREIRE, 2006, p. 312). Logo, como

da educação popular. Entre 1922 e 1926, ocupou o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (Rio de Janeiro), a convite do Governador Arthur Bernardes, onde efetuou uma série de reformas no ensino e, posteriormente, contribui com a reforma no ensino de Pernambuco (1928-1930). Ver mais em: SILVA, 2006.

²⁷ Entende-se por maternidade científica o exercício materno fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e sob supervisão médica. Ver mais em: FREIRE, 2006.

veremos a seguir, pululam nas primeiras décadas do século XX possibilidades de novas existências nas distintas tessituras de gêneros.

CAPÍTULO 3 - NOVOS CONTORNOS DA VIDA SOCIAL

3.1. “Porque Maria é sempre o nome que ellas têm”: a mulher-mãe

A Primeira República assinala um momento de transição que se manifestava nos múltiplos âmbitos da sociedade brasileira, não apenas no tocante a política e a economia, mas também aos comportamentos, ideias e valores (NUNES, 2008). A aspiração de um projeto de nação civilizada, associada aos emergentes meios de comunicação que invadiram o cotidiano, como o cinema, fonógrafos e o rádio, esboçava não apenas modificações técnicas, mas novos contornos de convívio social. Momento, este, de instabilidade, de questionamento da naturalização das desigualdades assentadas no corpo sexuado. Em contrapartida, momento de defesa e preservação das características entendidas como inerentes à natureza humana. Atentemos para o seguinte poema, intitulado “Sinhá Pudor”:

Quem são ellas que passam de roupas rústicas,
Que, ante as lojas, ávidas se detêm?
Seus nomes vão de Mariasinha a Maria...
Porque Maria é sempre o nome que ellas têm!
Vede: são operarias – flôres da Plebe –
Quem sahem da Fabrica, nada mais.
São pobres, são! Mas tão singelas e virgens
Como se fossem raparigas collegiaes
(...)
D’entre ellas uma havia, tendo, por tímida,
Esse vulgo emphatico – <<Sinhá Pudor>>
Porque um rapaz lhe segurára no braço
Havendo escândalo e prisão para o offenso
Passados alguns tempos, não mais no bando,
Com o vestido huílmo, todo seu,
Vi <<Sinhá Pudor>>, que sempre no bando eu ia...
Aonde se fôra? Depois soube que morreu!
Sim! Num caixão esplêndido comprado caro
(Ella era econômica) sob um véu,
Mortalha azul, - levada por companheiras,
Sorriso aos lábios, - <<Sinhá Pudor>> subira ao Céu!
Eudes Barros
(A União, Parahyba do Norte, 24/08/1924).

O poema é de autoria do jornalista Eudes Barros²⁸ e provoca uma reflexão interessante sobre como a linguagem religiosa era largamente utilizada para qualificar o feminino. As metáforas e

²⁸ Nasceu no dia 1º de janeiro de 1905, em Alagoa Nova/PB. Filho de Alfredo Correia de Barros e de Pia Luna Freire, faleceu no Rio de Janeiro, em 1975. Atuava nos jornais da capital e a integrava os grupos intelectuais da terra. Aos 17 anos iniciava a publicação dos seus escritos nos jornais, os quais tiveram boa aceitação pelo público leitor. Jornalista

analogias lançavam mão dos atributos de “virgem santa”, “anjo de bondade” e “pureza” para suprimir a capacidade de sujeito histórico e delimitar um comportamento ideal (ALMEIDA, 2007). É necessário ressaltar que, malgrado o Positivismo ganhasse cada vez mais adeptos, a Igreja Católica continuou a exercer forte influência na cultura da Primeira República. Por conseguinte, a imagem feminina que se tornou predominante no coletivo social da época era alicerçada nos postulados de um modelo de cristandade ocidental.

Desde a Colônia, as relações dos oligarcas com a hierarquia católica já existia. Essas relações se fortaleceram ao comungarem com a rejeição tradicional da igreja em tudo que se referisse à emancipação feminina e o conseqüente afastamento do ideal construído no período. A mulher *excessivamente instruída* poderia se esquecer da função reprodutiva, essencial para sua realização individual e, da família, o que também vinha ao encontro de uma idéia da tradição e propriedade que a igreja e oligarquia compartilhavam (ALMEIDA, 2007, pp. 104-105).

De acordo com Rabelo e Martins (2006), a Igreja Católica ainda contribuiu com a construção de uma imagética feminina binária. De um lado, estaria Eva, a pecadora, a transgressora, a desviante, cuja sedução perversa afugentou o homem do caminho apropriado e erradicou do paraíso o destino de toda a humanidade. Nesta chave de interpretação, a mulher era vista como tentação contínua que, por sua vez, deveria ser contida para tornar-se uma mãe adequada e para que não desviasse o homem do caminho correto. Em outro pólo, porém, estaria Maria, a mãe de Deus, a santa, a pura, a abnegada, aquela que aceitou docilmente sua missão, comportamento cobrado pela sociedade, ratificado pela Lei, pela Igreja, pela Ciência e reforçado pela divulgação de uma pedagogia do casamento que estabelecia as funções e os domínios específicos aos gêneros. A mulher, nesse projeto, era fundamental. Cabia-lhe ensinar aos filhos a educação do espírito, rezar, pronunciar o santo nome de Deus, confessar-se com regularidade e participar das missas e festas religiosas (PRIORE, 2013).

Para Corbin (2008, p. 70), olvidar a autoridade do catolicismo sobre as representações e os usos do corpo seria condenar-se à incompreensão da cultura somática na virada do século XIX para o XX, fundamentada, sobremaneira, na “mariofonia”:

A virgem Maria foi a fonte de graça e perfeição da beleza. Sua pureza interior se reflete no exterior. Nela se encontram o charme, a candura, sobretudo, a modéstia, a simplicidade, a discrição, a doçura, a franqueza. Aquela que souber guardar seu tesouro e fechar as portas do jardim interior de sua alma transmite o brilho de um doce mistério.

profissional, Eudes Barros foi redator chefe de A União, onde mantinha uma coluna diária, diretor do jornal O Norte e A Rua, publicando também artigos na Revista do IHGP. (<http://www.blogdopedromarinho.com/?p=paraibano>, acesso em 21/05/14, 11h15).

Vê-se que em um momento onde o Brasil pós-escravagista, independente com ares liberais e republicanos consolida-se é fundamental que a obediência seja obtida pela persuasão e não pela força. Vale lembrar que existem distinções expressivas entre “relações de poder” e “estados de dominação” (ou relações de violência) (FOUCAULT, 2011). Este último é caracterizado por relações imóveis, fixas, assimétricas, assinalado pela ausência de liberdade, impedindo qualquer reversibilidade. As relações de poder, por sua vez, só existem sob a rubrica da liberdade. Assim, é necessário conceber uma reflexão que reconheça a tessitura, tão cara a Foucault, entre poder e subjetividade (FOUCAULT, 2001), a fim de compreendermos como, afinal, nos tornamos sujeitos de nós mesmos. Este discurso “mariofônico” apresentava-se, pois, como sedutor, como objeto de desejo das mulheres. Conforme demonstra o excerto do texto intitulado “A educação da mulher”, de Carneiro Leão, embora as discussões sobre o feminismo e direitos das mulheres estivessem em pauta, não havia consenso entre o público feminino sobre a validade – ou não – do feminismo.

(...) recordo-me perfeitamente de que certa vez conversava-se numa sala sobre a mulher e eu manifestei as minhas idéas livres sobre a necessidade de se lhe concederem os seus direitos indo até a concessão das cousas políticas (porque nunca achei justo que um camponês analphabeto votasse, pudesse ser votado, enquanto a uma senhora illustre e culta, só por ser mulher lhe fosse absolutamente vedada tal prerrogativa. Entretanto, num auditório de senhoras, onde era de esperar a mais franca sympathia houve uma espécie de desconfiança e espanto chegando mesmo uma delas a dizer, com medo talvez que aquellas liberdades lhe pervertessem as filhas, entre admirada e reprehensiva: o senhor parece que não é homem!

(A União, Parahyba do Norte, 10/03/1914).

No decorrer de sua exposição, Carneiro Leão defende argumentos em prol da educação igualitária e emancipação política feminina, a partir da premissa de que a mulher instruída renderia bons frutos à nação. O autor espanta-se, no entanto, com a recusa sistemática de certa interlocutora em apoiar a causa feminista, temendo que “aquellas liberdades lhe pervertessem as filhas”. Nota-se como a própria mulher constrói dentro de si o contraponto entre o *bello sexo* e às ameaças da feminista indisciplinada. Em vista disso, Abrantes (2010, p. 93) assinala a “incorporação dos dispositivos de auto-regulação, de autogoverno, próprias das tecnologias disciplinarizantes que teciam, então, as subjetividades do feminino” na Primeira República. Logo, o modelo da mulher frágil e passiva, inferior em espírito e, por isso, dependente do homem, era eficaz menos pela imposição violenta do estigma, do que pelo desejo subjetivado de ser subordinada. Como, afinal, fazer do sujeito, ao mesmo tempo, livre e obediente? Um eficiente mecanismo utilizado com êxito no jogo do poder reside no fato de convencer, por meio de argumentos bem articulados nas diferentes esferas do conhecimento, sobre a justeza do estado de coisas, na certeza de que a

subordinação é benéfica, pois visa proteger. O “auto-posicionamento”, ou seja, convencer-se de algo, requer, portanto, a participação e o reconhecimento do sujeito. Construía-se, pois, para a mulher um papel decisivo na preservação da família nuclear e defendia-se a maternidade como a expressão mais alta de feminilidade, incompatível com as demandas políticas da vida pública. Cabia à mulher, portanto, respeitar a distribuição e hierarquia tradicionais de papéis, ou seja, exercer a função de “rainha do lar” – dona de casa, provedora, educadora e esposa dedicada.

Atentemos para os seguintes reclames:

Cinema Rio Branco: Honrarás tua Mãe!

Uma produção da FOX-FILM traseira a esta capital pelo representante da própria fábrica

Ser mãe é ter um mundo e não ter nada!

Ser mãe é padecer no paraíso!

Com esses versos admiráveis Coêlho Netto fecha, com rara felicidade o seu formoso e expressivo soneto MÃE. E Laurita Lacerda, falando ainda do amor materno, tema cantado por tantos poetas, sempre novo apesar de tão velho, diz:

Tem sempre para o filho um consolo, uma prece,

É luz viva a brilhar que anima, alenta, aquece,

Ha em todo o seu ser, o emblema do perdão,

Adivinha, prediz e lê no coração

Do filho, a sua carne e a alma aberta em flor

O seu sacrário vivo ungido pela dor!

Sois mãe? Tendes mãe ou venerais a memória dessa santa que se foi? De qualquer maneira, vinde ver o que nos emocionará, vinde sentir palpitar o vosso coração no desenrolar de um filme em que não tereis receio de vos cançar, pois a vibração da vossa alma, vos fará esquecer, tudo para viver em imaginação na tela iluminada!

(A União, Parahyba do Norte, 25/11/1924).

Imagem 1- Massas Aymoré



Texto que acompanha a imagem 1:

O paladar satisfeito desperta o bom humor
Esposa modelo é a que sabe cultivar o bom humor do seu marido. Muitas vezes, um prato apetitoso é o bastante para que haja alegria. O melhor prato, o mais delicioso, faz-se com as insubstituíveis MASSAS AYMORÉ. São de um sabor incomparável. Além disso, as MASSAS AYMORÉ são ricas em gluten, proteína vegetal e em phosphatos, constituindo, assim, a alimentação por excellencia recommendada pelos mais eminentes facultativos brasileiros.
(A União, Parahyba do Norte, 29/11/1931)

Em primeiro lugar, encontramos um convite para assistir ao filme “Honrarás tua mãe”. Como recurso publicitário, utiliza-se um discurso lisonjeiro bastante difundido: o da “mãe-sacrifício”, aquela que cõnschia de sua função primordial na terra, a maternidade, sacrifica-se em nome da prole. Parte-se das imagens validadas socialmente acerca do instinto materno, intrínseco à natureza feminina, para divulgar e reforçar um perfil feminino ideal, de certa forma, controlando-o. A ausência de filhos, neste contexto, configurava-se como um desvio da normalidade. Analisando a medicalização na história brasileira, Priore (1997, p. 84) afirma que “a mulher ‘bem constituída’, no entender dos doutores, era exclusivamente a que se prestava à perpetuação da espécie, ungida por uma vocação biológica que fazia da madre uma forma na qual era organizada a hereditariedade”.²⁹ Ainda de acordo com Priore (1997), o elogio às qualidades femininas era a melhor maneira de aprisionar a mulher dentro de um modelo único, no qual ela deveria ser casta, pura e obediente.

O segundo anúncio, por sua vez, apresenta um produto alimentício, as Massas Aymoré. Tanto a imagem quanto o texto revelam o modelo clássico da “rainha-do-lar”, aquela que, sabedora da “inabilidade natural” dos homens para cuidar da casa e dos filhos, assume a sua função na sociedade: a de promover o bem-estar do marido e da família, cozinhando e zelando pela paz doméstica ao agradar e servir o esposo. A propaganda, mergulhada no seu contexto histórico e cultural, aproveita-se de um juízo partilhado socialmente – a de que a “esposa modelo sabe cultivar

²⁹ Neste sentido, faz-se pertinente o debate em torno de uma epistemologia feminista que critica as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, uma vez que a pesquisa científica foi empreendida historicamente por indivíduos específicos em determinadas circunstâncias (LÖWY, 2009). A biologia e a medicina, por exemplo, são campos do saber científico amplamente influenciados pela percepção social e cultural das diferenças sexuais. “Essa influência pode explicar, por sua vez, o longo tempo de sobrevivência de argumentos científicos sobre a inferioridade intelectual inata das mulheres” (LÖWY, 2009, p. 41). Isto é, ao contrário do que se afirma no tocante à implementação de um método científico – um sistema de regras que garantem a aceitabilidade dos enunciados, independentemente de quaisquer outras considerações – entende-se que o social/cultural afetam o desenvolvimento do conhecimento na seleção dos temas de pesquisa e que há distorções na pesquisa por preconceitos dos pesquisadores.

o bom-humor do marido” e servi-lo de forma elegante – para cativar os leitores e vender a mercadoria³⁰. A felicidade feminina estaria, pois, sob a tutela do marido e dos filhos. Como contraponto a esse ideal, evidencia-se a figura da mulher “solteirona”, motivo de estranhamento e chacota, alvo preferencial dos jornais na época para ironizar o perfil das feministas (SOIHET, 2000). Desse modo, ao mesmo tempo em que incentivava o comércio, pelo estímulo à compra do produto divulgado, os anúncios consolidavam o padrão comportamental historicamente elaborado para o sexo feminino. Tais habilidades que norteiam a maneira de agir em detrimento do sexo são asseveradas no próximo anúncio:

Como as Mulheres Sofrem

As mulheres sofrem muito mais que os homens e adoecem muito mais facilmente do que eles. Isto não é segredo para os bons médicos. O organismo da mulher é muito mais delicado, muito mais vibrátil e mais sensível do que o dos homens. A prova é que um susto ou medo repentino tem sempre efeitos mais desastrosos e conseqüências mais graves para as mulheres. Algumas mulheres são tão sensíveis, os seus nervos são tão delicados, que basta às vezes a leitura de um romance comovente, um aborrecimento ou notícia inesperada, para que certos órgãos internos comecem a sofrer. Mesmo as senhoras mais calmas, que se julgam mais fortes e resignadas, contra os desgostos da vida, sofrem as graves conseqüências de Sustos, Contrariedades ou comoções Violentas. (...) *Conter as lagrimas, não se queixar de nada, sofrer tudo calada, como uma santa, dominar-se nos momentos mais dolorosos, exige sempre uma fortíssima Tensão nervosa, que equivale a um grande e imenso sofrimento.* Muitas senhoras já há muito tempo que estão sofrendo do Útero e não sabem, nem desconfiam de nada. (...) A prova de que tudo vem do Útero Doente é que com o uso do Regulador Gesteira todos estes males desaparecem e a mulher sente-se outra, como que ressuscitada, alegre com a vida e com o mundo. A asma nervosa, palpitações do coração, aperto e agonia no coração, falta de ar, sufocações, sensação de aperto na garganta, cansaço, falta de somno, falta de apetite, incômodos no estomago, arroto frequentes, azia, boca amarga, ventosidades na barriga, enjôos, latejamento e quebrantura na cabeça, dores no peito, dores nas costas, dores no pescoço, excitações nervosas, escurecimentos da vista, desmaios, zumbidos nos ouvidos, coceiras, tosse, ataques de hemorróidas, etc., etc. tudo isto pode ser causados pelas moléstias do Útero! A prova de que tudo vem do Útero Doente é que com o uso do Regulador Gesteira todos estes males desaparecem e a mulher sente-se outra, como que ressuscitada, alegre com a vida e com o mundo. Comece hoje mesmo a usar Regulador Gesteira (A União, Parahyba do Norte, 21/05/1930. Grifo nosso).

Apresentar este anúncio do Regulador Gesteira faz-se premente porque nele é possível vislumbrar a patologização do corpo feminino, atrelando a saúde da mulher à maternidade e à fragilidade. Ora, a materialidade primeira do poder incide sobre o corpo (FOUCAULT, 2012b). Ou

³⁰ Ressalto que malgrado tenha identificado a supremacia absoluta do modelo “branco, cristão e heterossexual” no contato com as fontes e, embora acredite que esta seria uma reflexão bastante rica, não adentrarei no debate étnico-racial ou referente à orientação sexual por questões de tempo e espaço disponíveis neste trabalho.

seja, os discursos sobre o cuidado com o corpo compõem um conjunto de regras e condutas que constroem a normalidade e patologizam “os anormais” (FOUCAULT, 2002). Utilizadas para classificar, etiquetar e punir, estas regras determinam como os sujeitos devem proceder, a partir de parâmetros que não levam em consideração as particularidades dos indivíduos. Diante disso, é possível perceber que toda a sorte de enfermidade - de azia à hemorróida – foi intrinsecamente associada ao útero, órgão exclusivo da mulher. Fixaram, pois, a mulher ao seu órgão reprodutivo. E este, acrescentaram os médicos, é débil, quase sempre doente e propagador de doenças.

Foi este discurso que, acelerado no século XVIII (FOUCAULT, 2012a), patologizou o corpo da mulher (mas também, dos delinqüentes, dos negros, dos homossexuais). Ou seja, o corpo tornou-se objeto médico, por excelência. Faz-se premente ressaltar que esta mesma percepção social que, ancorada na legitimidade do saber-médico, emerge no anúncio publicitário, justificou durante anos o combate à participação política das mulheres, uma vez que o seu corpo, naturalmente frágil e débil, não aguentaria as vicissitudes da vida pública³¹. Assentir a participação feminina na política significaria, pois, instituir um governo de nervos, ou melhor, “a tirania de nervos”, da frivolidade e da histeria (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 94).

No entanto, percebam ainda uma interessante contradição latente no anúncio: as doenças e sofrimentos femininos se devem menos à natureza e mais ao comportamento entendido como oportuno às mulheres. Isto é, “conter as lágrimas, não se queixar de nada, sofrer tudo calada, como uma santa, dominar-se nos momentos mais dolorosos” seria o real motivo da tensão nervosa. Longe de me furtar à contradição, considero que essas aporias enriquecem e dão visibilidade e pluralidade aos discursos concorrentes à época. Logo, o modo de falar, enunciar, nomear o outro é também um modo de constituí-lo, de produzir verdades sobre esse outro, de cerceá-lo. As pequenas insurreições, lutas por imposições de sentidos e pelo poder da palavra, não são, portanto, verticais, mas existem lado a lado, por todos os lados, e não de forma linear. Isto é, se as mulheres conquistaram maior visibilidade, ao reclamar para si novos direitos e maior liberdade, também se viram às voltas com novos convites, como o de fazer-se examinada, cada vez mais, em nome do cuidado consigo mesma. É preciso, portanto, aceitar o indefinido da luta (FOUCAULT, 2012a).

³¹ Segundo Albuquerque Júnior (2013, p. 34), um discurso parecido foi forjado para os negros, que aparecem historicamente remetidos ao feminino, enquanto os brancos, ao masculino. Ou seja, “[a raça negra foi considerada] uma raça afetiva, sentimental, pouco racional, passiva, masoquista, que marcaria com estes elementos a cultura brasileira”.

3.2. “Pelo cabelo curto”: as melindrosas

A Primeira República, no entanto, não se limitou a reproduzir padrões previamente instituídos. É, pois, na emergência das vestimentas opostas ao modelo vitoriano que se podem entrever novas possibilidades de subjetivações. Gradualmente, o espartilho, peça, outrora, obrigatória na indumentária feminina, foi sendo abandonado nos anos de 1920; os cortes dos vestidos adquiriram contornos retilíneos, andrógenos, em contraposição ao exagero das curvas e babados do século XIX; o comprimento das saias e vestidos diminuiu; e o cabelo longo, insígnia mais alta da fecundidade feminina, foi substituído pelo cabelo “à la garçonne”³² (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013). A denominada “melindrosa”, mulher namoradeira, ousada, com ar alegre e travesso, sempre em busca de festas e diversões, exibia cabelos curtos, joelhos descobertos e uma aparência quase infantil de menino. Este modelo de mulher, muito embora fosse reprovada pelos padrões conservadores da época, constitui um interessante exemplo das mudanças comportamentais do período. Nunca é demais ressaltar que malgrado atraísse atenção dos homens, esta mulher, sempre atualizada com as novidades da moda, era considerada indigna de casamento, restando-lhe apenas flertes e aventuras (SABINO, 2011). Sobre a emergência de novos comportamentos, é interessante atentar-se para a seguinte notícia:

O automobilismo como esporte feminino

Quantas senhoras conduzem seus automóveis no Brasil? Eis uma pergunta interessante á qual poucas pessoas poderão responder. Algumas informações interessantes a esse respeito foram fornecidas pelo exmo. Sr. Oscar da Silva Carneiro, digno chefe do Serviço de Exames a Chauffers em São Paulo. O número de pessoas que possuem carta de chauffer na cidade de São Paulo é hoje de 2200. O movimento neste sentido iniciou-se em 1925, tendo o número de candidatas que se apresentam a exame aumentado progressivamente até 1930, anno em que se registrou o maior número de cartas concedidas. O corrente anno, por enquanto, eguala o anterior. Em 1929, o numero de candidatos reprovados era grande. Quase 70% dos que se apresentavam a exame não o faziam em condições de passar. Hoje, porém esse número diminuiu enormemente, sendo apenas 10% o número de reprovações. Das senhoras que se apresentam a exame apenas 2% ficam reprovadas. Segundo declaração do sr. Carneiro, as senhoras se mostram em geral menos nervosas do que os homens e se apresenta sempre em ótimas condições de exame.

(A União, Parahyba do Norte, 22/11/1931)

Esta pequena notícia chama a atenção sob dois aspectos principais: 1) apresenta uma modalidade eminentemente masculina como possibilidade legítima às mulheres; 2) apresenta

³² O termo provém do romance de Victor Margueritte, “*La Garçonne*”, de 1922, que narra a história de uma jovem progressista, que deixa a casa da família em busca de uma vida independente. Ver mais em: SABINO, 2011.

estatísticas que indicam não apenas a presença das mulheres no automobilismo, mas a superioridade técnica destas. Enquanto 10% dos homens que se submetem ao exame para adquirir carteira de motorista são reprovados, apenas 2% das mulheres não logram êxito na empreitada. Segundo o texto, “as senhoras se mostram em geral menos nervosas do que os homens”. Ora, não é justamente a fraqueza de nervos uma das justificativas mais utilizadas para definir as mulheres como inaptas à participação na intempestiva vida pública? Como, afinal, compreender este exímio desempenho feminino em uma atividade que requer perícia, concentração e controle sobre as emoções?

A questão fica ainda mais interessante quando se concebe a história da participação feminina nos esportes, de maneira geral, como uma das diversas lutas pela emancipação feminina que tiveram início ao final do século XIX e início do século XX³³. A atividade física e recreativa tornou-se, por muitas vezes, fatores para impulsionar as mulheres no sentido de sua liberdade. De acordo com Knijnik (2003), proibidas legalmente de praticar algumas modalidades desportivas no Brasil³⁴, elas foram aprisionadas em seu próprio corpo, por meio da noção médica da fragilidade inerente da sua anatomia e fisiologia. Mais do que isso, as mulheres foram encerradas na mistificação, que ainda perdura no tempo presente, da beleza feminina superior:

Mito que continua inequivocadamente presente nos dias atuais e que assume um papel absolutamente central, no contexto do esporte feminino, é aquele do “Belo Sexo”, reconhecidamente explícito e teorizado da superioridade estética do feminino e a glorificação hiperbólica dos seus atributos espirituais (KNIJNIK, 2003, p 29).

Trata-se de um discurso que constrói o corpo feminino num tamanho específico, com gestos e movimentos peculiares, diferentes e sedutores. Os esportes de contato ou agressivos, aqueles que exigem uma transformação na anatomia feminina, deveriam, pois, ser evitados. Tais atividades estavam – e, de certa forma, permanecem atualmente – associados à virilidade, à competitividade, aos atributos de um guerreiro, inconciliáveis com a candura, beleza e doçura que recobre a mulher. Ou seja, subjascente a idéia de um esporte ideal ao público feminino, há o receio de que a fêmea se torne masculinizada, transforme-se na temida “mulher-macho”, afastando-se da beleza e da maternidade. Diante dessa perspectiva,

³³ Uma das atividades que obteve um grande êxito na relação entre as mulheres e o esporte, em detrimento de seu papel na sociedade, foi o ciclismo. Este fortaleceu e incentivou a mulher a vestir-se de modo diferente, deu a ela possibilidades de movimentar-se, de ir e vir. Ler mais em: KNIJNIK, 2003.

³⁴ Dentre as modalidades proibidas, encontra-se o futebol. A interdição imposta pelo Estado Novo, de Getúlio Vargas, foi regulamentada pela Ditadura Militar, em 1965, e revogada somente no ano de 1979. Ler mais em: KNIJNIK, 2003.

Os corpos femininos parecem ser tratados como máquinas de gerar filhos e/ou como estátuas a se admirar: nada pode fazer com que essas funções primeiras desses corpos sejam abaladas ou perdidas. Se a atividade irá, mesmo que por um tempo limitado, “desarrumar” os corpos, ameaçar sua “feminilidade”, tirar sua graciosidade, deve ser rechaçado (KNIJNIK, 2003, p. 64).

Embora houvesse uma defesa ao exercício físico na educação feminina por reformadores da saúde, com o intuito de promover saúde e vigor físico para ao bom desempenho da maternidade, as atividades deveriam prezar pela leveza de movimentos, em harmonia com as formas femininas. É, portanto, segundo Corbin, Courtine e Vigarello (2008), o medo da diminuição da população que levou a literatura médica a defender o exercício feminino, mas essa solicitude continuou confinada a limites muito específicos, a fim de não ameaçar o corpo feminino como objeto, por excelência, de reprodução e ornamentação.

Ainda sobre a emergência de novos comportamentos, é interessante demorar-se em excertos do artigo intitulado “Uma questão que vai ficando velha”. Esse texto é particularmente interessante em decorrência de sua autora, a paraibana Eudésia Vieira³⁵, e pelo tema abordado, “deve ou não a mulher conservar a cabelleira”? Figura emblemática da intelectualidade paraibana, a autora parece incorporar o espírito da onda emancipatória, porém adota distintas estratégias para não suplantar os limites apropriados a “uma mulher culta e moderna” que detém prestígio social³⁶.

Uma questão que vai ficando velha
Deve ou não a mulher conservar a cabelleira?
Nas lojas, nas escolas, nos cafés, nas ruas, dois são os assumptos em foco: - a revolta paulista e as mulheres de cabelo cortado. Parece-me até que o último

³⁵ Eudésia de Carvalho Vieira (1894-1981), nasceu em Santa Rita (PB), sendo os seus pais Pedro Celestino Vieira e Rita Filomena de Carvalho Vieira. Em 1911, forma-se professora pela Escola Normal da capital Parahyba do Norte, formando-se em medicina na Faculdade de Medicina do Recife, em 1934. Na capital paraibana, instalou consultório em sua residência, dedicando-se às áreas de ginecologia e obstetrícia. Ver mais em: SALES; SILVA, 2008.

³⁶ Segundo Buitoni (1990), a imprensa feminina no Brasil surge no século XIX e pode ser dividida em dois grupos principais: a tradicional, que não permitia liberdade de ação fora do lar e que engrandecia as virtudes domésticas e as qualidades ‘femininas’ e a progressista, que defendia os direitos das mulheres. Contudo, de acordo com Abrantes (2010, p. 92), no interior do recorte histórico efetuado neste trabalho, não consta a existência de uma “imprensa feminina”, na Paraíba, já que “não se encontrava um número significativo de periódicos reservados exclusivamente ao que se considerava de interesse feminino, nem prioritariamente destinados a este público. Mas, sem dúvida, a feminização é uma ocorrência que se torna visível em alguns periódicos, seja pelas seções e artigos, que tratam desses temas, seja pela inserção de textos assinados por mulheres”. Analice Caldas, Adamantina Neves e Eudésia Vieira estão, dentre muitos outros exemplos, entre essas mulheres que galgaram espaços no mais diversos periódicos paraibanos contribuindo para a feminização da imprensa no estado. Ainda segundo Abrantes (2010, p. 92) a Era Nova, revista que obteve importância significativa dos anos de 1920, embora não se caracterizasse como um periódico feminino (tampouco, feminista), “procurava intencionalmente cativar” as mulheres, o que pode ser observado pelas “sutilezas na diagramação, como tipos de letras diferentes, um pouco de cor, pequenos detalhes como laços, flores, decorando as bordas das páginas e retratos. Toques de delicadeza e elegância que se constituíam como signos comumente atribuídos ao gosto feminino”.

sobrepuja o primeiro em vista de poder ser tratado livremente, sem receio de *censura* ou de *polícia secreta*.

(...) “Cada cabeça é um mundo”. Enquanto assim vão as minhas patricias se libertando das inconveniências de uma espessa e longa cabelleira, vem-lhes ao encontro a fustigar-lhes o ideal, a crítica impiedosa dos *passadistas*.

Crêm ver em cada typo do bello sexo um Sansão, cuja virtude deve estar na razão directa dos cabellos! Por onde medir o bom senso e o critério da mulher pela sua cabelleira?! E´ simplesmente irrisorio!

Sem me alistar ás fileiras *futuristas*, acho que tudo evolue e que as cousas bem como os indivíduos vão sensível ou insensivelmente experimentando a acção irresistível da época. Também os homens já tivera cabellos compridos, mas com o tempo se libertaram deste grave incommodo, sem por isto se tornarem mais sadios ou mais tolos. Hoje até as barbas e bigodes ficam na cesta dos barbeiros.

Quando a moda era nova, também se dizia que raspar bigode era falta de character. Certamente os homens que primeiro fizeram a barba soffreram a mesma crítica, a mesma pressão (...) Hoje se diz, e eu concordo, que os homens de *cara lisa* são os mais hygienicos, os mais elegantes!! E ninguém pensa que lhes falte por isso o bom senso.

(...) Isto nos dá claramente a entender que os cabellos compridos têm qualquer coisa de anti-hygienico, de indecente, que e preciso abolir.

Vamos á parte prática: que de tempo se gasta no asseio, na compostura elegante de uma linda cabelleira?! Desejava, achava mesmo que bello velho já devia ter reagido, abollindo de vez o cabelo comprido; (mas que também seja abolida a pintura, a moda exagerada e prejudicial). Quaria as minhas queridas patricias mais naturaes, mais úteis, substituindo essas mil futilidades por occupações proveitosas, que visem o bem-estar pessoal ou colectivo. (...) Ainda mais as Religiosas, mulheres de reconhecida virtude, por serem praticas, sacudiram os cabellos como causa imprestável, como objeto de vaidade! E nunca vi flexionar melhor!! (...)

Eudesia Vieira

(A União, Parahyba do Norte, 09/08/1924).

Conforme indica a autora, os debates envolvendo a “Revolta Paulista” ou “Revolução Tenentista de 1924”, considerado o maior conflito bélico ocorrido na cidade de São Paulo e um dos maiores do país (PEREIRA, 2010), foram suplantados pelas discussões sobre a validade – ou não – dos “novos comportamentos”. A questão “deve ou não a mulher conservar cabelleira?” era, afinal, o foco de calorosos debates nos cafés, escolas, lojas e ruas. De família rigorosamente religiosa, Eudésia Vieira, profissional polivalente de reconhecida competência, mantinha-se a favor do cabelo curto. Entretanto, os argumentos giram em torno da higiene proporcionada pelos novos hábitos, bem como da economia do tempo, não mais dispensada em tortuosos rituais de beleza. Os homens, afinal, já teriam se libertado desse costume anti-higiênico de conservar pêlos, livrando-se de barbas, bigodes e cabelos longos. Chegara, pois, a vez das mulheres. Percebam, no entanto, a mordaz crítica feita à “melindrosa”, a jovem sem nenhuma densidade intelectual, preocupada apenas com as frivolidades da moda exagerada e maquiagens prejudiciais. Os cabelos curtos não deveriam servir, pois, à ostentação pura e simples do corpo e da moda, com todas as ameaças à maternidade, função

primeira da existência feminina, e as possibilidades de descaminho moral e sexual. As religiosas, essas sim, cortavam os cabelos como símbolo de desprendimento e ausência de vaidade. Logo, deveriam ser tomadas como exemplo. Isto é, que fossem modernas, mas não menosprezassem as regras e interdições impostas aos comportamentos sexuais femininos.

Pode-se inferir, portanto, que havia uma polarização e oposição entre “a mulher moderna séria e direita” e “a mulher moderna fútil e insubmissa”. Foi, talvez, a tênue fronteira que separa esses dois modelos que suscitou críticas a esse artigo de Eudésia Vieira. Não foi possível ter acesso às críticas feitas a ele, ou saber em qual periódico foram publicadas, tampouco a sua autoria. Mas, ao que parece, a censura foi tão virulenta que Eudésia sentiu-se impelida a escrever outro texto, intitulado “Pelo cabelo curto”, publicado 18 dias após o primeiro, como resposta às críticas da interlocutora, chamada apenas de “minha amiga”. Vejamos:

Minha amiga:

(...) Realmente foi muita ousadia de minha parte, num meio pequeno como este, quando até os jornalistas se esquivam de tocar no assumpto, inserir n’<<A União>> aquella chronica desgraciosa. Para me tornar geralmente agradável, deveria seguir a lei do menor esforço: pensar e calar. Cuidava no entanto que prestasse o meu apoio não á vaidade como o supõem alguns, mas á boa causa.

(...) Mostrando as vantagens do cabelo ‘Nazareno, reprovei as mulheres que o faziam sem um fim justo, classificando-as de ridiculas, lembrando-lhes as contas que tem de prestar a Juiz Supremo pelo emprego do tempo. Ainda caustiquei a maquillagem, a moda prejudicial, argumentando como pela liberdade de costumes e pelas roupas inconvenientes as creanças se corrompem. Tornei-me passadista, caturra delineando as minhas idéias.

E quando esperava applausos pela minha coragem, leio as tuas opiniões sem palavra de incentivo pela moda prejudicial que censurei, mas simplesmente, unicamente de represálias por me ter manifestado pela mais simples das modas, pello cabelo cortado!!

(...) Portanto, mesmo evolução, é um passo agigantado e grandemente satisfatório para o progresso da emancipação feminina. Creio que, minha collega, por ser inteligente, piedosa e culta, lendo o vocábulo emancipação compreenderá que me refiro ao que elle encerra de primoroso e de edificante e não ao sentido deturpado que muitos lhe emprestam de... revolta.

Julgando respostados os teus argumentos, findo a minha tarefa, pedindo-te que d’oravante sejas mais solidaria com o sexo a que pertences.

Admiradora sincera.

Eudesia Vieira

(A União, Parahyba do Norte, 27/08/1924).

Eudésia Vieira preocupa-se em iniciar seu artigo-resposta reafirmando o posicionamento: o apoio à boa causa e não à vaidade. No entanto, em um contexto onde as diferenças entre homens e mulheres passam pelas distinções anatômicas para serem estabelecidas, a adoção de cânones de beleza diferentes, com uma estética perturbadoramente andrógina, despertava olhares de

desaprovação e desconfianças. Afinal, quais os perigos se aninham nestes interstícios? Preocupado em fazer uma história política da produção da “verdade sobre o sexo”, Foucault (2012a) nos lembra como, a partir de mecanismos infinitesimais, as relações de poder tecem o “verdadeiro sexo”, “verdadeiros homens” e “verdadeiras mulheres”, partindo sempre de um *a priori* histórico e essencial. Inversamente, toma-se como uma injúria a transposição de características contrárias à natureza, leia-se, o “homem frágil” ou a “mulher viril”.

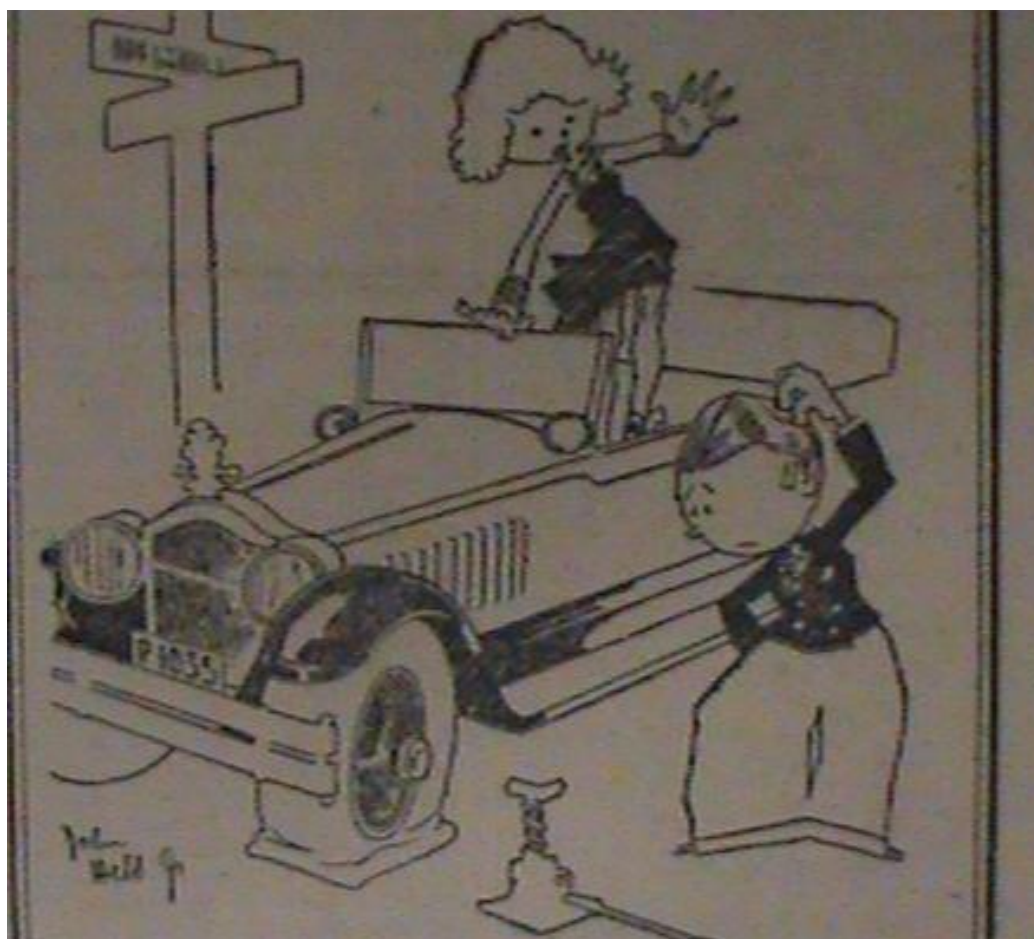
Ao finalizar o texto, Eudésia Vieira ainda conclama a interlocutora a ser mais solidária à emancipação das mulheres, não sem antes distanciar-se do “feminismo deturpado”, fundado sobre a revolta das mulheres sobre os homens. Ratifica, portanto, o comedimento da “mulher moderna, séria e direita”, educada sob os preceitos científicos, a fim de ter licença e legitimação social. Ou seja, com postura cautelosa, enfatiza os “atributos femininos” e os mantém intactos, aliando as “qualidades femininas” à idéia de se “humanizar” a sociedade. É possível afirmar que embora esse discurso não rompesse com a imagem tradicional da “mulher-mãe”, por outro lado, contribuiu à penetração de mão-de-obra feminina remunerada em ocupações consideradas de maior *status* social, como o magistério, em detrimento de outras profissões comumente reservadas às mulheres de pouco recursos, como costureiras, parteiras e governantas.³⁷ Todavia, a melindrosa que emerge subversivamente nas páginas da imprensa como fútil, frívola e astuciosa, não estava sozinha. Tinha como companheiro de percurso no novo século alguém com uma estética tão indefinida quanto a dela: “o almofadinha”.

³⁷ A Feminização do Magistério, ou seja, o processo pelo qual o magistério tornou-se feminino, onde, ao ingressaram nas Escolas Normais no decorrer da Primeira República, as mulheres se tornaram unanimidade no ensino primário, é um fenômeno complexo, no qual são conjugados fatores políticos, econômicos e culturais. Pode-se, no entanto, afirmar que a construção do magistério deu-se, sobretudo, em cima de elementos morais que aproximavam a atividade docente à doação, dedicação, amor, vigilância. A “arte do magistério” transfigurou-se, pois, em uma profissão “natural” às mulheres que desejavam se profissionalizar, sem que houvesse ônus às funções sociais femininas: a maternidade e o matrimônio. A docência é entendida, contudo, como um momento inicial, o qual possibilitou às mulheres adquirirem outras ferramentas que lhes permitiram uma participação mais ativa no mundo produtivo e, concomitantemente, uma autonomia econômica e intelectual. A discussão sobre o assunto é ampla e a bibliografia vasta. Ver mais em: ALMEIDA, 2006; ALMEIDA, 2007; COIMBRA, GONÇALVES, RODRIGUES, 2010; BRUSCHINI, AMADO, 1988; CHAMON, 2006; LOURO, 2001; RABELO, MARTINS, 2006; HAHNER, 2011.

3.3. “Homem da era moderna do automóvel, do avião, do arranha-céu e do rádio”: o almofadinha³⁸

Na Primeira República, a construção social acerca do que é “ser homem” associava a este um conjunto de ideias e práticas que o identificavam à virilidade, à força e ao poder advindo da própria constituição biológica sexual (SOUZA, 2001). No entanto, ainda que sem destituir por completo essa caracterização imaginária, o guarda-roupa de determinados homens tornou-se, paulatinamente, menos árido e mais colorido. O tipo “almofadinha” que emerge nas páginas do jornal sobrepunha requinte e delicadeza, um modo de ser homem relativamente distanciado do modelo viril do Império, austero, rude, com cabelos e barbas grandes (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013). Tal afirmação pode ser observada nos seguintes anúncios publicitários:

Imagem 2 – Pneus Goodyear (1)



³⁸ O historiador Simas (2013) afirma que não há um consenso sobre a origem do termo, mas é provável que tenha se originado, em 1919, fruto de um concurso ocorrido na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, que mobilizou “rapazes elegantes e efeminados” para definir quem era o melhor na arte de bordar e pintar almofadas trazidas da Europa especialmente para a ocasião.

(A União, Parahyba do Norte, 8/08/1930)

Imagem 3 – Pneus Goodyear (2)



(A União, Parahyba do Norte, 23/08/1930)

Os anúncios acima fazem parte de uma campanha promovida pela Goodyear, fabricante de pneus. É possível perceber, em ambos os casos, que a publicidade se utilizou de um discurso mais ousado, que já circulava na sociedade, para vender o produto. Já não se vê a “rainha do lar”, esposa ideal, prestimosa à função de servir aos filhos e marido. Pelo contrário, a personagem feminina

aproxima-se da “melindrosa”, com seus trajes modernos, cabelos curtos e postura altiva, em oposição ao delicado, bem vestido e confuso homem. Segundo Albuquerque Júnior (2013, p. 77), a percepção social de que os homens estariam se desvirilizando decorre da

crescente polidez dos costumes trazida pela urbanização e as exigências crescentes de civilidade, aliadas à adoção de formas de vestir e se apresentar publicamente copiadas da Europa. Isso fez aparecer, no começo do século XX, uma grande quantidade de meninos, filhos-de-papai, mimados, que mais pareciam sinhorzinhos do que sinhorzinhos.

Seguramente, o masculino com características de dominador, provedor do lar, o típico pai de família e autoridade máxima não desapareceu nas primeiras décadas do século XX. Com efeito, o que percebi em contato com as fontes foi que novas formas de subjetividades³⁹ estavam sendo construídas em um mesmo momento histórico, a Primeira República. Faz-se necessário, pois, considerar continuamente os conflitos e tensões de diferentes perfis femininos e masculinos, sempre complexos e plurais. Deste modo, a emergência de novos modelos de masculinidade e feminilidade é empregada pelo anúncio da Goodyear com humor para chamar a atenção do leitor. Aliás, conforme salienta Carrascoza (2008, p. 133), o humor é uma abordagem criativa de grande poder persuasivo, pois “ajuda a reforçar a lembrança do anúncio junto aos consumidores, inclusive com maior sucesso do que outras estratégias, como a do uso do testemunho de celebridades”. Ora, o caráter jocoso do anúncio está, justamente, na inversão dos papéis: enquanto a personagem masculina sugere embaraço e submissão, a feminina demonstra empáfia e altivez. O estranhamento é causado, sobretudo, porque historicamente a identificação publicitária entre carro e tecnologia enfatiza, invariavelmente, o masculino, o que reforça o argumento de que o especialista é sempre o homem (MALTA, 2013).

A imagem do homem destemido, forte, viril e inabalável, paulatinamente, foi sendo alterada com a prerrogativa da modernidade, da praticidade e da higiene. Afinal, a aparência não é fruto de uma propriedade inata ou natural dos atores sociais, mas sim uma imagem elaborada, uma experiência ancorada no cotidiano que conduz as relações (KACZAN, 2013). Vejamos o anúncio das navalhas Gillette, produto emblemático na construção do “homem moderno”:

³⁹ Adoto o termo “subjetividade” em sua concepção mais ampla, a qual embora consista em um processo individual, fruto de uma experiência única, pode ser também compartilhada, uma vez que é sempre social e histórica. Ver mais em: PESAVENTO; LANGUE, 2007.

Imagem 4 – Navalha Gillette



Texto que acompanha o anúncio da navalha Gillette:

Aqui esta' a melhor navalha!

A navalha de segurança **GILLETTE** é a preferida por todos os que amam a hygiene, a rapidez, a economia e o conforto no barbear. É a navalha do homem prático, do homem da era moderna do automóvel, do avião, do arranha-céu e do rádio.

O modelo LIBERTY é um lindo estojo de metal forrado de panno-couro, de côr azul escuro. Contém uma legitima navalha **GILLETTE** prateada e uma lamina, um modelo popular de absoluta elegância, indispensável às toiletts masculinas. Cia Gillette – Caixa Postal, 1797 – Rio de Janeiro

(A União, Parahyba do Norte, 2/09/1930).

A agilidade inerente aos tempos dos automóveis, rádios e aviões exige rapidez e praticidade. O convite ao cuidado e à vaidade masculina é ainda mais manifesto neste anúncio do que nos anteriores, tanto em relação à preocupação com a apresentação do produto – “um modelo popular de absoluta elegância” – quanto à personagem que ilustra a propaganda. A pele alva, o cabelo diligentemente aparado, lustroso e visivelmente moldado com brilhantina evidenciam o apuro com a imagem e a influência dos modismos. Logo, é possível inferir, a partir dos anúncios publicitários veiculados no jornal A União, que a Primeira República, na Paraíba, trouxe mudanças no que

concerne o imaginário acerca de posturas e atitudes das figuras masculinas, bem como deduzir que a propaganda acompanhou e influenciou essas transformações socioculturais. Nas reflexões acerca dos debates envolvendo os Estudos de Gênero, Louro (1997, p. 21) evidencia que “para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os eles”. Os anúncios publicitários da República permitem, pois, ampliar a área de visão e atentar para as tessituras imbricadas nos detalhes sutis que representam o vestir, o agir, o sentir e, principalmente, as mudanças nos comportamentos.

3.4. “Moços, avante!”: metáforas de honra e virilidade

Uma modificação importante produzida no decorrer do século XIX, segundo Zica (2012), que teve amplos desdobramentos no século XX, foi a reatualização do modelo de honra, tão caro aos sujeitos masculinos durante os anos da colonização e momentos iniciais do Império brasileiro. Ancorados no mundo privado, especialmente na relação familiar, os homens dividiam-se entre “homens honrados” e “homens desonrados”. Os primeiros mereciam estar vivos, os segundos, ou morriam em busca da honra perdida ou matavam, livrando-se das máculas da desonra. Seguramente, esse modelo persistiu – e ainda hoje persiste - não podendo ser confinado, evidentemente, em classificações temporais. O homicídio do presidente do estado da Paraíba, João Pessoa, por exemplo, considerado o estopim para a Revolução de 1930, pode ser interpretado como fruto da preservação da honra particular, do zelo pela virilidade do advogado João Dantas⁴⁰. As contribuições de Zica (2012), no tocante à transformação, sobretudo promovida pelo Estado, que desloca a honra da esfera privada para a esfera pública, não devem ser obliteradas, na medida em que a preocupação, na primeira República, em ser um homem honrado e útil ao Estado tornava-se primordial. Isto é, os sujeitos já não agiriam apenas em nome de uma honra individual ou familiar, mas em favor da honra da pátria.

⁴⁰ João Duarte Dantas (1888-1930), advogado mamanguapense (PB), teve o seu nome inscrito na história da Paraíba, principalmente, porque foi o autor dos disparos que vitimaram o então presidente do estado da Paraíba, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, seu inimigo político. À época, João Pessoa era candidato à vice-presidente do Brasil na chapa encabeçada por Getúlio Vargas, contra o grupo paulista de Júlio Prestes. A morte foi utilizada politicamente como o estopim da Revolução de 1930, quando Getúlio ascendeu ao poder, após um levante popular contra uma suposta fraude nas eleições. As versões sobre essa história são muitas e freqüentemente contraditórias, no entanto, ao que parece, os disparos que vitimaram João Pessoa não se restringiam à motivações políticas, mas, em sua maior parte, pessoais, uma vez que João Pessoa, como chefe da Polícia ordenou a invasão do escritório de João Dantas, ameaçando publicar as cartas íntimas com a namorada Anayde Beiriz encontradas no local. Como já mencionado anteriormente, não há um consenso sobre esse episódio, obtendo, a história, múltiplas e variadas leituras sobre o ocorrido. De qualquer forma, um interessante Dossiê sobre a cobertura jornalística envolvendo o caso pode ser conferido em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/dossietexto2.htm>>. Acesso em: 04/06/2013.

Atentemos para um fragmento do poema intitulado “Moços, avante!”, de Carlos D. Fernandes:

Moços, avante!
Já me encontro no rol dos glaciaes veteranos,
Mas quero-vos falar, moços parahybanos,
A vós, que descendeis de Vidal de Negreiros,
Que cultuaes o Brasil e que sois pioneiro
Da sacra defesa, que o paiz nos merece.
Venho-vos exorar, numa ardorosa prece,
Que não regateis vossa heril juventude
Cheia de ardência e fé, de vigor e saúde,
Ao governo legal, jurídico expoente
Da vontade commum desta brasilea gente.
Assim como se apóia e estimula a verdade
Deve-se defender a excelsa auctoridade,
Que a nação consagrou, por seu livre alvedrio,
Para lhe resguardar a sua honra, o seu brio,
(...)
Carlos D. Fernandes
(A União, Parahyba do Norte, 22/07/1924).

Produzida em meio à cobertura jornalística referente à luta contra o cangaceirismo na Paraíba, as metáforas bélicas apresentadas nesse trecho de poema revelam a presença latente de características entendidas como próprias ao universo masculino, marcado por referências ligadas à potência, à força e à honra, associadas à defesa da pátria. Frequentemente utilizada pelos líderes políticos contra o banditismo do cangaço, a honra permaneceu como alvo intenso de exibição e vigília. A ela, acrescentaram-se os discursos de orgulho, resistência e intrepidez, sem que se temessem as últimas conseqüências do custo de sua conservação, uma vez que não haveria vida digna fora da honradez para os “homens machos”. Não deixa de ser intrigante a percepção de que a imprensa, nesse contexto, aparece como um espaço de combate, de duelo discursivo, evidenciado pela freqüente utilização de metáforas relacionadas à guerra. Escrever em periódicos, sobretudo em jornais oficiais, como é o caso de A União, portanto, pode ser entendido como uma das maneiras de agir em nome da pátria, de lutar pela nação, de ser útil ao Estado.

Por conseguinte, a emergência da “mulher-macho” autorizada e incentivada pelo Estado, não é, pois, a feminista sufragete insubmissa, mas a mulher valente, a que seria incorporada, posteriormente, no imaginário da mulher guerreira paraibana, cônica da sua função na defesa de um Estado forte. São corriqueiras, em A União, notícias do “sentimento de civismo da mulher

parahybana” que passa a apoiar o presidente, arrecadando munições, no combate ao cangaceirismo⁴¹:

Expressiva homenagem das alumnas da Escola Normal ao presidente João Pessoa
Uma revoada de moças ofereceu ao chefe do governo 300 cartuchos para o combate ao cangaceirismo. As lindas moças da Escola Normal do Estado interpretaram numa expressiva homenagem ao homem de governo que neste momento encarna o principio da ordem contra o ranger dos dentes da cainçalha do cangaço, os sentimentos de civismo da mulher parahybana.

As educandas do grande estabelecimento de ensino , em numero de mais de trezentas promoveram uma carinhosa conspiração de affecto, que estoitou hontem, no Palácio do Governo, onde ellas fôram dizer ao chefe do executivo a sua solidariedade e oferecer-lhe cerca de 300 cartuchos para ajudar a repressão legal contra os bandidos.

(A União, Parahyba do Norte, 23/04/1928)

De acordo com Clemente (2013), o combate a, assim denominada, “cainçalha do cangaço”, durante os anos de 1920, foi compreendido enquanto um conjunto de políticas públicas com vistas a preencher o vazio do Estado, de modo que os “vazios”, intitulados genericamente de “fronteiras”, “interior” e, comumente, “sertão”, foram classificados e representados como lugares da desordem e da barbárie, da ausência de civilização. O cangaço, grosso modo, foi visto como uma síntese desses arcaísmos. Nesse ínterim, emerge a figura da “mulher-macho”, e suas variantes “mulher-coragem” e “mulher-de-fibra”, compreendidas como a mulher que vive no nordeste. Segundo Silva (2008), a “mulher-macho” aproxima-se da imagem do homem sertanejo, eternizado por Cunha (1985) como, *antes de tudo, um forte*. Logo, entrecruzam-se, pois, identidades de gênero e regional, no interior de uma perspectiva determinista, “que atribui a fortaleza ao masculino e, sendo o feminino forjado como seu contrário, frágil, faltante, seu ‘salto’ frente ao que lhe reservava a natureza o transforma, o faz másculo” (SILVA, 2008). Esta metáfora tornou-se ainda mais intensa no estado da Paraíba, construindo não apenas um discurso voltado às moradoras, mas a toda região. Os signos de virilidade em associação com os atributos femininos constituíram, portanto, a “imagem da terra com uma identidade de gênero - em muitos discursos, como a mãe, a fêmea, sacrificada diante das forças políticas” (SILVA, 2008). Por sua vez, a construção do homem nordestino como viril é, consoante Albuquerque Júnior (2013), uma resposta à crise de uma elite nordestina agrária, associada, historicamente, ao “homem macho” do mundo rural. A percepção de que a região estava se “feminizando”, ou seja, tornando-se passiva, frágil, em decorrência das relações promovidas pela

⁴¹ É preciso atentar-se para o discurso oficial do jornal A União em relação ao denominado “banditismo” cangaceiro. Nos anos de 1930, por exemplo, sob a argumentação articulada em torno do combate ao cangaceirismo, obliterava-se uma luta entre importantes forças políticas do estado (o grupo do coronel José Pereira Lima versus o grupo de João Pessoa). Ver mais em: MARIANO, 2010.

urbanidade e industrialização, sugeria o declínio das relações tradicionais que marcaram até então o contexto local. Deste modo, se os Estados Unidos construíram o *cowboy*, o vaqueiro norte-americano, como reação aos perigos do mundo urbano, burguês e feminil (BADINTER, 1993), o Brasil inventou “o bravo nordestino”.

CAPÍTULO 4 - A DIFUSÃO DA HIGIENE COMO SUPORTE À CONSTRUÇÃO DE GÊNERO

4.1. “A morte segue em seu rastro”: prescrições à população paraibana

Durante a Primeira República, a Parahyba, ao incorporar as aspirações de um projeto de nação civilizada em voga, voltou-se aos ideais de modernidade⁴², dos quais a abolição da escravidão, a intensificação do movimento migratório, o advento de um novo sistema político e o influxo da expansão urbana traduziram os desejos de progresso. Neste contexto, emerge um discurso publicizado na imprensa voltado à regeneração dos hábitos e à propagação da higiene, consolidando um saber pautado nas reformas morais e físicas propostas por profissionais médicos. Entrevia-se em um contingente populacional desnutrido e doente um entrave no interior das aspirações de uma sociedade vigorosa que deveria voltar-se aos desafios do progresso. Portanto, fazia-se necessário, a partir dos preceitos sanitaristas⁴³, normatizar os corpos, os hábitos cotidianos, as formas de morar, de se alimentar, de se vestir (MATOS, 2010). De acordo com Fiorentino (1979, p.85), nesse momento inicial da experiência republicana, dedica-se especial atenção à campanha higienista, considerada de suma importância para o desenvolvimento do país, uma vez que as doenças e os costumes anti-higiênicos eram considerados os principais responsáveis pela degeneração nacional. (FIORENTINO, 1979).

Segundo Silva (2006), não se deve circunscrever a atuação dos médicos sanitaristas apenas em termos de “miasmas e drenagens”, pois a “sujeira moral” era igualmente responsável pela desorganização da sociedade e de seus habitantes, impedindo o progresso da civilização. “Em raciocínios como estes, privadas, esgotos, prostitutas, pobres, doentes, loucos e negros são associados numa mesma operação simbólica” (SILVA, 2006, p.101). Diante de tal perspectiva, a educação aparece como uma ferramenta basilar, pois é por meio dela que os indivíduos aprendem a obedecer, incorporando novos padrões de higiene e comportamentos, contribuindo para uma sociedade mais dócil e saudável. De acordo com Silva (2006, p. 51),

⁴² Sobre as aproximações e distanciamentos entre os termos “moderno”, “modernidade” e “modernização”, ver: GIL; ZICA; FARIA FILHO, 2012.

⁴³ Ainda que existam estudos defendendo a tese de que o “movimento higienista” ou “sanitarista”, no Brasil, extrapole a periodização tradicional que lhe imputa o término entre os anos de 1930 e 1940, prosseguindo com suas tradições e ideais heterogêneos até o fim do século XX, e muito possivelmente, até hoje, no início do século XXI (GÓIS JÚNIOR, 2007), trabalhamos com a periodização tradicional encontrada em todas as referências bibliográficas citadas no decorrer desta dissertação.

(...) a ascensão de idéias científicas indicavam e estavam na base de um certo “entusiasmo educacional” que caracterizou o primeiro período republicano brasileiro. Neste momento, os ideais republicanos eram apresentados como uma nova perspectiva de organização da sociedade, organização essa, sustentada por um arcabouço liberal, que tornaria possível a entrada do Brasil nos cânones dos países modernos e civilizados, à imagem e semelhança das principais cidades européias.

Ao final da primeira década do século XX, todavia, o estado ainda resistia em assimilar as ideias de urbanidade e progresso. A higienização das cidades, estratégia do Estado Moderno, “esbarrava, frequentemente, nos hábitos e condutas que repetiam a tradição familiar e levariam os indivíduos a não se subordinarem aos objetivos do governo” (SILVA, 2006, p. 86). Diante deste entrave, o exercício da incipiente medicina social foi assegurado “por um conjunto de regulamentos e de instituições múltiplas que recebem o nome genérico de ‘polícia’” (FOUCAULT, 2012a, p. 197). Dessa forma, o surgimento da polícia, enquanto instituição de controle e repressão, não esteve associada apenas às questões criminais, mas também aos domínios de salubridade e gestão da higiene urbana. Configurava-se, pois, como um agente portador de um projeto civilizador. A institucionalização da violência foi, dessa forma, uma ferramenta legítima utilizada pelos agentes sanitários, cuja ação se sustentava nos aparelhos policiais disponibilizados pelo Estado. Santos (2005, p. 66) assegura que

(...) no Brasil, a vocação da polícia em resolver problemas que não necessariamente diziam respeito à esfera da segurança pública encontra seus ecos na criação da primeira Guarda Real de Polícia, em 1809 no Rio de Janeiro. (...) não é de se estranhar que a polícia tivesse ligações tão estreitas com a efetiva implementação de medidas sanitárias, sobretudo considerando que muitas vezes a população se mostrava refratária ao autoritarismo que envolvia projetos como a higienização do espaço público e a vacinação obrigatória. Portanto, enxergava-se na polícia a própria materialização do braço executor das políticas de Estado⁴⁴.

Todavia, além da “polícia higiênica”, associada ao aspecto negativo do poder – a repressão – é possível vislumbrar a atuação do poder em seu aspecto positivo, ou seja, operando na produção de sujeitos e indução de comportamentos. O saber médico, dessa forma, prescreve a população paraibana, por meio da imprensa, formulações gerais de como se limpar, alimentar-se, vestir-se, relacionar-se. Todas estas estratégias são utilizadas visando combater os elevados indicadores de insalubridade no estado. Campina Grande, por exemplo, um forte pólo econômico da região, apresentava dejetos espalhados pelas ruas e porcos andando livremente pela cidade intensificando

⁴⁴ Como exemplo de atuação intransigente do poder público para fazer valer as medidas sanitárias, cito a Revolta da Vacina (1904). Ver mais em: SEVCENKO, 2010.

os maus odores (SOARES JÚNIOR, 2011). Para completar o panorama nauseabundo, foi inaugurada, em 1907, a estrada de ferro do município, permitindo a entrada de novos padrões de comportamento e, sobretudo, de um visitante indesejado: a peste bubônica⁴⁵. Na capital da Parahyba, nos primeiros anos do século XX, segundo Farias (2010, p.116):

(...) as residências ainda não recebiam a conduta de postura urbana e eram construídas ao gosto e vontade do proprietário. A cidade enchia-se de becos e vielas onde se acumulavam monturos de lixos, animais mortos e detritos, o esgoto corria a céu aberto, no leito da rua crescia o capim e os sulcos provocados pelas águas pluviais (...)

À medida que o Estado se desenvolvia aumentava a demanda por uma política sanitária, sobretudo, após o registro de casos de varíola e gripe espanhola⁴⁶, além dos alarmantes casos da peste bubônica. Diante desse contexto, cogitou-se implantar uma educação higienista urgentemente, no qual é possível compreender, nesse contexto, o jornal A União como um manual pedagógico para a população. As notícias, artigos, imagens e anúncios publicitários são percebidos, pois, como documentos que dão suporte e sentido às práticas sociais e que, por sua vez, contribuem no combate à difusão das doenças e de seus agentes e parasitas, como insetos, baratas, ratos e pulgas. Atentemos para as figuras a seguir:

⁴⁵ A peste bubônica, chamada simplesmente de peste, é uma doença pulmonar ou septicêmica, infectocontagiosa, provocada por *Bacillus pestis*, que é transmitido ao homem pela pulga do rato. A pandemia mais conhecida da doença ocorreu no fim da Idade Média, ficando conhecida como Peste Negra, quando dizimou grande parte da população europeia. Os infectados com a doença apresentam febre alta, delírio, dores pelo corpo e finalmente, os bubões. Ver mais em: LE GOFF, 1985.

⁴⁶ Entre 1912 e 1924, uma série de epidemias amedrontaram a população paraibana: a peste bubônica em 1912; a varíola em 1913, 1917, 1921 e 1924; e a gripe espanhola em 1918. Ver mais em: SOARES JUNIOR, 2011.

Imagem 5 – Inseticida Flit



(A União, Parahyba do Norte, 10/05/1919)

Imagem 6 - Inseticida Flit



(A União, Parahyba do Norte, 15/05/1919)

Trata-se de dois informes publicitários de um mesmo produto, o inseticida Flit, acompanhados do pequeno texto transcrito abaixo:

Sabe-se hoje que os insectos são os maiores transmissores de moléstias. Elles se criam no monturo e dahi invadem os lares, transportando os germens de doenças muitas vezes mortaes. Mate-os antes que elles o matem. Pulverize Flit. Flit mata moscas, mosquitos, pulgas, formigas, traças, ratos, percevejos, baratas e seus ovos. É fatal aos insectos, mas inoffensivo ao gênero humano. De uso fácil. Não mancha. Não confunda o Flit com outros inseticidas.

A partir desses dois recortes, é possível perceber que a divulgação das informações visava prevenir o contágio da doença. Os informes publicitários, por sua vez, além de objetivarem a venda de mercadorias, educavam e informavam, pois através do impacto visual das imagens (com insetos repugnantes em primeiro plano) e do seu caráter repetitivo, permitiam maior facilidade de memorizar a mensagem (MATOS, 2010). Por se tratar de enfermidades contagiosas, os primeiros cuidados eram destinados ao corpo que deveria ser protegido e resguardado de todo contato com lugares e objetos suspeitos de infecção. Por meio do asseio doméstico, combater-se-ia diretamente a propagação da moléstia e de seus agentes: os insetos, parasitas, pulgas e os ratos. É neste sentido que Soares Júnior (2011) afirma que a parceria entre imprensa e publicidade, no início do século

XX, desempenhou uma função – o cuidado com o corpo - que, antes, cabia quase que exclusivamente aos médicos. Logo, responsáveis pela “divulgação de bons modos, de um ritual litúrgico que envolvia o interesse despertado pelas imagens, a compra dos produtos e sua utilização sobre o corpo” (SOARES JÚNIOR, 2011, p.136) o referido binômio combatia a insalubridade a partir da sujeira que recaía sobre os indivíduos.

As propagandas prometiam reconstruir uma escultura de si. Produtos foram colocados à disposição da população para corrigir as imperfeições físicas e afastar seus corpos da sujeira, da torpeza, da doença, dos maus sentimentos. A publicidade se abria para a imprensa médica e farmacêutica, divulgando a saúde adquirida por meio da química como um bem estar individual. (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 129).

O número de pesquisas sobre a temática do corpo tem crescido após a década de 1960/70, especialmente, a partir da influência da Nova História Cultural, que abriu novas possibilidades temáticas (SANT’ANNA, 2004). Quando se estuda o assunto, levanta-se, pois, uma questão: como uma determinada sociedade criou maneiras de avaliar o corpo e controlá-lo? Mais do que isso: o que tem de natureza em nosso corpo? Aquilo que acreditamos ser evidente está totalmente inserido no campo da biologia ou é fruto de uma construção política, social e cultural? Destaco, neste sentido, o argumento de Céli Pinto (1996 apud COLLING, 2004, p. 49) que historiciza as nossas próprias concepções: “inventamos histórias, inventamos sujeitos, inventamos até uma natureza necessária, para poder negar as nossas invenções”. Dessa forma, subscrevo Foucault quando este afirma ser o corpo a superfície, por excelência, de inscrição dos acontecimentos (FOUCAULT, 2012a). Constitui-se, pois, como um invólucro social que sempre transporta as marcas visíveis e invisíveis da cultura que nele opera. E, embora o corpo, enquanto campo teórico ou de discursividade, tenha sido olvidado pela história por anos a fio, nunca deixamos de nos ocupar dele com treinos físicos, com dietas alimentares, com a moda, inquietações, alegrias, angústias, rituais disciplinares etc. Contudo, cabe destacar, conforme lembra Sant’Anna (2004, p. 108),

O corpo que se tenta educar, disciplinar ou controlar nunca é uma massa inerte, desinformada ou passiva. O processo pedagógico que incide diretamente sobre o corpo conta com os materiais que cada um dispõe, de acordo com as particularidades de suas linhas anatômicas e potencialidades subjetivas.

A naturalização dos corpos, portanto, deve ser historicizada, na medida em que evidenciar as formas discursivas que o arquitetam diminui, sobremaneira, o perigo de transformá-lo em lugar dos universais. Dessa forma, ao longo deste capítulo, apresentarei situações de influência exercidas

sobre o corpo e instituídas por diversas formas de poder, por sofisticados saberes e técnicas do início do século XX, pelos “remédios de beleza”, pelas orientações que associam saúde bucal ao prazer e ao êxito pessoal, pelo discurso que promove a mulher como guardiã da saúde da nação.

4.2. “Cabellos blancos? Signal de velhice”: ode a juventude

Segundo Sant’Anna (2001), o final do século XIX e primeiras décadas do século XX evidenciam uma fase inicial na construção moderna do “culto ao corpo”, algo que se intensificará nas últimas décadas, tornando-se um imperativo, a ponto dos indivíduos acreditarem que o ser humano deve ser alguém que trabalha sobre a aparência durante as 24 horas do dia, uma vez que cada um está fadado a ter de fazer a si próprio um empresário de sua imagem⁴⁷. A beleza, portanto, deixa de ser um dom divino para ser um trabalho contínuo sobre si. Neste ínterim, pululam nas páginas dos jornais A União, anúncios publicitários de maquiagens, efusões e cremes que prometem conservar o viço da juventude:

Imagem 7 – Loção Brilhantina



⁴⁷ Sobre o debate atual, Denise Sant’Anna (2001) traz à baila um interessante ensaio sobre a subjetividade contemporânea no Brasil, país líder em cirurgia estética, e reflete como o denominado “Movimento plus size”, que levanta a bandeira da auto-estima entre pessoas com contornos mais volumosos que não se encaixam no padrão magro de beleza, não traz nenhum rompimento radical, pois é rapidamente recodificado no interior das relações de poder. Isto é, permite-se ser bela e gorda, contanto que não se tenham celulites, que o corpo seja proporcional, que os indivíduos saibam vestir uma roupa que valorize a silhueta etc. Cito este exemplo para demonstrar que as técnicas e estratégias que constroem os corpos não cessam. É preciso aceitar, portanto, o indefinido da luta.

Texto que acompanha o anúncio da Loção Brilhantina:

Cabellos Brancos? Signal de Velhice

A Loção Brilhantina faz voltar a cor natural primitiva em 8 dias. Não pinta porque não é tintura. Não queima porque não contém saes nocivos. É uma fórmula científica do grande botânico dr. Ground, cujo segredo foi comprado por 200 contos de réis. Alvim & Freitas – São Paulo.

(A União, Parahyba do Norte, 22/01/1928)

Atentemos ainda para o texto publicitário que apresenta o creme denominado Rugol:

Para a belleza da pelle

Si v. s. tem receio de envelhecer, si a sua pelle lhe causa ansiedade, si está enrugada, coberta de sardas ou pannos ou mesmo si esta porosa, engordurada e de má apparencia, nós lhe garantimos que o Rugol(creme scientifico da belleza) opera em seu rosto uma verdadeira transformação. Elle lhe embelleza e rejuvenesce aos 50 annos que parecem jovens ainda, é o da famosa doutora de belleza graças ao uso constante deste maravilhoso creme. Este creme, que causou grande sensação nas rodas médicas e que está sendo hoje recommendado pelos maiores sábios do mundo é o da famosa doutora da belleza Mlle. Dort. Legny, que alcançou o primeiro prêmio no concurso internacional de productos para toilette. O creme Rugol é usado diariamente como fixador de pó de arroz por milhares de mulheres que deslumbram pela sua belleza. Não engordura, não mancha a pelle. O creme ugol é inoffensivo. Comece a usal-o hoje mesmo. Já e encontra a venda nas drogarias e perfumarias.

(A União, Parahyba do Norte, 22/01/1928)

Os referidos anúncios apresentam a Loção Brilhantina, uma fórmula científica que promete recuperar a cor natural dos cabelos em 8 dias, e o Creme Rugol, um meio pelo qual as mulheres poderiam operar uma verdadeira transformação nos rostos amainados pelo tempo. Ambos os produtos são apresentados como novidades tecnológicas provenientes do exterior, estratégia publicitária que provocava, segundo Sant’Anna (2004), um verdadeiro fascínio na elite, que se dizia progressista, em torno do produto. Percebam ainda que o medo de envelhecer, de ficar com a pele enrugada, está intrinsecamente associado à ansiedade das mulheres (e não dos homens). É possível observar, pois, que a aversão pelo envelhecimento e a necessidade de retardar ao máximo os funestos sinais da maturidade feminina encontrou nas páginas da imprensa um eficiente propagador. Dessa forma, a explosão da indústria e da propaganda cosmética colaborou inevitavelmente para a glorificação da juventude e para a associação da velhice à idéia de decadência.

De acordo com Discini e Campos (2009), houve uma bipolarização em torno da construção das representações femininas na primeira metade do século XX: de um lado, as mulheres jovens, sadias e moralizadoras, “verdadeiros” anteparos dos homens; de outro, a mulher velha, símbolo do ocaso, do horror, da degenerescência, da doença e da solidão. Isto é, a velhice feminina era “compreendida como um mal a ser combatido de todas as maneiras: via exercícios físicos regulares,

boa alimentação ou roupas, maquiagens e cosméticos que ocultassem a passagem do tempo” (DISCINI; CAMPOS, 2009, p. 448). Nesta disputa, valores relacionados à juventude da mulher – frescor, saúde, futuro e beleza – eram constantes nos anúncios da época. Logo, recusar-se ao embelezamento, por conseguinte, poderia ser identificado com negligência. A beleza jovial, associada às sensações de prazer pessoal, capacidade de transformar a vida e ter domínio sobre si, tornou-se elemento norteador para encontrar a felicidade⁴⁸.

É preciso, contudo, reconhecer que não apenas a mulher teve o seu corpo confinado e controlado, enquanto os homens, seus algozes, mantinham-se livres e felizes. Essa é uma chave de leitura demasiadamente simplista. O modelo vitoriano do guerreiro forte e viril perseguiu os homens com determinadas exigências, restringendo-os e estreitando as possibilidades de relações com os outros e consigo mesmo. A partir dessa perspectiva, as masculinidades, tanto quanto as feminilidades, devem ser focalizadas historicamente, sob prescrições sócio-culturais. Atentemos para o seguinte anúncio:

Imagem 8 – Comprimidos Adalina



⁴⁸ Segundo Del Priore (2006, p. 245), paralela a ode à juventude, gesta-se, nesse período, a moda da mulher magra que “foi o desabrochar de uma mística da magreza, uma mitologia da linha, uma obsessão pelo emagrecimento; tudo isso temperado pelo uso de roupas mais próximas do corpo”. É, pois, na emergência das vestimentas opostas ao modelo vitoriano que se pode entrever novas possibilidades de subjetivações. Isto é, quanto mais se diminui a quantidade de pano sobre o corpo, mas a exigência do trabalho embelezador sobre o corpo aparece.

Texto que acompanha o anúncio:

A sensação sublime de alcançar o ápice da boa sorte, de ser senhor do próprio destino, faz com que o homem se dedique com mais satisfação e amor a sua obra creadora.

O que não é capaz de se adaptar às circunstâncias e nos momentos graves se mostra indeciso e tímido ou se desespera, jamais alcançará êxito. O pensar, o sentir e criar, dos tempos modernos exigem nervos de aço. Nervos tranquilos, elasticidade de espírito e domínio de si mesmo, conseguem-se com alguns comprimidos de Adalina

(A União, Parahyba do Norte, 30/07/1926)

Este anúncio apresenta uma figura masculina em pé, em local inóspito, com postura ativa e pensativa. O texto publicitário, por sua vez, evidencia a apelação às características entendidas como sendo tipicamente masculinas. Para alcançar a sensação sublime de dever cumprido, o homem deve ser racional e ter controle sobre seu destino - afinal de contas, os tempos modernos exigem nervos de aço. Toda e qualquer manifestação emocional de insegurança, medo ou indecisão é associada a um espírito pusilânime, impróprio ao “sexo forte”. Ainda é possível encontrar nas páginas de A União anúncios do Elixir Vita Senil⁴⁹, “o tônico real dos enfraquecidos”, que promete livrar os homens “deste grande mal que tanto nos acabrunha”: a impotência sexual. Ou seja, o fantasma da impotência sexual, considerado um perigo à virilidade do pênis, representação material do “macho”, é apresentado como motivo de ansiedade masculina, podendo ser superado com a ingestão de um elixir revigorante. Priore (2006) demonstra como a obrigação da virilidade habita há séculos a nossa cultura, tendo sido criadas variadas receitas afrodisíacas que prometiam ereções permanentes e incansáveis. Comumente associada à capacidade de procriar, mas também à força, ao sucesso pessoal e ao domínio de si, a questão da virilidade não se limita a um estudo de caso da Biologia. Logo, mais do que um infortúnio, a impotência envolve valores culturais referentes às expectativas dos comportamentos sexuais de homens e mulheres.

Como bem demonstra Louro (2000a), o Brasil opera – explícita e implicitamente – com um modelo masculino de referência: o homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão. Deste modo, todas as outras identidades são constituídas como “marginais” ou “estranhas” em relação a essa referência, interpretada sempre como a norma, o padrão, uma posição não-problemática. Seguramente, é imprescindível não cair nas armadilhas que incorrem em binarismos, isto é, de uma lado, as “vítimas” (mulheres) completamente subjugadas; de outro, os “vilões” e

⁴⁹ Texto do anúncio: “Impotência. Quer ficar livre deste grande mal que tanto nos acabrunha? Tome o maravilhoso ELIXIR VITA SENIL, e verá o seu efeito logo após o terceiro dia de uso. É o tônico real dos enfraquecidos. Considerado pelas maiores summidades medicas, como Elixir de longa vida. Compre hoje mesmo um vidro. Preço de um vidro, 15\$000, pelo correio mais 2\$000. A venda em toda as Drogarias e Pharmacias” (A União, Parahyba do Norte, 22/06/1929).

“algozes” (homens). Não parto de posições fixas, herméticas, estáveis, na medida em que “as identidades de gênero são - todas - constituídas por (e constituintes de) redes de poder. Portanto, “não há identidade fora do poder, todas o exercitam e, simultaneamente, todas sofrem sua ação” (LOURO, 2000, p.69). Da mesma forma, partir deste ponto de vista não significa afirmar que todas os homens sejam representadas do mesmo modo, que a sociedade não os hierarquize ou, ainda, que não haja mais abusos/opressões sobre determinados sujeitos. O que essa perspectiva sugere é a compreensão de que “todas as identidades são produzidas, inclusive, aquelas que, por se constituírem na norma, são, paradoxalmente, tão evidentes que se tomam invisíveis. O que se passa a admitir é que nenhuma identidade é natural” (LOURO, 2000. p. 69).

Logo, a referência “heterossexual, masculina e branca” apresenta-se como um exemplo instigante da invisibilidade da norma, que naturaliza determinadas condutas em detrimento de outras. É interessante observar, por sua vez, que esta “identidade-referência”, a qual nos referimos anteriormente, é também uma das mais vigiadas e controladas; vigilância exercida a partir do exterior – da família, da escola, dos médicos etc. com vistas a obter obediência dos infantes aos códigos e preceitos sociais –, mas também uma vigilância interna, na qual o menino aprende a controlar suas emoções, a examinar-se continuamente, a, enfim, autogovernar-se. Ora, não parece contraditório a efetivação de uma diligência tão cuidadosa para assegurar algo que, a rigor, deveria advir naturalmente, seguindo a própria injunção da natureza?

É necessário, pois, construir outros sentidos para as masculinidades, uma vez que o culto à virilidade, fundada em um “ideal de força física, firmeza moral e potência sexual não surge de um estado de natureza, mas está profundamente inscrita no estado da cultura, da linguagem, das imagens e dos comportamentos” (COURTINE, 2013, p. 8). Destarte, longe de constituir uma simples virtude individual, a virilidade impõe-se como um “sistema de valores e normas, produzindo efeitos – dentre os quais o exercido sobre as mulheres é apenas um elemento –, no qual o homem deve, incessantemente, saber dar provas” (COURTINE, 2013, p. 8). É neste sentido que os Estudos de Gênero podem ser um instrumento libertário também para os homens, na medida em que possibilitam uma reflexão sobre seus comportamentos e posicionamentos. Abre-se, desta forma, a indagação histórica sobre a idéia de uma masculinidade admitida como natural.

4.3 “Irá elle beijal-a? NÃO!”: a interface entre beleza e saúde

Malgrado o “culto à beleza” não fosse exclusividade deste período histórico, a novidade que se configurava estava na articulação entre beleza, cuidados higiênicos e ciência, uma vez que não se tratava apenas de embelezar, mas de higienizar cientificamente os corpos. Beleza e saúde eram,

portanto, faces de um mesmo fenômeno moral, de um discurso normalizador, no qual ser “chique”, jargão muito utilizado na época, era, sobretudo, ser limpo e saudável (SOARES JÚNIOR, 2011). O rosto, por sua vez, tornar-se-ia o principal lugar de investimento do higienismo, a porta de entrada para o conhecimento das forças e fraquezas morais de cada um. A boca, sobretudo, torna-se alvo do debate, na medida em que é o local por onde o corpo se alimenta, cartão-postal da face, elemento de um agrupamento maior chamado rosto, repleto de historicidade. Faz-se oportuno, pois, apresentar algumas ilustrações da campanha publicitária dos cremes dentais, ou dentifrícios, como eram nomeados à época, da marca Kolynos, uma vez que ratifico a afirmação de Burke (2004), para o qual os anúncios publicitários são fundamentais para reconstruir elementos perdidos de cultura material, principalmente no século XX.

Imagem 9 - Dentifrício Kolynos



(A União, Parahyba do Norte, 04/05/1928)

Imagem 10 - Dentifrício Kolynos



(A União, Parahyba do Norte, 06/05/1928)

Imagem 11 - Dentifrício Kolynos



(A União, Parahyba do Norte, 09/05/1928)

Esta campanha apresenta o sistema Kolynos que, segundo o texto publicitário que acompanha as ilustrações⁵⁰, promete clarear os dentes em 3 dias, além de proporcionar uma “agradável sensação de frescura e limpeza” ao exterminar as bactérias responsáveis por “dentes opacos, pelo aparecimento do tártaro e das cáries, o que só denota descuido e desleixo”. Percebiam que, embora todas as ilustrações evidenciem homens e mulheres, o apelo comercial é, maiormente, direcionado ao público feminino, uma vez que dentes sem brilho, feios, amarelados e cariados são a personificação do inimigo da beleza e da felicidade, empecilho à sedução e, quiçá, à concretização de um bom casamento.

Torna-se imprescindível às moças, portanto, cuidarem da saúde bucal, a fim de não serem desprezadas pelos pretendentes. É importante ressaltar que era largamente difundida a idéia de que não casar era um insucesso, sobretudo para a mulher. O matrimônio era, portanto, uma etapa superior das relações amorosas, garantidor da salubridade e estabilidade sociais. Para Priore (2006, p. 254), menos do que uma escolha de vida, o casamento transfigurou-se em um imperativo a todas:

Fazia-se a diferença entre a solteirona – rejeitada para o casamento – e a solteira, ainda não escolhida, mas casável. As primeiras ficavam conhecidas como formais, deselegantes e retraídas. ‘Ficar para titia’ era uma forma de descensão social que deprimia as moças maduras.

É necessário salientar que a posição de rainha-do-lar, fundada a partir do modelo matrimonial do período, responsável pela felicidade de um grande grupo familiar, representava para muitas mulheres um caminho de realização pessoal intensamente desejado. Logo, não se trata de compreender o casamento como uma imposição unilateral a uma aglomeração de mulheres infelizes, mas de indagar-se sobre os caminhos estreitos que não davam espaço para possibilidades de identificação a outros destinos (entendidos como masculinos), que começavam a se apresentar ao alcance das mulheres com a crescente circulação de informações e contatos produzida pela modernidade (KEHL, 1998). O anúncio do dentifrício não divulga, portanto, apenas um produto, mas compõe um painel sobre o estado de coisas de um determinado período, no qual o casamento selava o destino feminino, bem como sua felicidade.

⁵⁰ Embora os anúncios publicitários possuam pequenas variações em seu texto, há uma composição padrão que acompanha as ilustrações: “Só a um meio correcto de se limpar e embranquecer os dentes em pouco tempo. É o método que os dentistas há muito recomendam e que Kolynos aperfeiçoou, isto é, o sistema Kolynos.V.S. verá num instante que dentes opacos, com manchas de tártaro ou cariados e despídos em seu collo, por gengivas que se retrahem, provam apenas descuido e relaxamento. Os dentes ficarão três grãos mais alvos, em 3 dias! As gengivas ficarão mais rosadas e firmes. A bocca fica com a agradável sensação de frescura e limpeza. Dentes sem brilho, feios, amarelados e cariados são inimigos da beleza e da felicidade. São ofensivos e não tem desculpa”.

4.4 “Acabemos com os apertos de mãos”: o papel da mulher na moralização das condutas

Em um contexto onde a “proteção à saúde confundia-se com controle moral e social” (FAURE, 2008, p. 53), a educação foi, portanto, estrategicamente vinculada à medicina, à psicologia e à psiquiatria, transformando-se em um elixir para a ignorância. Por meio dela, era possível promover a regeneração física e moral do povo (FIORENTINO, 1979). Todavia, ainda que a escola tenha se configurado em um espaço privilegiado de “adestramento” e “disciplinarização do comportamento infantil” (SILVA, 2011), não desempenhou esse papel sozinha. Por meio de pesquisa no jornal A União foi possível entrever o incentivo ao espaço doméstico como aliado decisivo do pensamento higienista, atrelando a mulher ao papel de pedagoga, por excelência, aquela que trabalharia em prol da edificação da cidade limpa e saneada; concepção esta, sustentada na ideia de que a “boa mãe” produziria bons cidadãos e que a limpeza e higiene do lar produziriam disciplina, boa moral e ausência de vícios. Para Fiorentino (1979, p. 53): “As tarefas educacionais não poderiam ser levadas a bom termo sem a participação da mulher, pois a ela competiam duas funções básicas: propagar a espécie e ser a primeira educadora dos filhos”.

Conforme assevera Soares Júnior (2012), a emergência de um saber médico-higienista normalizante não era acompanhada pela quantidade de médicos disponíveis. Embora, as etapas profiláticas devessem ser vigiadas por profissionais,

(...) a quantidade de médicos que existia na capital paraibana ainda era insuficiente para a população da época. Durante a década de 1920, João Pessoa dispunha de aproximadamente trinta profissionais que se dividiam nas funções de dirigir, clinicar e operar nos hospitais, controlar o saneamento e higiene do porto e da cidade, medicar nas casas e curar os corpos (SOARES JÚNIOR, 2012, p. 10).

Como ainda era reduzido o número de médicos sanitaristas, e os que existiam estavam centralizados na capital deixando as repartições de higiene das outras cidades em estado de abandono⁵¹, compreende-se a importância atribuída à mulher como pedagoga do lar, aquela que recebeu a função política de educar os filhos e conservar a família sobre parâmetros higienistas (OLIVEIRA, 2002). Durante a primeira República, as tarefas domésticas cotidianas de cozinhar, lavar, limpar e passar eram atribuídas exclusivamente às mulheres. Portanto, no discurso médico-sanitarista, a nova mulher, colonizada pela higiene, estava apta a assumir o destino da família, a unidade mais elementar da pátria, e transformar os filhos em heróicos cidadãos. Neste período,

⁵¹ Segundo Soares Júnior (2011), a atuação do Serviço Público de Higiene do Estado da Paraíba era ineficiente, fazendo-se presente apenas por meio de discursos, nas edições dos jornais, lançando informes com medidas possíveis de evitar a proliferação da doença.

intensificou-se, no Brasil, uma literatura sobre a puericultura e, conforme os excertos relacionados abaixo, a saúde das crianças é cada vez mais alvo de controle:

Para as mães: alimentação artificial

Nem toda mãe de família conhece o perigo a que expõe o seu filhinho, quando de tenra idade alimenta-o de leite de vacca ou outro qualquer que não seja o leite materno. Na maior parte, o perigo não está no alimento e sim na quantidade e modo de emprega-lo. Quando não for possível amamentar ao recém-nascido, que pelo menos faça uma alimentação mista.

Dr. Flávio Maroja⁵²

(A União, Parahyba do Norte, 22/ 07/1931)

Para as mães: Acabemos com os apertos de mãos

É fóra de dúvida que tem toda razão os sanitaristas condemnando o clássico “beijo”, como cerimonioso “aperto de mão”. E não somente estas, como muitas outras práticas encontradas francamente em os nossos costume, e quase todas factoras do mal. É preciso fazer-se bem conhecido o valor do contagio directo, ou seja, de individuo a individuo, da transmissão de innúmeras doenças, para não se contestar o perigo a que estamos expostos com as pragmáticas da nossa tão apregoada civilização. Tão perigoso é “beijo” como o “aperto de mão”, como portadores de infecções! A higiene ahi está para cabalmente demonstrá-lo. E quantas moléstias são contrahidas sem disto nos apercebermos, com um simples beijo – mais perigoso do que o beijo de Judas – e com um attencioso e cortez aperto de mão?! Não nos esqueçamos que a “saúde é a primeira condição de felicidade.” A Higiene evita o mal. Para evitar o perigo é preciso conhece-lo. Conhecer o mal é saber-lhe as causas e os efeitos, ou por experiência própria, ou por observação do alheio.

Dr. Flávio Maroja

(A União, Parahyba do Norte, 03/10/1931)

Estes diferentes trechos citados acima são excertos de uma coluna semanal intitulada “Para as Mães” que, por sua vez, era assinada por médicos e possuía lugar privilegiado nas páginas do jornal A União. Conforme atesta Freire (2006, p. 13), diferentemente da pediatria, que tem por objetivo intervir apenas sobre o corpo doente da criança, a puericultura é um ramo da medicina que “propõe transformar, crenças, valores, costumes e atitudes”. Trata-se, portanto, de uma transformação de ordem cultural. Nesse ambiente saturado pelo higienismo, costumes ou hábitos até então considerados inofensivos são redefinidos em novas bases científicas. Os atos de civilidade e

⁵² O médico Flávio Maroja foi pioneiro no estudo das questões médico sanitárias no estado, fazendo aflorar as primeiras preocupações com a medicalização na cidade da Parahyba. Ele desempenhou várias funções: foi diretor da Santa Casa de Misericórdia, chefe da Saúde dos Portos, participou da fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba, do Instituto Vacinogênico e do Instituto de Prevenção à Infância. Teve também parte ativa na política paraibana, tendo sido deputado à Constituinte e em várias legislaturas, chegando ao cargo de vice-presidente do estado de 1920 a 1924. Com um discurso higienista moralizante, o médico utilizou-se de seu prestígio no meio político para lançar campanhas de educação à população e de combate à sujeira. Ver mais em: SOARES JÚNIOR, 2011.

carinho - “apertar as mãos” ou “beijar” - são reconfigurados como vilões, portadores de moléstias. Cabia às mães, pois, serem vigilantes e sempre diligentes no dever de educar seus filhos.

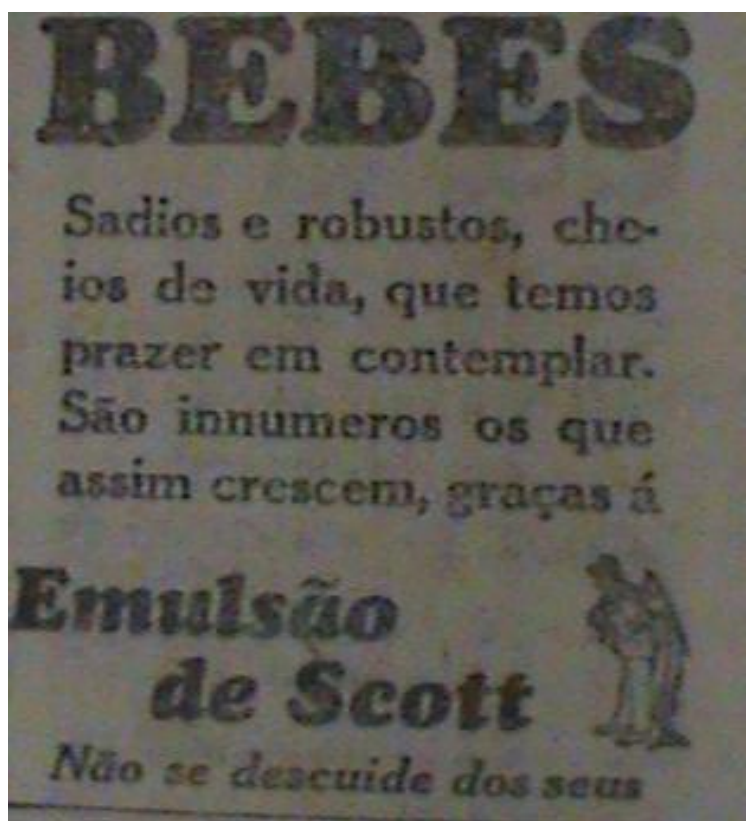
Ao que parece, foi, entretanto, no campo da alimentação infantil que se tornou mais concreta a parceria entre mulheres e médicos (FREIRE, 2006). Estes, ancorados na legitimidade do saber médico, possuíam espaço privilegiado nos jornais para divulgar as propostas de alimentação racional. Conforme ressalta Freire (2006), a aspiração de um projeto civilizador para a incipiente República rejeitava os costumes identificados com o passado vergonhoso e obsoleto. O repúdio às tradições refletiu na negação de uma personagem muito comum em um passado escravagista recente: as amas-de-leite. A imagem da mulher construída na “República ideal” é aquela que, além de gerar filhos saudáveis, acompanha atenciosamente o desenvolvimento destes, amamentando-os com o fim de contribuir decisivamente para a evolução física, moral e intelectual dos futuros cidadãos. Ora, as amas-de-leite, escravas recém-libertas, abrigavam-se em cortiços, convertendo-se em focos de contágio físico e moral. Desse modo,

Tal conexão entre o contágio e os cortiços – os pobres e os criados – levaria à necessidade de reformulação dos critérios de ordem e controle, alçados a uma dimensão pública, exigindo intervenção governamental. Assim, uma das respostas da Higiene ao “fantasma” da doença seria a condenação às amas-pretas, na tentativa de recondução das mulheres à prática da amamentação. Esses esforços se concretizariam através da redefinição da maternidade em bases científicas, conferindo-lhe valorização inédita – o que ia ao encontro de interesses de mulheres das classes média e alta urbanas e dos anseios republicanos de superação dos traços remanescentes da cultura colonial⁵³ (FREIRE, 2006, p. 48).

É preciso ressaltar que neste contexto, ao perceber o potencial das novas demandas, os informes publicitários intensificaram o discurso médico-científico. Com o intuito de vender produtos, apelavam para o papel da mãe zelosa, ciente de suas responsabilidades na proteção de seus filhos, assentando, dessa forma, o mercado de produtos variados destinados à nutrição infantil, oferecidos como uma opção saudável para a mulher que, por algum motivo, não conseguisse amamentar.

⁵³ No entanto, de acordo com Freire (2006, p. 49), “a maternidade científica – na sua dimensão relacionada ao aleitamento materno – possivelmente permaneceu mais como um discurso do que como prática efetiva na sociedade brasileira urbana dos primeiros anos da República, quando as amas-de-leite desfrutavam de posição privilegiada no ambiente familiar, dando lugar posteriormente às “amas secas”, embriões das babás até ainda hoje presentes nas famílias das classes mais elevadas”.

Imagem 12 – Emulsão de Scott



(A União, Parahyba do Norte, 28/07/1930)

Todavia, não se trata de apresentar uma hegemonia do saber-médico incidindo verticalmente sobre mulheres inertes. Pelo contrário, subscrevo Freire (2006), para a qual os arranjos históricos não podem ser estudados apenas como uma imposição unilateral, mas compreendidos como fruto de uma atuação dinâmica entre múltiplos interesses sociais. Embora a maternidade científica, isto é, o exercício materno fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e sob supervisão médica, reforçasse uma suposta essência feminina, ratificando o papel da mãe como “Rainha do Lar”, grupos feministas organizados, como por exemplo, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino⁵⁴, enxergou na adesão aos preceitos científicos um caminho conveniente na tentativa de alcançar uma transformação no seu lugar na sociedade, sobretudo, um caminho pertinente para fortalecer uma das principais reivindicações da época: a educação igualitária, entendida como um passaporte para diminuir as desigualdades políticas entre os gêneros.

⁵⁴ Presidida pela Dra. Lilia Guedes, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF), fundada em fevereiro de 1933, reuniu um elenco significativo de educadoras, médicas e advogadas (Olivina Carneiro da Cunha, Analice Caldas, Albertina Correia Lima, Alice Azevedo Monteiro, Francisca Ascensão Cunha, Juanita Machado) e refletiu o engajamento de parte das mulheres paraibanas elitizadas na luta pelos direitos políticos. Ver mais em: MACHADO E NUNES (2007); FRAGOSO (2011); RABAY E CARVALHO (2011).

Conforme descreve Oliveira (2002), a emancipação feminina era considerada insalubre ao corpo saudável da Pátria. As imagens das mulheres que fugiam dos padrões considerados normais – mãe, esposa, dona-de-casa – eram eminentemente atreladas ao caos, à negatividade, à destruição do mundo. Negar a maternidade era, sobretudo, negar a natureza. Portanto, é compreensível o tom moderado, no início do século, de grupos feministas, no qual, malgrado reproduzissem o discurso da maternidade como uma unidade moral do lar, recuperavam a imagem da mulher enquanto um sujeito ativo. De fato, a partir dos anos de 1930⁵⁵, a principal bandeira das feministas sufragistas foi alcançado: o direito ao voto. Este acontecimento, por sua vez, não traria apenas um novo papel a ser exercido pelas mulheres, de eleitora ou elegível, mas a possibilidade de uma nova existência, não mais vinculada apenas ao mundo privado.

Desse modo, a imprensa pode ser entendida como capaz de compor um painel sobre o estado de coisas de um determinado período e, ao mesmo tempo, evidenciar as falas emergentes, as transformações iminentes, a ação pedagógica que incide sobre os corpos e hábitos dos sujeitos e os entalha. O esquecimento da dimensão histórica que nos envolve tende a criar um sentido de permanente “cristalização” das instituições, dos discursos, dos corpos que nos sustentam. Logo, faz-se premente desnaturalizar o que foi construído historicamente, permitindo que, a partir daí, mulheres e homens possam constituir como lhes convier a relação com as masculinidades e/ou feminilidades.

⁵⁵ Por meio do decreto 21.076, de 1932, o sufrágio universal foi estabelecido, incorporando-se, posteriormente, à Constituição de 1934.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora este último capítulo tenha como título “considerações finais”, não representa, em absoluto, o encerramento desta pesquisa, visto que em conhecimento científico, as conclusões são sempre provisórias. Logo, apetece-me, sobremaneira, a ideia de que a melhor pesquisa ainda não foi escrita. Para que eu possa prosseguir na caminhada investigativa, no entanto, devo atender as burocracias e prazos acadêmicos. Ou seja, apresentarei, aqui, um balanço das discussões suscitadas no decorrer do trabalho, bem como as considerações, digamos, “temporárias”, provenientes de uma reflexão que certamente prosseguirá por anos a fio.

Um dos meus primeiros contatos com a literatura foucaultiana foi por meio do texto intitulado “Verdade e Poder em Si Mesmo”, no qual um trecho, em especial, chamou a minha atenção: “meu papel – mas esse é um termo muito pomposo – é desconstruir temas tidos como evidentes pelas pessoas” (Foucault, 2004, p. 295). E foi com este espírito – insubordinado, acre e ligeiramente benfazejo - que empreendi as primeiras incursões nos arquivos do jornal A União. Com o objetivo de compreender de que maneira os gêneros foram construídos por meio da imprensa oficial paraibana, durante os anos de 1913 e 1932, tentei destacar alguns exemplos da enorme produção teórica destinada a fixar mulheres e homens no lugar ao qual sua “verdadeira natureza” os destinou, desconfiando sempre da “naturalidade” deste lugar.

Para tanto, adotei como ferramenta teórica o conceito de gênero, enquanto categoria relacional, entendido como um sistema simbólico ou um sistema de significações que condiciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com os valores e hierarquias sociais. Da mesma forma, convicta que a História da Educação é um espaço fronteiriço, em interface com as diversas áreas do conhecimento, adotei o jornal como fonte porque, embora A União não seja estritamente direcionado ao público escolar ou aborde matérias relativas ao campo da pedagogia especificamente, parto da premissa de que o fenômeno educacional encontra-se difundido na sociedade. A imprensa foi explorada nesta dissertação, portanto, como uma “pedagogia cultural” que dá suporte e sentidos às práticas sociais.

Com o intuito de repensar o passado para refletir o presente, perquiri as contribuições de Michel Foucault no tocante às *relações de poder*, compreendidas como formas díspares, heterogêneas, microinfinitesimais, em interface com a noção de *discurso*, entendido como uma disputa, uma luta, um espaço no qual o saber e o poder se articulam. Afinal, o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história (FISCHER, 1995).

Michel De Certeau (1994), por sua vez, auxiliou-me a pensar as possibilidades de táticas - subterfúgios, interstícios, fugas - empreendidas no interior do discurso oficial construído historicamente e exercido em diferentes formatações. Emerge, neste íterim Catharina Moura, que sob a aparente reprodução da norma não nos deixa olvidar que a resistência é rigorosamente contemporânea às relações de poder. Aproveitando-se de sua posição social privilegiada, a educadora, única mulher a proferir uma conferência acerca da construção de uma “Universidade Popular”, na Paraíba, desenvolve – antes mesmo da criação de uma entidade feminista organizada no estado - argumentos de forma a desmontar os obstáculos que impedem a participação efetiva da mulher nos rumos do país. Para além das justificativas calcadas na Biologia, ela demonstra que a ignorância não é fruto do destino ou da natureza, mas consequência de uma enorme produção discursiva que dizia a cada mulher como ela deveria agir para ser “verdadeiramente” uma mulher, uma “rainha-do-lar”.

Mas como o campo simbólico nunca é unívoco, outros discursos e outras expectativas entram em choque com os ideais de domesticidade, com a quimera de uma vida predestinada ao casamento e à maternidade. Surge, pois, a melindrosa, personagem que emerge nas páginas da imprensa como uma mulher mundana, fútil, sempre preocupada com as frivolidades da moda, mas que, de certa forma, contrapõe-se ao modelo feminino vigente até então.

De forma semelhante, ao adotar uma perspectiva relacional que tenta romper com a visão maniqueísta de culpabilização dos homens e vitimização das mulheres, esta pesquisa esforçou-se por historicizar as masculinidades, opondo-se a certa “naturalização” da condição masculina, como se os homens possuíssem uma existência *a priori*, quando são também construídos no interior das relações de poder. Abordei, pois, a figura do almofadinho, aquele que preza pela delicadeza e requinte, um modo de ser homem relativamente distanciado do modelo viril do Império, bem como destaquei o deslocamento do homem que age em nome de uma honra individual para o homem que age em favor da honra da pátria.

Por outro lado, os anúncios publicitários foram tomados neste trabalho como uma importante ferramenta para ajudar a responder quais as orientações voltadas para um modo próprio de habitar determinado espaço social em um contexto histórico específico. A partir deles foi possível entrever, pois, uma multiplicidade de sujeitos em transição, novos modelos sociais e comportamentos diversificados, bem como a divulgação das propostas higiênicas relacionadas à cidade e, especificamente, ao corpo. Por que, afinal, a esse corpo masculino e/ou feminino recaem tantas preocupações, tantas legislações e argumentos, protegendo alguns de certas atividades e submetendo outros a distintas condutas? A juventude, sobretudo, ocupou lugar central nos discursos

sobre o corpo nas primeiras décadas do século XX. Foucault, mais uma vez, fez-se premente para compreender de que forma os investimentos feitos ao corpo fazem parte de uma estratégia positiva de poder. Inversa ao “controle-repressão”, trata-se do “controle-estimulação” (FOUCAULT, 2012a, p. 147).

Por fim, investigar a partir dessa perspectiva é desviar-se de reflexões mecanicistas, é dar conta de como nos tornamos sujeitos de certos discursos, de como certos discursos são cristalizados, de como certas verdades são subjetivadas a partir de notícias corriqueiras, de anúncios cotidianos. Pesquisar a partir desses pressupostos históricos implica, enfim, em considerar as linhas de fuga, sugere demorar-se naquilo que escapa, nas brechas e interstícios, compreender que o poder existe sempre em ato e jamais se exerce de forma unívoca, pois há espaços para insurreições nas práticas políticas da vida diária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, Alômia. Escritas e inscritas: mulheres na imprensa dos anos 1920. In: ABRANTES, Alômia; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (Orgs.). *Outras Histórias: cultura e poder na Paraíba (1889-1930)*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: invenção do “falo”. Uma história do gênero masculino (1920-1940)*. São Paulo: Intermeios, 2013, 2 ed. (Coleção Entregêneros).
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as letras: Por que educar meninas e mulheres?*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval (et al). *O legado educacional do século XIX*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- ALÓS, Anselmo Peres. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. In: *Revista Estudos Feministas* [online]. 2011, vol.19, n.2, pp. 421-449. ISSN 0104-026X. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a07.pdf> >. Acesso em: 23/04/2013
- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia & feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ARAÚJO, Fátima. *História e ideologia da imprensa na Paraíba: dados históricos e técnicos*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1983.
- ARAÚJO, J. C.; SCHELBAUER, A. (Org.). *História da educação pela imprensa*. Campinas, SP: Alínea, 2007.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. In: *Revista Estudos Avançados* [online]. 2003, vol.17, n.49, pp. 133-150. ISSN: 0103-4014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18401.pdf> >. Acesso em: 22/06/2013.
- BADINTER, Elisabeth. *XY: Sobre a identidade masculina*. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa (Brasil – 1800-1900)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. In: *Cadernos de Pesquisa* [online]. 1988, n.64, pp. 4-13. ISSN 0100-1574. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n64/n64a01.pdf>>. Acesso em: 31/07/2013.

BITTONI, Dulcília Schoeder. *Imprensa Feminina*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. História e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp. 151-172.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012.

CARRASCOZA, João Anzanello. Criação e linguagem publicitária: redação. In: PEREZ, C.; BARBOSA, I. S. (orgs.). *Hiperpublicidade: atividades e tendências*. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

CARVALHO, Nelly. *Publicidade, a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 2004.

CERTEAU, Michel De. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: SZMRECSANYI, Maria Irene (org.) *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano*. São Paulo: FAU/USP, 1985, pp. 3-19.

CHAMON, Magda. Trajetória da feminização do magistério e a (con)formação das identidades profissionais. In: *VI Seminário da Redestrado – Regulação Educacional e Trabalho docente*. Anais... Rio de Janeiro (RJ), 06 e 07 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trajetoria_de_feminizacao.pdf>. Acesso em: 31/07/2013.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuella Galhardo. Lisboa: Diefel, 1990.

CLEMENTE, Marcos Edílson de Araújo. Ordem e desordem: campanhas de repressão ao cangaço e as formas do poder republicano na década de 20. In: *Revista História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 49, pp.135-174, jul./dez. 2013. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/24983/1384>>. Acesso em: 03/05/2014.

COIMBRA, Kellen Regina Moraes; GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa; RODRIGUES, Fernanda Lopes. Reflexões sobre a feminização do magistério. In: *II Seminário Nacional de Sociologia e Política*. Anais... Curitiba (PR), 15 a 17 de Setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT12/Kellen%20Regina%20Moraes%20Coimbra%20et%20alli.pdf>>. Acesso em: 31/07/2013.

COLLING, Ana Maria. O corpo que os gregos inventaram. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia Lisboa (Orgs.). *Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História do Corpo: da revolução à grande guerra*. Tradução de João Batista Kreuch e Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CORBIN, Alain. A influência da religião. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História do Corpo: da revolução à grande guerra*. Tradução de João Batista Kreuch e Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COSTA, Suely Gomes. Um estimulante encontro com Michel de Certeau: o feminismo tático de Bertha Lutz. In: *Cadernos Pagu* [online]. 2006, n.27, pp. 449-454. ISSN 0104-8333. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32151.pdf>>. Acesso em 20/05/2013.

COURTINE, Jean-Jacques. Impossível virilidade. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da Virilidade: a virilidade em Crise? Séculos XX-XXI*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Braziliense, 2005.

DISCINI, Norma; CAMPOS, Raquel Discini de. A imagem da mulher na literatura e no jornal das primeiras décadas do século XX: questões de discurso e gênero. In: *Cadernos de História da Educação*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2009, pp. 443-457

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FARIAS, George Nascimento de. *Higienismo na Parahyba da primeira República*. João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2010.

FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História do Corpo: da revolução à grande guerra*. Tradução de João Batista Kreuch e Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FAVACHO, André Marcio Picanço. Rir das solenidades da origem: ou o inesperado da pesquisa em educação. In: *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n.2, maio/ago. 2010, pp. 555-569. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n2/a09v36n2.pdf>>. Acesso em: 16/09/2013.

FIORENTINO, Terezinha Aparecida Del. *Utopia e realidade: o Brasil no começo do século XX*. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. A análise do discurso: para além de palavras e coisas. In: *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 18-37, jul./dez. 1995.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, pp. 197-223, nov./2001.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro. Graal, 1990.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Tradução de Antônio F. Cascais e Edmundo Cordeiro. Portugal: Veja/Passagens, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. Verdade, poder e si mesmo. In: *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1979-1980) – excertos*. Tradução e organização de Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012a.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Global, 2010, 4ª ed.

GARCIA, Célio. Resistência a partir de Foucault. In: PASSOS, Izabel C. Friche (org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para atualidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 (Coleção Estudos Foucaultianos).

GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.) *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. Movimento Higienista e o Processo civilizador: apontamentos metodológicos. In: *X Simpósio Internacional Processo Civilizador*. Anais... Campinas, 2007, pp. 145-157. ISBN 978-85-99688-02-1.

GONÇALVES NETTO, W. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 197-225.

GOUVÊA, Hilton. Gestão modernizadora em 1913: Carlos Dias Fernandes inovou cobertura externa. In: *A União*, João Pessoa, p. 5, caderno 1, 2 fev. 2013 (Edição Especial 120 anos de A União).

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. In: *Revista Estudos Feministas* [online]. 2011, vol.19, n.2, pp. 467-474. ISSN 0104-026X. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a10.pdf>>. Acesso em: 31/07/2013.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: Tomaz Tadeu da Silva (Org.) *Identidade e Diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

KACZAN, Gisela Paola. Salud, belleza, aire libre. Montaje de la apariencia femenina a orillas del mar (circa 1920-1940). In: *Arenal: revista de historia de las mujeres*. v.20, n.1, 2013, pp. 129-157. Disponível em: < <http://www.ugr.es/~arenal/articulo.php?id=201> >. Acesso em: 19/04/2014.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1998

KNIJNIK, Jorge Dorfman. *A mulher brasileira e o esporte: seu corpo, sua história*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.

LE GOFF, Jaques. *As doenças tem história*. Tradução de Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985.

LEITE, Rogerio Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. In: *Revista Dados* [online]. 2010, vol.53, n.3, pp. 737-756. ISSN 0011-5258. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n3/a07v53n3.pdf>>. Acesso em 25/10/2013.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo : Ícone, 2013 (Coleção Fundamentos do Direito).

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: *História das mulheres no Brasil*. Del Priore, Mary (org.). São Paulo: Contexto, 2001.

LOURO, Guacira, Lopes. O cinema como pedagogia. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 423-446.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. In: *Educação & Realidade*, 25(2), jul./dez. 2000a, pp. 59-76. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25922/000289562.pdf?sequence=1>>. Acesso em 05/01/2015.

LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos *queer*. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.) *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LÖWY, Ilana. Ciências e Gênero. In: HIRATA, Helena... (et. al.) (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MACEDO, E. D. V. Uma luta justa... e elegante: os feminismos conflitantes de Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura na década de 1920. In: *Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*. Niterói: EdUFF, 2003. v. 3, n. 2, pp. 91-104.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. O feminismo paraibano: Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) – 1930. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Orgs.). *Gênero & Sexualidade: perspectivas em debate*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 193-207.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria da Silva; MENDES, Márcia Cristiane Ferreira. *Catharina Moura e o feminismo na Parahyba do Norte*. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

MALTA, Renata Barreto. A representação de gênero na publicidade: o estudo empírico de um setor protagonizado por homens. In: *Anais da III Conferência Brasileira de Estudos em Comunicação e Mercado*, 2013, São Paulo-SP. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/ecom2013/GT1/21.Renata%20Malta_A%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20de%20G%C3%AAnero%20na%20Publicidade.pdf>. Acesso em: 12/01/2014.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Signos em confronto?: o arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de(Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Sorria: mulher, publicidade e dentes. In: *IX Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, diversidades e deslocamentos*. Anais... Florianópolis, 2010, pp. 64-77. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278004976_ARQUIVO_MariaIzilda.pdf>. Acesso em: 02/05/2013.

MEDINA, Paula Abal. Notas sobre la noción de resistência em Michel de Certeau. In: *KAIROS: Revista de temas sociales*. 2007, Año 11, n, 20, pp. 1-11. ISSN: 1514-9331. Disponível em: <<http://www.revistakairos.org>>. Acesso em 25/10/2013.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, set./dez. 2008, pp. 809-840.

MILLS, Charles Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MOURÃO, Alda. A criação da imagem empresarial através da publicidade. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Org.). *Outros Combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

MUNIZ, Eloá. *Comunicação publicitária em tempos de globalização*. Canoas: ULBRA, 2005.

NUNES, Maria Lúcia da Silva. Uma página feminina: vozes de mulheres paraibanas na década de 1930. In: *Anais do V Congresso brasileiro de História da Educação: o ensino e a pesquisa em História da Educação*, 2008, Aracaju/SE. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/580.pdf>>. Acesso em: 12/01/2014.

PEDRO, Joana Maria. Historicizando o Gênero. In: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). *O historiador e seu tempo*. São Paulo: UNESP, 2008.

PEREIRA, Duarte Pacheco. *1924 - O diário da Revolução: os 23 dias que abalaram São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S/A, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jutahy; LANGUE, Frédérique. *Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. As novas abordagens no campo da História da Educação brasileira. In: XAVIER, Libânia; TAMBARA, Elomar; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (orgs.). *História da Educação no Brasil: Matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI*. Vitória: EDUFES, 2011, v. 5.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRIORE, Mary Del. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: PRIORE, Mary Del (Org) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

PRIORE, Mary Del. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

PRIORE, Mary Del. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Editora Planeta, 2013.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano. In: *Revista ORG & DEMO*, Marília, v.12, n.1, jan./jun., 2011, p. 81-94.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. In: *VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Anais... Uberlândia (MG), 17 a 20 de Abril de 2006. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>>. Acesso em: 31/07/2013.

RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. São Paulo: Record, 2005.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. São Paulo: Record, 2003.

RODRIGUES, Gonzaga. Jornal assume condição de “apontador de obras”. In: *A União*, João Pessoa, p. 4, caderno 1, 2 fev. 2013 (Edição Especial 120 anos de A União).

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 2/2001, ano 9, pp. 9-21. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8601.pdf>>. Acesso em 12/01/2013.

SABINO, Marco. *História da Moda*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2011.

SALES, Ana Maria C; SILVA, Evanice dos Santos. *Eudésia Vieira: rompendo o silêncio*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

SANT’ANNA, Denise Benuzzi de. *Corpos de passagem*: ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpos e Enigmas do Corpo na História. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia Lisboa (Orgs). *Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criminalizando a pobreza: implicações entre ação policial e políticas médico-sanitárias em São Paulo (1890-1920). In: *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 07, n. 17, ago./set. de 2005, pp. 62-79. ISSN: 1518-3394. Disponível em <www.cerescaico.ufrn.br/mneme>. Acesso em: 03/05/2013.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B1cHNDJbqFSpSWw2blFLWEISOG16MmdwU05mNEFNUQ/edit?pli=1>>. Acesso em: 04/12/ 2013.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina*. Companhia das Letras: São Paulo, 2010.

SILVA, Paloma Porto. Higiene Escolar, higiene da república: inspeção médica, ciência e infância (São Paulo, 1917). In: *Mnemosine Revista* (Dossiê República), vol. 2, n. 1, jan/jun 2011, pp. 53-74. ISSN: 2237-3217.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teoria cultural e educação*. Um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SIMAS, Luiz Antonio. *Pedrinhas miudinhas: ensaios sobre ruas, aldeias e terreiros*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2013.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. Santuário da Saúde: corpo e educação física na Paraíba no início do século XX. In: *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. v. 09, ano IX, n. 3, set./out./nov./dez. 2012, pp. 1-16. Disponível em < www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 03/05/2013. ISSN: 1807-6971.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. In: *Revista Brasileira de Educação*. Set./ Out./ Nov./ Dez. 2000, n. 15, pp. 97-117.

SOIHET, Rachel. Formas de Violência, Relações de Gênero e Feminismo. In: *Olhares Feministas*. MELO, Hildete Pereira de (et al.); Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2006 (Coleção Educação para Todos, v. 10).

SOUZA, Edinilsa Ramos de. Quando viver é o grande risco-aventura. In: *Cadernos de Saúde Pública*, 17(6), 2001. pp.1291-1292.

STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Joe L. (Org.). *Cultura Infantil: A construção corporativa da infância*. Tradução de George Eduardo Japiassú Bricio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

TELES, Anamaria. A identidade masculina na publicidade brasileira. In: *IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*. Anais... 2008, Guarapuava/PR. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2008/resumos/R10-0531-1.pdf>>. Acesso em: 12/01/2013.

VEIGA-NETO. Alfredo. *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, M. A. T. (Org.). *Cinco estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11- 40.

ZICA, Matheus da Cruz e. De honra da família à honra da pátria: modernidade e masculinidade oitocentistas na escrita de Bernardo de Guimarães. In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil (séculos XIX e XX)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, v. 1.

Teses e Dissertações

CONCEIÇÃO, Sarasvati Yakchini Zridevi. *Educando mulheres, vendendo saúde: propagandas e outros textos de jornais curitibanos dos anos 1920*. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. *Primeira República, intelectuais e educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-1915)*. 2012. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2012.

FRAGOSO, Verônica de Souza. *Associação Paraibana pelo Progresso Feminino: as contribuições educacionais para a mulher paraibana (1933 a 1939)*. 2011. 150f. Dissertação (Mestrado em História da Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. 2006. 333f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2006.

GALVÍNCIO, Amanda Sousa. *Atuação educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1925): jornalismo, literatura e conferências*. 2013. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2013.

LIMA, Isabella Cristina Amorim de Lucena. *Atenção!!! Vende-se saúde: tradições discursivas em anúncios sobre medicamentos nos jornais paraibanos do século XIX*. 2013. 172f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Programa de Pós-Graduação em Lingüística. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2013.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Façamos a família à nossa imagem: a construção de conceitos de família no Recife moderno (décadas de 1920 e 1930)*. 2002. 348f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SÁ, Carolina Mafra de. *Teatro idealizado, teatro possível: uma estratégia educativa em Ouro Preto (1850-1860)*. 2009. 244f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Alômia Abrantes da. *Paraíba Mulher-Macho: tessituras de gênero, (desa)fios da História*. 2008. 252f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Josie Agatha Parrilha da. *Carneiro Leão e a proposta de organização da educação popular brasileira no início do século XX*. 2006. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2006.

SOARES, Ana Luisa Timm. *Inventando gênero: feminismo, imprensa e performatividades sociais na rio grande dos “anos loucos” (1919-1932)*. 2010. 167f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. 193f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

ZICA, Matheus da Cruz e. *Diversificação dos modos de ser masculino e estatização da violência masculina na escrita literária e jornalística de Bernardo Guimarães (1869-1872)*. 2011. 192f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2011.

Fontes

A educação no interior: O instituto Bananeirense. A União, Parahyba do Norte, 10 de maio de 1919, ano XXVIII, p. 1.

BARBOSA, Plácido. *O feminismo nos Estados Unidos*. A União, Parahyba do Norte, 24 de setembro de 1921, ano XXIX, p. 4.

BARROS, Eudes. *Sinhá Pudor*. A União, Parahyba do Norte, 24 de agosto de 1924, ano XXXII, p. 1.

Cinema Rio Branco: honrarás tua mãe. A União, Parahyba do Norte, 25 de novembro de 1924, ano XXXII, p. 3.

Creme Rugol. A União, Parahyba do Norte, 22 de janeiro de 1928, ano XXXV, p. 5.

Comprimidos Adalina. A União, Parahyba do Norte, 30 de julho de 1926, ano XXXIII, p. 3.

Dentifrício Kolynos_1. A União, Parahyba do Norte, 04 de maio de 1928, ano XXXV, p. 3.

Dentifrício Kolynos_2. A União, Parahyba do Norte, 06 de maio de 1928, ano XXXV, p. 3.

Dentifrício Kolynos_3. A União, Parahyba do Norte, 09 de maio de 1928, ano XXXV, p. 3.

Elixir Vita Senil. A União, Parahyba do Norte, 22 de junho de 1929, ano XXXVI, p. 5.

Emulsão de Scott. A União, Parahyba do Norte, 28 de julho de 1930, ano XXXVII, p. 6.

*Expressiva homenagem das alumnas...*A União, Parahyba do Norte, 23 de abril de 1928, ano XXXVIII, p. 3

FERNANDES, Carlos D. *Moços, Avante!*. A União, Parahyba do Norte, 22 de julho de 1924, ano XXXII, p. 1.

Gillette. A União, Parahyba do Norte, 2 de setembro de 1930, ano XXXVIII, p. 4.

Goodyear_1. A União, Parahyba do Norte, 8 de agosto de 1930, ano XXXVIII, p. 3.

Goodyear_2. A União, Parahyba do Norte, 23 de agosto de 1930, ano XXXVIII, p.3.

Inseticida Flit. A União, Parahyba do Norte, 10 de maio de 1919, ano XXVII, p. 7.

Inseticida Flit. A União, Parahyba do Norte, 15 de maio de 1919, ano XXVII, p. 7

LEÃO, Carneiro. *A educação da mulher*. A União, Parahyba do Norte, 10 de março de 1914, ano XXII.

Loção brilhantina. A União, Parahyba do Norte, 22 de janeiro de 1928, ano XXXV, p. 5.

MAROJA, Flávio. *Para as mães: alimentação artificial*. A União, Parahyba do Norte, 22 de Julho de 1931, ano XXXVIII, p. 3.

MAROJA, Flávio. *Acabemos com os apertos de mãos*. A União, Parahyba do Norte, 03 de Outubro de 1931, ano XXXVIII, p. 3.

Massas Aymoré. A União, Parahyba do Norte, 29 de novembro de 1931, ano XXXIX, p. 7.

MOURA, Catharina. *Continuação... Os Direitos da Mulher*. A União, 2 de Abril de 1913, ano XXI, p.2.

MOURA, Catharina. *Os Direitos da Mulher*. A União, Parahyba do Norte, 1 de abril de 1913, ano XXI, p.1.

O Automobilismo como esporte feminino. A União, Parahyba do Norte, 22 de novembro de 1931, ano XXXIX, p. 3.

O projeto de alistamento eleitoral. A União, Parahyba do Norte, 05 de dezembro de 1931, XXXIX, p. 3.

Regulador Gesteira. A União, Parahyba do Norte, 21 de maio de 1930, ano XXXVIII, p. 5.

VIEIRA, Eudésia. *Uma questão que vai ficando velha*. A União, Parahyba do Norte, 09 de agosto de 1924, ano XXXII, p. 1.

VIEIRA, Eudésia. *Pelo cabelo curto*. A União, Parahyba do Norte, 27 de agosto de 1924, ano XXXII, p. 1.